



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE ERECHIM/RS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**PAULO ROBERTO ANTUNES**

**CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA: UMA**  
**VISÃO SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

ERECHIM

2023

**PAULO ROBERTO ANTUNES**

**CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA: UMA  
VISÃO SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jerônimo Sartori  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Simone Hopner Pierozan

Linha de Pesquisa: Pesquisa em Processos Pedagógicos, Políticas e Gestão Educacional.

**ERECHIM**

**2023**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Antunes, Paulo Roberto

CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA: UMA VISÃO  
SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA / Paulo Roberto Antunes. --  
2023.

176 f.

Orientador: Doutor Jerônimo Sartori

Co-orientadora: Doutora Sandra Simone Hopner Pierozan  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Erechim,RS, 2023.

1. Conselho Escolar.. 2. Função Pedagógica do  
Conselho Escolar.. 3. Gestão Democrática.. I. Sartori,  
Jerônimo, orient. II. Pierozan, Sandra Simone Hopner,  
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.  
IV. Título.

**PAULO ROBERTO ANTUNES**

**CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA: UMA  
VISÃO SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jerônimo Sartori

Coorientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Sandra Simone Hopner Pierozan

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 12.04.2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jerônimo Sartori – Presidente  
(UFFS/Erechim. Membro Titular Interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sandra Simone Hopner Pierozan - Coorientadora  
(UFFS/Erechim. Membro Titular Interno)

---

Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos  
(UFFS/Erechim. Membro Titular Interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Silvia Cristofoli  
(UFFS/Erechim. Membro Titular Externo)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Flavia Obino Corrêa Werle  
(UNISINOS. Membro Titular Externo)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isabel Rosa Gritti  
(UFFS/Erechim. Membro Suplente)

Dedico este trabalho

Primeiramente a Deus, que me deu saúde e forças para cumprir mais essa jornada em minha vida, a todos os educadores que acreditam em uma escola verdadeiramente democrática e participativa.

## AGRADECIMENTOS

Ao Bom Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* de Erechim/RS, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, cultivada com confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador Professor Dr. Jerônimo Sartori pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A minha coorientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Sandra Simone Hopner Pierozan. Obrigado por toda ajuda, pelas trocas de experiências, pelos debates, considerações proveitosas, que contribuíram significativamente para a construção de todo o conhecimento. Obrigado pelos convites para divulgar o estudo em diversos eventos que buscam debater as Políticas Públicas para a Educação. Obrigado pelo incentivo às reflexões críticas para um novo olhar sobre a educação.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Silvia Cristofoli, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flavia Obino Corrêa Werle e Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos obrigado pelas valiosas contribuições e sugestões que auxiliaram na elaboração e aperfeiçoamento do estudo.

Aos colegas e professores da turma 2021/2 do PPGE/UFFS/*Campus* Erechim/RS agradeço pelos momentos e ensinamentos compartilhados durante a trajetória do mestrado.

À minha família e amigos, pelo incentivo e apoio incondicional. Obrigado por ser a minha base e o meu porto seguro, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência e pelas inúmeras orações e pensamentos positivos direcionados a mim, para a boa realização das aulas e atividades do curso, bem como o deslocamento até o campus.

Agradeço a equipe da 39<sup>a</sup> Coordenadoria Regional de Educação de Carazinho/RS pela autorização para a pesquisa, às direções de escolas pela disposição em fornecer os materiais e documentos solicitados, pela receptividade e valorização que um pesquisador social merece, e também pela cedência do ambiente escolar para investigação. Obrigado, também, aos demais participantes da pesquisa, por contribuírem com o estudo, colocando suas vivências e percepções sobre os trabalhos do Conselho Escolar ao participarem da entrevista ou responderem ao questionário.

Por fim, minha gratidão às pessoas que de alguma forma ou outra contribuíram nessa caminhada. Com certeza, o mestrado foi uma das experiências mais enriquecedoras da minha vida acadêmica.

Obrigado a todos!

Tudo o que a gente puder fazer, no sentido de abrir mais a escola, no sentido de provocar, pedir, desafiar estudantes, merendeiras, zeladores, vigias, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, pais, médicos, dentistas, alunos, vizinhos da escola, tudo o que a gente puder fazer para convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente, que é o de ter voz, o de ganhar voz e não apenas o de falar, não apenas o de dar bom-dia. Ora, o conselho de escola é um dos momentos, é um dos meios de que a gente pode se servir, se é que eu posso usar esse verbo, nessa luta pela democratização da escola e pela democratização do ensino no Brasil.

FREIRE, Paulo, 2009.



## RESUMO

O presente estudo tem por finalidade principal identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselhos Escolares (CE), estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética da totalidade, defendida pela pedagogia histórico-crítica de Saviani e seus seguidores e com especial atenção à função pedagógica. Está vinculado à linha de pesquisa “Pesquisa em Processos Pedagógicos, Políticas e Gestão Educacional” do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), curso de Mestrado Profissional em Educação, da UFFS/*Campus* Erechim. A pesquisa se caracteriza como qualitativa e as técnicas utilizadas foram: levantamento bibliográfico, análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários. O levantamento bibliográfico trouxe para o debate o ponto de vista de autores reflexivos, críticos, democráticos e esperançosos por uma educação mais igualitária e qualificada. A pesquisa dialogou com alguns conceitos formadores das políticas públicas educativas relacionadas com a participação no âmbito dos Conselhos Escolares, o que permitiu a compreensão da realidade, comprovando os seguintes objetivos: contextualizar a participação do Conselho Escolar na constituição de uma gestão democrática dentro de um marco temporal e local delimitado; analisar a participação na construção da Gestão Democrática e como ela se verifica na atuação dos conselheiros escolares na condução de ações educacionais e identificar a função pedagógica do Conselho Escolar e os possíveis desafios para a realização eficaz dessa responsabilidade nos conselhos atuais. A técnica de análise documental foi aplicada à legislação que regulamenta e norteia as ações oriundas da construção da Gestão Democrática na educação. As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas aos presidentes dos Conselhos Escolares selecionados e o questionário teve participação de um membro titular de cada segmento escolar representado no conselho que complementou os dados apurados nas entrevistas. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora a construção do princípio da gestão democrática pela participação através de conselhos não seja algo novo, a situação dos Conselhos Escolares não teve grandes mudanças ou iniciativas para trabalho com ele após os primeiros anos do século XXI, restando como ações o que já havia sido conquistado e definido nas suas funções normalizadas, principalmente na função pedagógica, onde as ações verificadas não são constantes. Por fim, a pesquisa verificou a falta de qualificação para os conselheiros escolares, assim como a falta de incentivos à sua participação neste colegiado, necessitando de apoio dos órgãos governamentais e da sociedade para uma educação transformadora.

**Palavras - chave:** Conselho Escolar - Gestão Democrática - Participação

## ABSTRACT

The main purpose of this study is to identify characteristics of democratic management, based on the performance of School Councils (CE), stimulating participation, within a dialectical conception of totality, defended by the historical-critical pedagogy of Saviani and his followers and with special attention to the pedagogical function. It is linked to the line of research "Research in Pedagogical Processes, Policies and Educational Management" of the Graduate Program in Education (PPGE), Professional Master's Degree in Education, at UFFS/*Campus Erechim*. The research is characterized as qualitative and the techniques used were: bibliographic survey, document analysis, semi-structured interviews and questionnaires. The bibliographic survey brought to the debate the point of view of reflective, critical, democratic and hopeful authors for a more egalitarian and qualified education. The research dialogued with some concepts that form educational public policies related to participation within the scope of School Councils, which allowed the understanding of reality, confirming the following objectives: contextualize the participation of the School Council in the constitution of a democratic management within a framework delimited time and place; to analyze participation in the construction of Democratic Management and how it verifies the role of school counselors in conducting educational actions and identifies the pedagogical role of the School Council and the possible challenges for the effective realization of this responsibility in current councils. The document analysis technique was applied to the legislation that regulates and guides the actions arising from the construction of Democratic Management in education. The semi-structured interviews were directed to the presidents of the selected School Councils and the questionnaire had the participation of a titular member of each school segment represented on the council who complemented the data collected in the interviews. The results of the research demonstrate that, although the construction of the principle of democratic management through participation through councils is not something new, the situation of School Councils did not have major changes or initiatives to work with it after the first years of the 21st century, remaining as actions what had already been conquered and defined in their normalized functions, mainly in the pedagogical function, where the verified actions are not constant. Finally, the research verified the lack of qualification for school counselors, as well as the lack of incentives for their participation in this collegiate, requiring support from government agencies and society for a transformative education.

**Keywords:** School Council - Democratic Management - Participation

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos da BDTD/2022 .....	27
Quadro 2 – Governadores e período de mandato de 1980 a 2023 .....	40
Quadro 3 – Localização das escolas públicas estaduais em Sarandi/RS e quantidade de alunos em 2022.....	44
Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados .....	93
Quadro 5 – O que é participação? .....	96
Quadro 6 – Possíveis dificuldades encontradas para desenvolver e estimular a participação de todos da escola.....	97
Quadro 7 – Mobilização do Conselho Escolar para a defesa da escola ou educadores, frente à mantenedora. ....	98
Quadro 8 - Como se tornou conselheiro escolar e o que mais gosta de fazer nessa função? .....	101
Quadro 9 – Quais atividades ou ações a escola já promoveu que houve a presença do Conselho Escolar? .....	102
Quadro 10 – Como o conselho escolar pode ajudar os professores nas aulas e como Cada segmento pode fazer isso? .....	106
Quadro 11 – Os alunos reconhecem a presença e a importância do CE? Como exemplo da atuação de conselheiro é visto? .....	108
Quadro 12 – Perfil dos respondentes do questionário .....	112

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Recursos federais utilizados em pesquisa de 2009 a 2021 .....	31
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de membros indicada por lei para compor os CE das escolas públicas estaduais no RS. ....	48
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – As funções do conselheiro escolar.....	113
Gráfico 2 – Tempo de Participação nos CE .....	116
Gráfico 3 – Conhecimento dos conselheiros sobre a escola e o CE .....	117
Gráfico 4 – Incentivo aos conselheiros para participar dos CE .....	120
Gráfico 5 – Observação dos conselheiros aos índices de aprendizagem na escola .....	121
Gráfico 6 – Nível de satisfação dos conselheiros quanto à aprendizagem dos alunos ...	122
Gráfico 7 – Frequência de oportunidades aos conselheiros para atividades .....	
pedagógicas na escola .....	123
Gráfico 8 – Participação dos conselheiros em cursos de formação.....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CE	Conselho Escolar ou Conselhos Escolares
CF/88	Constituição Federal Brasileira de 1988
CPERS	Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul
CPM	Círculo de Pais e Mestres
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DEM	Democratas
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
GT	Grupo de Trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394/96
MEC	Ministério da Educação
MPE	Mestrado Profissional em Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação 2014 – 2024
PNFCE	Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do MEC
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SEDUC/RS	Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2. ESTADO DO CONHECIMENTO</b> .....	25
2.1 REVISÃO EM OUTRAS PESQUISAS .....	26
2.2 A APATIA DA PESQUISA DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR .....	29
<b>3. CONSELHOS E CONSELHOS ESCOLARES</b> .....	33
3.1 APANHADO HISTÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS.....	33
3.2 A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NO BRASIL .....	36
3.3 A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO SUL .....	39
<b>3.3.1 Contexto Histórico do Rio Grande do Sul de 1980 a 2023</b> .....	40
3.4 UM POUCO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DE SARANDI E SUAS ESCOLA ESTADUAIS .....	43
<b>3.4.1 Conhecendo a Primeira Escola Investigada</b> .....	45
<b>3.4.2 Conhecendo a Segunda Escola Investigada</b> .....	46
3.5 COMPOSIÇÃO LEGAL DOS CONSELHOS ESCOLARES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL .....	47
<b>4. A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR</b> .....	49
4.1 A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	51
4.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O CONSELHO ESCOLAR .....	56
<b>4.2.1 Conhecer o passado para entender o presente e projetar o futuro</b> .....	57
<b>4.2.2 As políticas públicas com a contribuição da comunidade através do conselho escolar</b> .....	59
4.3 A RELAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA...	62
4.4 AS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS ESCOLARES .....	64
<b>5. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR</b> .....	67
5.1 O CURRÍCULO OCULTO COMO FORMA DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR .....	67
<b>5.1.2 A relação de currículo e conselho escolar para a realidade da função</b>	



<b>pedagógica.....</b>	<b>70</b>
<b>5.2 A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DESEMPENHADA PELO CONSELHO ESCOLAR .....</b>	<b>71</b>
<b>5.3. O CONSELHO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA.....</b>	<b>73</b>
<b>6. METODOLOGIA .....</b>	<b>76</b>
<b>7. PERCURSO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>87</b>
<b>7.1 RESULTADOS QUALITATIVOS .....</b>	<b>88</b>
<b>7.1.1 Preparação e coleta de dados qualitativos .....</b>	<b>90</b>
<b>7.1.2 Análise dos dados qualitativos obtidos.....</b>	<b>94</b>
<b>7.1.2.1 Participação na construção da gestão democrática .....</b>	<b>95</b>
<b>7.1.2.2 A gestão democrática nos conselhos investigados .....</b>	<b>100</b>
<b>7.1.2.3 A função pedagógica dos conselhos escolares evidenciada nas entrevistas .....</b>	<b>105</b>
<b>7.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS .....</b>	<b>111</b>
<b>7.2.1 Preparação e coleta de dados quantitativos .....</b>	<b>112</b>
<b>7.2.2 Análise dos dados quantitativos obtidos .....</b>	<b>113</b>
<b>7.2.2.1 Participação na função de conselheiro .....</b>	<b>113</b>
<b>7.2.2.2 Contextualização do conselho escolar na constituição de uma gestão democrática .....</b>	<b>115</b>
<b>7.2.2.3 Quanto à função pedagógica do conselho escolar .....</b>	<b>121</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE – PRODUTO FINAL (CAPA).....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA CONSELHEIROS ESCOLARES .....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXO B – MODELO TCLE PARA MAIORES DE 18 ANOS – CASO GERAL ...</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO C – MODELO DE TCLE PARA PAIS DE MENORES DE 18 ANOS .....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO D – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO E – MODELO DE TCLE TERMO DE COMPROMISSO UTILIZAÇÃO DE DADOS EM ARQUIVO (DO PESQUISADOR) .....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO F – PARTE DA LEGISLAÇÃO GAÚCHA REFERENTE À ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES. LEI 10.576/95 .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO G – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA LOCAL...</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação é uma ação bastante ampla, que ocorre através de processos informais, formais, não-formais e está em todos os lugares. O contato com ela é constante, pois ora somos mestres, ora somos discípulos. É natural que um assunto tão importante e tão contínuo na vida do ser humano seja objeto de muitos estudos. Como afirma Brandão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1981, p. 7).

No campo educativo, observam-se três práticas distintas, que se realizam separadas, mas não autônomas uma da outra, são elas: educação informal, educação não-formal e educação formal.

A educação informal está diretamente voltada ao comportamento, hábitos, valores não intencionados e não institucionalizados.

Educação formal trata da realização das ações dentro de escolas, cursos, etc., onde as aulas acontecem na maioria das vezes dentro de uma sala, utilizando-se de livros didáticos, lousa, caderno.

A educação não-formal é vista como aquela que ocorre fora do sistema formal de ensino, mas complementa esse. Por isso, relações de aprendizagens por meio da sociedade civil não se restringem apenas ao ambiente escolar.

Uma visão ampla coloca a educação como algo presente ao longo de toda vida do ser humano e ter consciência disso, principalmente na sociedade globalizada em que vivemos, ajuda a entender a relação existente entre os conceitos: informal, não-formal e formal na constituição do Conselho Escolar (CE) de uma escola, que como instância permite que parcela de seus conselheiros sejam representantes de pais e da comunidade. Porém, estando esse conselho dentro da formalidade escolar.

Para tanto, o caminho escolhido nesta pesquisa parte do método dialético no trabalho educativo considerando a prática social dos homens como ponto de partida e de chegada da prática educativa a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica de Saviani.

O tema Conselho Escolar já foi bastante estudado, ocorreram diversas iniciativas que buscaram problematizar esse tema no decorrer do tempo, principalmente após a promulgação

da Constituição Federal/88 (CF/88). Devido a isso, é importante e desafiador rever como, após anos de estudo e implementação de políticas educativas diversas, se mostram os CE, se há objetivos consolidados e se está sendo concretizado o princípio da Gestão Democrática.

A história da educação desde a antiguidade já demonstrava isto: uma educação que acontecia no espaço da casa, nas organizações e com o tempo houve a necessidade de estabelecer lugares apropriados para o desenvolvimento do conhecimento. Embora o assunto seja interessante, a intenção desse estudo não foi rever a historicidade da educação, mas se fez necessário, como preliminar, lembrar o lugar que tem a comunidade escolar, dentro de um espaço formal da educação como é o CE e, principalmente, onde, como e de que forma se inseriu esse órgão, trata de novas possibilidades de organização da escola e de exercício da democracia.

Nesse sentido, para colaborar, dentro de uma visão humanista e participativa do todo que se compreende comunidade escolar, a CF/88 instituiu uma forma diferente de organizar o ensino público que foi sendo ampliada com algumas legislações, muitas delas objeto de pressão pelos movimentos sociais que ajudou a formar um colegiado representativo dos segmentos que compõem a escola, denominado Conselho Escolar, materializando assim o princípio da gestão escolar. Esse CE passou a indicar algumas funções que legalmente de forma explícita são: “consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras” (RIO GRANDE DO SUL, 1995) para deliberar e educar as gerações sob a sua responsabilidade.

O Conselho Escolar é o órgão maior quanto à tomada de decisões que ocorre na estrutura interna da escola. Ele representa os segmentos escolares através de seus conselheiros oriundos das diversas parcelas que compõem a escola: pais, alunos, professores e funcionários. Esse conselho é um dos maiores exemplos da reprodução da participação social que se busca na tentativa de praticar uma gestão descentralizada.

Aliado a isso, é cada vez mais necessário à formação científica como, por exemplo, a que é oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação (MPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Erechim/RS* que, voltada para a realidade social, oportuniza a reflexão, embasa teórica e cientificamente a prática de uma educação transformadora na comunidade em que se insere, e auxilia na formação de docentes pesquisadores em ambientes formais e não-formais de ensino.

*O objetivo principal desse Mestrado consiste em “Contribuir com a formação de docentes-pesquisadores que possam fortalecer a Educação Básica na criação de práticas curriculares e produtos de aplicação imediata no desenvolvimento educacional, considerando a reflexão sobre a vivência pedagógica, ampliando o*

*horizonte dos saberes docentes embasados na experiência e na experimentação da docência e da gestão escolar e implantando ações transformadoras no campo dos processos pedagógicos formais e não formais” (SARTORI E PEREIRA, 2019, p. 22, grifos dos autores).*

Com essa intenção é possível, mesmo que de forma indireta, afirmar que movimentos acadêmicos como são os Mestrados Profissionais em Educação podem contribuir para a orientação e o desenvolvimento de muitas ações oriundas das políticas educacionais diretamente na prática escolar.

Nesse sentido, a escola não pode eximir do papel de buscar uma formação cidadã, voltada para a participação crítica, em que todos tenham voz e vez, assim como não pode deixar de colocar toda sua força na criação alternativa de espaços de participação social e com isso rebater uma organização conservadora de gestão que procura ampliar a sua atuação. Como argumenta Libâneo:

[...] é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

Assim, buscou-se conhecer a relação do trabalho colaborativo dos CE na gestão democrática das escolas e propor uma atuação protagonista deles nas comunidades em que atuam, principalmente, na função pedagógica. Tudo isso sob a luz do referencial teórico demarcado por um limite teórico-metodológico dialético que oportunize o conhecimento dos contextos socioculturais e institucionais e os desafios da gestão escolar para a construção da escola participativa e democrática, observando a atuação dos conselhos escolares em sua função pedagógica e seu reflexo na comunidade investigada.

Como professor da Rede Estadual de Ensino em Sarandi/RS, o autor deste estudo viveu, na atuação como conselheiro escolar, um período com mais liberdade para a participação e democracia na escola. No entanto, era perceptível a inércia, a falta de formação, fragilidade de critérios de escolha dos membros, de espaços e da pouquíssima valorização da função de conselheiro escolar. Um órgão representativo que poucos se aventuravam em participar, pois se tornava mais cômodo aceitar ordens sem questionar, já que o questionamento poderia gerar o conflito e esse, embora pudesse ampliar a liberdade e caminhar para uma educação cada vez melhor, era e ainda é deixado à mercê de quem domina política e economicamente a comunidade. Porém, não é aceitável a situação de viver sem pensar, em poder modificar a

realidade, principalmente para um educador que busca formar um novo aluno preparado para atuar na sociedade em que vivemos, conhecedor das contradições e em busca de sua superação.

Dessa forma, pelo pensamento de que o CE é constituído por seres humanos, formado por mulheres e homens que se reúnem para debater e decidir as direções da escola de forma coletiva, efetivada de maneira concreta na ação continuada de trabalho, seja pela ação ou pela interação em um processo de transformação individual e do coletivo escolar, não restam dúvidas que assumimos a concepção pedagógica dialética.

Enquanto a pedagogia da essência é extremamente determinista, mecânica, e a concepção existencialista é voluntarista e pessimista, a pedagogia dialética da educação é social, científica, uma pedagogia voltada para a construção do homem coletivo, voltada, portanto para o futuro (GADOTTI, 2001, p. 157).

Uma das mudanças, oriundas das últimas décadas, foi a maior importância atribuída aos CE para a construção de uma gestão democrática da escola. Tratando com maior representação as diversas funções que, em resumo, são separadas em eixos de atividades:

- a) Deliberativa: esta função está relacionada à elaboração do projeto político pedagógico e de regimentos e normas internas da escola, em sintonia com as normas da rede de ensino. Quando cumpre a função deliberativa, o CE decide, aprova ou propõe encaminhamentos de diversos assuntos do cotidiano da escola e do seu funcionamento pedagógico, administrativo ou financeiro.
- b) Consultiva: esta função diz respeito às ações de assessoria e análise de questões vindas dos diferentes segmentos da escola, professores, coordenadores, técnicos, diretores etc., onde o conselho escolar sugere ou aplica soluções em sintonia ou não com a direção da escola.
- c) Fiscal: esta função se refere às práticas de acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, onde o conselho escolar avalia e garante o cumprimento das normas da escola e a qualidade da educação que oferece no cotidiano escolar.
- d) Mobilizadora: esta função se relaciona com a promoção da participação ativa e integrada dos representantes da escola e da comunidade em atividades, onde o conselho escolar fomenta a democracia participativa e contribui para a qualidade social da educação (BRASIL, MEC, 2004, p.41).

A expressão “função pedagógica”, embora não esteja escrita em destaque no corpo de muitas legislações e em muitas teorias, se encontra transpassando implicitamente as demais funções, como podem ser compreendidas a partir da leitura das funções mais convencionais estudadas. A função pedagógica refere-se ao acompanhamento que deve ser prestado em relação às ações pedagógicas educativas desenvolvidas no ambiente escolar, deve ser feito de maneira constante, com objetivo de identificar problemas e sugerir alternativas que tenham como resultado o crescimento dos alunos em todos os seus aspectos e assim, fazendo a diferença na comunidade em que participam.

Dessa forma, a função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no “olhar” comprometido que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem, qual seja: no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola (BRASIL, MEC, 2004, p. 18).

Como foi observado no decorrer deste estudo, o tema dos Conselhos Escolares teve um grande impulso no início dos anos 2000, quando, como resultado de grande mobilização democrática da sociedade brasileira, deu fortes passos para a constituição de um conselho por escola em todo o país. Esse movimento fez surgir o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), no mandato 2003-2006 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e conseqüentemente, muitas pesquisas sobre o assunto foram desenvolvidas nos anos seguintes.

No entanto, ao realizar a técnica do “estado do conhecimento” tendo por base a atual Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é possível perceber que o assunto não se encontra entre os mais estudados nos últimos dez anos, principalmente quando se tenta pormenorizar a função pedagógica do Conselho.

Essa “possível indiferença” que se observa pelo debate do tema e, conseqüentemente, pela vivência cotidiana das atuações do CE, foi explorado em capítulo posterior, no entanto, desde esse primeiro momento é importante fazer pensar em uma pesquisa que direcionou o olhar investigativo no sentido de observar e, se possível, resgatar as funções dos conselhos escolares, fazendo uma análise de como ele se encontra na atualidade.

Assim, o problema delimitado para essa pesquisa foi: como os conselhos escolares das escolas estaduais no município de Sarandi/RS podem atuar pedagogicamente de modo a transformarem-se em instrumentos de democratização?

Para isso, se estabeleceram os seguintes objetivos:

Objetivo geral: identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos CE, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica.

Objetivos específicos:

1 - Contextualizar a participação do CE na constituição de uma gestão democrática dentro de um marco temporal e local delimitado;

2 - Analisar a participação na construção da Gestão Democrática e como ela se verifica na atuação dos conselheiros escolares na condução de ações educacionais;

3 – Identificar a função pedagógica do CE e os possíveis desafios para a realização eficaz dessa responsabilidade nos conselhos atuais.

O relatório da pesquisa foi organizado em seis capítulos:

No primeiro capítulo, apresenta-se o Estado do Conhecimento, o olhar para outras pesquisas, bem como a reflexão crítica devida à redução de pesquisas sobre o tema Conselhos Escolares.

A constituição histórica dos Conselhos e dos Conselhos Escolares compõe o segundo capítulo, onde também se encontra a contextualização do município onde ocorreu a pesquisa.

O terceiro capítulo versa a respeito dos desafios para a realização da participação, atrelando a eficácia da função pedagógica do CE, sua relação com o currículo e as políticas públicas.

O quarto capítulo, por sua vez, delimita e estabelece reflexões sobre a função pedagógica do CE, o currículo oculto e uma breve relação da função política-pedagógica e a violência escolar, uma vez que os CE também podem atuar mobilizando a comunidade escolar para impedir casos de violência na escola.

A escrita do quinto capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa qualitativa com parte quantitativa, pois neste caso ficou evidenciado que o método mais adequado foi o método misto, com os detalhamentos, etapas e especificidades presentes no decorrer da pesquisa.

Por fim, no sétimo capítulo encontram-se a análise e demonstração dos dados coletados, a contextualização dos CE das escolas investigadas, a articulação teoria e prática demonstrada pelas respostas dos questionários, entrevistas e observações dos documentos estudados.

Dentre os desafios da pesquisa e do pesquisador se faz importante registrar que as construções possíveis consideram as semelhanças nas respostas dos entrevistados e as diferenças observadas nos documentos. O cruzamento deste conjunto de dados com o referencial teórico-metodológico é que deu consistência para tratarmos da realidade do recorte local investigado.

As análises do referencial teórico delimitado para o estudo nos levaram a reconstruir o caminho da formação do Conselho Escolar: um órgão resultante de mobilizações populares que buscaram a gestão democrática na escola pública, contudo, moldado pelas estruturas legais. No início dos anos 2000, um forte trabalho de construção dos conselhos teve apoio do MEC, e na gestão dos Ministros Cristovam Buarque e Fernando Haddad, socializando um conjunto de materiais para formação de conselheiros, em nível nacional, que trouxe, além dos textos e

orientações, um diagnóstico com possibilidades e indicações de pontos a serem considerados para o exercício da função pedagógica do Conselho Escolar.

Ademais a presente pesquisa, apoiada em uma concepção que permite perceber o objeto em seu movimento, uma vez que dialética, ao desenvolver seus objetivos, pôde, a partir da atuação dos CE, referendar a importância da participação, como um dos possíveis exercícios para pensar as relações dentro da escola, e desse modo aproximar o olhar sobre a função pedagógica.

Como desfecho da pesquisa, e resultante da mesma, apresenta-se como produto final a construção de um caderno temático aos conselhos escolares da rede pública estadual de Sarandi/RS, com apontamentos para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos escolares. O referido material considera as lacunas apresentadas pelos entrevistados, bem como liga aspectos que podem auxiliar na condução da educação democrática sugerindo ações que poderão ser adotadas a nível local e regional. Dentre os compromissos assumidos, a devolutiva para a concedente da pesquisa ocorrerá por meio da entrega de folder e de caderno temático à representação do comando da educação pública estadual a qual pertencem os CE das escolas investigadas, isto é, à 39ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), tal exercício visa materializar a contribuição social do estudo.



## 2. ESTADO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento através da pesquisa requer: identificação, esquematização e análise da produção acadêmica. Esse levantamento de dados permite ao pesquisador refletir sobre o conhecimento já produzido e com isso aprimorar a sua visão sobre o que está sendo estudado. Realizar essa busca pelo que já foi trabalhado sobre os diversos temas, dentro do conhecimento científico, é a realização do Estado de Conhecimento.

Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

A realização de Estado de Conhecimento na construção da pesquisa científica é um instrumento bastante novo no Brasil, mas com um potencial amplo, já que possibilita atualizar e sintonizar o futuro da pesquisa, requerendo uma familiaridade bastante singular do investigador pelo estudo a ser desenvolvido. Como dizem Morosini e Nascimento (2015, p.2): “O estado de conhecimento tem sido pouco utilizado no Brasil, pois ele implica num domínio do campo em estudo pelo pesquisador.”

O desafio de realizar uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo como objeto os conselhos escolares, encontra na prática do Estado de Conhecimento um alicerce firme para construir seus resultados, pois não se trata somente de dados quantificados, mas sim de um levantamento de dados qualitativos que se articulam para formar um novo conhecimento.

A metodologia para a construção do estado de conhecimento pode ter, simplesmente, um caráter quantitativo ou pode vir aprimorado pelo caráter qualitativo. Ou seja, o pesquisador pode levantar dados quantitativos que lhe digam o número, o tipo de produção em relação às páginas, as ilustrações, as partes que compõe o corpo do produto, e outras “n” características da obra em questão (MOROSINI; NASCIMENTO, 2015, p. 2).

Para a identificação da produção científica sobre a formação, atuação e relação entre o CE com a gestão democrática foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT) para verificar o que foi produzido sobre a temática no período dos últimos dez anos. Tal exercício permitiu a seleção de pesquisas relacionadas ao tema que será analisado nesta dissertação.

Após a consulta e seleção dos materiais da investigação, a construção do Estado de Conhecimento é composta de: *bibliografia anotada* (referência e resumo), *bibliografia sistematizada* (número do trabalho, ano de defesa, autor, título, nível, metodologia e resultados), *bibliografia categorizada* (número do trabalho, ano de defesa, autor, título, nível, metodologia, resultados e conceituação) e *reescrita*, seguindo os passos propostos por Morosini e seus apoiadores.

## 2.1 REVISÃO EM OUTRAS PESQUISAS

Nas primeiras tentativas, em janeiro de 2022, foi realizado o referido estudo com pesquisa na BDTD e no IBICT, sendo utilizado, em primeira análise, o descritor “Conselho Deliberativo Escolar”, retornou como resultado: “nenhum trabalho encontrado” no período dos 10 anos propostos. Foi necessário ampliar a pesquisa usando o mesmo descritor para os últimos 20 anos deixando em aberto todos os campos de filtragem sugeridos pela plataforma. Essa busca retornou apenas um trabalho. O resultado, embora frustrante, não desanimou este pesquisador, mas já indicou que seria difícil trabalhar com dados muito antigos.

Para continuação desse estágio da pesquisa foi inserido no sistema de buscas citado acima o tema “A Função Pedagógica dos Conselhos Escolares deliberativos”, em pesquisas desenvolvidas no nível de mestrado e doutorado, nos programas de Pós-Graduação Brasileiros, para isso foi utilizada como expressão inicial CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR, tendo como período pesquisado os últimos 10 anos, ou seja, pesquisas realizadas de 2012 a 2022. Essa configuração, mais uma vez, retornou como resposta “nenhum resultado”. Então foi necessário ampliar a pesquisa usando o mesmo descritor para os últimos 20 anos deixando como todos os campos como filtro. Essa busca retornou apenas um trabalho.

A pesquisa é uma construção que se faz e se desfaz na medida em que a investigação vai avançando. Essa também é um exemplo disso. Os rumos que levaram esse primeiro levantamento em outras pesquisas permitiram, com auxílio e orientação da banca de qualificação, repensar a estratégia e tentar mais uma vez a observação das pesquisas que foram realizadas com a temática nos últimos anos, agora com novos descritores, mas buscando sempre o elemento pedagógico, que orienta a pesquisa. Além disso, o forte apoio da literatura, composta de artigos digitais e literários foram de grande importância para o desenvolvimento do estudo.

Optou-se por teses e dissertações, embora haja vasto número de artigos e periódicos científicos sobre o tema, as dissertações e teses possuem um arcabouço maior que pode levar a dados complementares caso o principal objetivo da pesquisa não seja encontrado.

A nova visita a outras pesquisas foi realizada em duas bases de dados (BDTD) e Plataforma Sucupira em 21 de agosto de 2022. Como descritor foi utilizada a expressão “CONSELHO ESCOLAR”. Os filtros aplicados para refinar a pesquisa e encontrar o assunto mais próximo do objeto de estudo foram: últimos cinco anos (2018 a 2022), área do conhecimento “Ciências Humanas – educação”.

Na base de dados da BDTD, na data pesquisada, foram encontrados nove títulos dos quais a maioria tinha como objetivo o debate sobre a participação e a gestão democrática nos CE. Esses assuntos, embora relevantes e necessários, quando se propõem estudar o tema representado no título dessa pesquisa devem ser considerados, no entanto a busca se concentrava em pesquisas que relacionassem o CE com a função pedagógica desse conselho. Nessa base, teve um trabalho em específico e dois outros que de forma indireta dissertaram sobre o segundo objetivo da pesquisa quando relaciona o CE com a atuação dos conselheiros escolares.

A base de dados da Plataforma Sucupira, na mesma data de investigação, retornou vinte títulos, dos quais sete representavam com mais força os temas: a gestão democrática, participação, implementação dos CE e temas relacionados, mas nenhuma pesquisa que focasse a função pedagógica do CE, a não ser a mesma que já tinha sido encontrada na base da BDTD.

Diante da realidade demonstrada pelas bases estudadas, optou-se por observar o estudo que foca o assunto em específico nessa pesquisa: “A Função Pedagógica do Conselho Escolar” e também a relação com as outras pesquisas que é relativa à formação do conselheiro ao qual é pertencente o segundo objetivo da pesquisa. Esses assuntos estão abordados também na parte teórica, assim como os demais temas demonstrados nessa revisão. Porém, pela consideração do centro da investigação, a escolha se deu nos trabalhos listados no quadro abaixo com a base de dados da BDTD. A Plataforma Sucupira, embora de grande ajuda, representa os mesmos trabalhos, que não têm a base que se busca pormenorizar. É interessante também a reflexão sobre os motivos que levam a tão poucos trabalhos sobre a temática nos últimos anos, o que foi exposto em seguida.

Quadro 1 – Trabalhos da BDTD/2022

AUTORES/INSTITUIÇÃO	TÍTULO	LOCAL/DATA
---------------------	--------	------------

BARROS, Maria Luciene Urbano de - UFRN	A função política-pedagógica do Conselho Escolar da Escola Municipal Antônio Campos	Natal/RN/2018
SILVA, Janaina Lima dos Santos - UFMA	Conselho Escolar: Mecanismos de participação da comunidade na gestão das escolas municipais de Imperatriz/MA	Maranhão/ 2021
SANTOS, Kennedy Pinheiro dos – UFJF	A atuação do Conselho Escolar em um centro de educação de tempo integral da rede estadual do Amazonas.	Juiz de Fora/MG/ 2018

Fonte: Organizado pelo autor em 2022.

Apesar das especificidades e originalidades de cada trabalho científico, alguns se assemelham ao centro dessa pesquisa ou aos objetivos por ela elencados.

Dentre os trabalhos relacionados acima, a dissertação de Maria Luciene Urbano de Barros da UFRN é aquela que possui uma relação mais direta com o assunto em estudo. Trata-se de uma pesquisa que assumiu o método materialismo histórico e dialético, com pano de fundo, teve uma reflexão sobre a consciência política e partiu da compreensão da função político-pedagógica do CE para a nota 6.5 no IDEB no ano da pesquisa, além de não haver reprovação e evasão. A pesquisa apontou que o CE é o lugar onde se geram condições de implicação consciente da comunidade escolar para construir as circunstâncias que possibilitam a aprendizagem dos estudantes. Ao final, a autora conclui que a autoridade pedagógica dos conselheiros é a legitimação da prática política-pedagógica que autoriza a comunidade escolar a construir rumos dos processos educativos da escola.

O segundo trabalho tem como título “Conselho Escolar: Mecanismos de participação da comunidade na gestão das escolas municipais de Imperatriz/MA” apresenta as práticas desenvolvidas pelo Conselho escolar nas escolas estaduais do município de Imperatriz, trabalha os mecanismos de participação da comunidade e da gestão nas escolas da rede municipal de Imperatriz/MA. Nesse estudo também está presente o materialismo dialético, análise de documentos, entrevista semiestruturada e apresentou como produto uma formação de Conselheiros Escolares da rede municipal o que é importante e vem ao encontro do segundo objetivo dessa dissertação, pois se coloca em debate a formação do conselheiro. Os demais assuntos trabalhados na pesquisa de Janaina Lima dos Santos Silva são similares aos trabalhados nos demais capítulos dessa dissertação.

O terceiro texto de Kennedy Pinheiro dos Santos buscava identificar os motivos pelos quais o CE de um Centro Educacional de Tempo Integral, da rede estadual do Amazonas, não estava atuando como instrumento de gestão democrática. Kennedy dissertou sobre a necessidade de melhorar a atuação na busca da democratização da gestão escolar, através de uma pesquisa qualitativa, com entrevista semiestruturada, análise de documentos e outros. A identificação dos motivos apontados pelo autor tratava-se da existência de um CE acionado somente para legitimar as decisões da gestão escolar e a falta de conhecimento das funções do CE pelos seus membros. A exemplo do segundo texto, também se propôs a criação de um curso de formação de conselheiros, elaboração de um plano de ação e divulgação de informação sobre os conselhos a fim de contribuir para que o CE fosse mais atuante e se consolidasse como espaço de participação. Mais uma vez, não se tratou em específico na função pedagógica, debateu as questões de participação e democracia e citou a importância da formação dos conselheiros.

A visita a outros estudos constante nas bases de dissertações e teses trouxe contribuições para a pesquisa, embora o tema seja mais ligado com o primeiro texto, o segundo e o terceiro referendaram o que se aponta nessa dissertação indicando que o tema não se trata apenas de uma realidade local. O primeiro texto indica o que é fundamental dentro do recorte geográfico e histórico desse estudo, e que aponta em uma das hipóteses que um conselho consciente de suas funções pode contribuir para a aprendizagem dos alunos.

## 2.2 A APATIA DA PESQUISA DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR

Ao visitar outras pesquisas com foco em identificar a função pedagógica do CE nos últimos cinco anos e observando o “desapreço” pelo tema faz com que haja uma necessária reflexão e estudo.

O CE, como já evidenciado, é um órgão colegiado composto por representantes da comunidade escolar e pode, entre suas funções, deliberar sobre questões político-pedagógicas. Essa contribuição é fundamental para a construção da cidadania participativa que vai definir os rumos e as prioridades de uma escola emancipadora. No entanto, as pesquisas atuais se detiveram em estudar o campo maior da gestão democrática e a participação quando relacionadas ao CE, ou investigaram o PPP dando pouca atenção à atuação do CE, isso se deve

muitas vezes ao que foi colocado no segundo texto do item anterior, que afirma: “um CE que apenas legitima as decisões da equipe gestora com pouca participação efetiva” e que foi colocado nos capítulos posteriores.

A importância de colocar em evidência o CE, dentro da sua função pedagógica, é acompanhar cotidianamente a execução do PPP para a construção de uma sociedade melhor.

Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira (BRASIL, 2004, p. 36).

É claro que a comunidade e a escola são realidades complexas, por isso o processo de construção e desenvolvimento do projeto político-pedagógico não é algo que se realiza com rapidez e facilidade. Além disso, a falta de investimentos na Educação e na Ciência, em modo geral, afetou também estudos sobre o CE. Assim, o “desinteresse” pela pesquisa da função pedagógica dos CE tem uma raiz na construção de um PPP na escola, que muitas vezes é feita pelo cumprimento do dever legal, dirigindo assinaturas que o endossam, mas sem a compreensão do mesmo, sem, contudo, diversas vezes esse documento estar em local de difícil acesso para a comunidade escolar.

Outro motivo e talvez o principal deles está relacionado com a função social da escola no cenário brasileiro no decorrer do tempo, principalmente nos últimos anos:

O Brasil enfrenta profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, configurando-se na sociedade capitalista como país dependente. Em decorrência, vive um processo histórico de disputa de vários interesses sociais, por vezes inteiramente opostos. Nesse processo, homens e mulheres, organizando-se em várias instituições, fazem, a todo o momento, a história dessa sociedade (BRASIL, 2004, p. 14).

Após a promulgação da CF/88, foi possível observar que, através de pressão de movimentos sociais e a chegada de uma ideologia mais alinhada com o pensamento participativo, foi trazendo a democracia participativa para dentro da escola. Isso, de certa forma, era um incômodo para a elite que se sentia ameaçada, mas, na época, não foi possível deter algumas alterações legais e instruções administrativas que fez com que o gestor assegurasse a gestão democrática. Como afirma Gracindo:

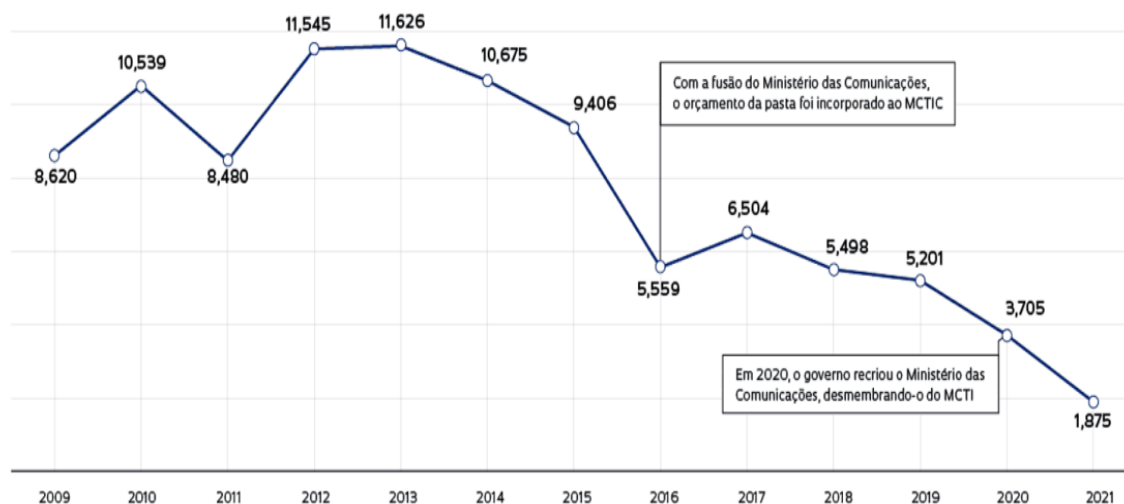
A partir das novas demandas apontadas, conseqüentemente, novas práticas se apresentam para o gestor escolar, no sentido de assegurar a gestão democrática. Dentre

elas, pode-se destacar a importância de sua relação com os conselhos escolares, grêmios estudantis e outras formas colegiadas de participação dos segmentos que compõem a escola e a comunidade local. É uma prática que, se de um lado, envolve a desconcentração do poder, de outro traz legitimidade e aderência de todas as ações do dirigente, posto que consensuadas (GRACINDO, 2009, p.139).

Essa realidade fez com que a demanda de pesquisas em relação ao CE ampliasse muito no início dos anos 2000. As metas do Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do governo federal, que entre outros objetivos levava a intenção de criar um CE por escola, além do maior valor investido em ciência, pesquisa, educação e tecnologia fez com que os estudos e pesquisas aumentassem.

A sociedade construiu pontes firmes durante o período citado acima e a tendência de evolução era significativa, no entanto crises políticas e econômicas, aliadas à filosofia de novos governos, fizeram com que o panorama de investimento em pesquisa e em educação modificasse completamente, pois, o começo dos anos 2020 teria espaço para ampliação e construção de novas pesquisas, o que pouco ocorreu.

**Figura 1 – Recursos Federais utilizados em pesquisa de 2009 a 2021**



\*Orçamento dos últimos anos em R\$ bilhões, atualizados pela inflação (IPCA)

Fonte: SBPC, LOA 2021 e sistema integrado de planejamento e orçamento.

Além disso, o esgotamento da sociedade na maioria das lutas e reivindicações parece estar presente cada vez mais. O objetivo de ter recursos para sobreviver se torna mais importante do que qualquer luta para melhorar o futuro de gerações. O mercado, a elite e os grupos de neoliberais que pareciam estar esquecidos sabem e se aproveitam disso. Esse sentimento

auxiliou a criação de condições para a eleição de um novo governo oposto ao desenvolvimento e ampliação de investimentos que houvera.

A redução de incentivos, como bolsas de estudo e de iniciação científica pelos órgãos governamentais contribuiu para a redução do número de pesquisas em todas as áreas no país. Segundo a lei de Acesso à Informação houve uma redução de 17,5% no número de bolsistas contemplados pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e de 16,2% pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) na vigência do atual governo federal.

Sem condições materiais, econômicas é difícil esperar que algum professor deseje fazer pesquisa. Segundo André:

Querer que o professor se torne um profissional investigador de sua prática exige que se pense nas exigências mínimas para a sua efetivação, ou seja: é preciso que haja uma disposição pessoal do professor para investigar, um desejo de questionar; é preciso que ele tenha formação adequada para formular problemas, selecionar métodos e instrumentos de observação e de análise; que atue em um ambiente profissional favorável à constituição de grupo de estudo; que tenha oportunidade de receber assessoria técnico pedagógica; que tenha tempo e disponha de espaço para fazer pesquisa; que tenha possibilidade de acesso a materiais, fontes de consulta e bibliografia especializada (ANDRÉ, 2014, p. 60).

A reflexão que trouxe esse estudo fez compreender que o “desapreço” pelo estudo da função pedagógica e do próprio CE têm motivações maiores que se encontram no próprio incentivo à educação em geral e a pesquisa científica no panorama atual. A pesquisa não perdeu a sua importância, e a tentativa de aproximar a universidade com a educação básica ainda é muito necessária.

Os desafios de descobrir caminhos para que o pesquisador possa ter: planejamento, qualificação profissional, espaço e tempos adequados se colocam como entrave para que o objetivo das pesquisas em educação e outros campos possam se desenvolver.



### 3. CONSELHOS E CONSELHOS ESCOLARES

A criação e atuação da gestão na forma de conselhos não é algo recente. Algumas comunidades, ao longo da vida, constituíram conselhos para os mais diversos fins. Embora seja de grande curiosidade analisar os primórdios da história dos conselhos, precisou-se estabelecer um marco temporal que faça sentido ao estudo. Afinal, o foco da pesquisa não se pode deslocar muito, sob pena de perder o objeto, e nem deixar de tratar de importantes delimitações históricas do conhecimento que formaram a base da realidade investigada. Por isso, nessa parte do estudo, fez-se necessário observar o contexto histórico e político em relação aos conselhos escolares, refinando a pesquisa a ponto de chegar à constituição dos CE nas escolas e localidade a ser investigada. Para esse estudo foi observado, em destaque, o pensamento de Genuíno Bordignon e Maria da Glória Gohn, Flávia Obino Corrêa Werle, além de documentos legais federais brasileiros, legislação do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e demais autores que dialogam a ideia apresentada neste espaço da pesquisa.

#### 3.1 APANHADO HISTÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS

As instituições sociais em geral são frutos de longa construção histórica e por isso ela se perde no tempo e se confunde com a história da política e da democracia. Ainda que a história marque origem de conselhos anos antes de Cristo<sup>1</sup>, vale a pena observar, em síntese, como sua atuação se deu no Brasil, como marco temporal inicial deste estudo. Aqui, uma das primeiras experiências com conselhos aconteceu no sertão da Bahia, na famosa história da Guerra de Canudos (1893 – 1897) em Canudos do Arraial de Belo Monte/BA, onde um grupo de 12 membros sob a liderança de Antônio Conselheiro construiu uma comunidade, onde tudo que produzia pertencia a todos, com direito a educação, casa e alimentação, conforme relatos históricos já consolidados.

---

<sup>1</sup> A busca pelo referencial teórico demonstra que existe uma diversidade de registros que indicam momentos históricos e concepções de conselhos de modo distintos. Para fins de análise do CE é importante conhecer isso para compreender como o tema vai sendo apresentado.

Havia, entre os seus integrantes, um pequeno grupo mais importante. Chamavam-no os “12 apóstolos”. O juiz preparador de Bom Conselho (Bahia), Pedro Batista do Espírito Santo, que descreveu a entrada solene do Conselheiro em sua cidade, fixou para a imprensa de Salvador os “12 apóstolos” (CALASANS, 2002, p. 78).

Como visto, os conselhos já existem há muito tempo, mas mudaram muito no decorrer da história, desde o momento que se tem conhecimento, até os tempos atuais onde a política era organizada por meio de conselhos.

De modo geral, percebeu-se que os conselhos exerciam a democracia direta e/ou democracia representativa como estratégia para resolver as tensões e conflitos resultantes dos diferentes interesses. Era assim, uma voz das classes que constituíam as comunidades locais. O sentido dado aos conselhos foi construído historicamente como forma de organização representativa do poder. Eles se situam na ligação entre o estado e a sociedade civil. Muitas vezes, foram utilizados na defesa dos interesses das elites “amparando” a sociedade.

Essa realidade era o que acontecia nos primeiros anos de nossa pátria, onde os conselheiros eram pessoas de grande conhecimento erudito que serviam aos governos.

O Brasil se instituiu sob o signo imaginário das cortes europeias, que concebia o Estado, no regime monárquico, como “*coisa do rei*”. Mesmo com o advento da república (*Res publica*), a gestão da “coisa pública” continuou fortemente marcada por uma concepção patrimonialista do Estado. Essa concepção, que situava o Estado como pertencente à autoridade e instituiu uma burocracia baseada na obediência à vontade superior, levou a adoção de conselhos constituídos por “notáveis”, pessoas dotadas de saber erudito, letrados. Conselhos de governo, uma vez que serviam aos governantes (BRASIL, MEC, 2004, p.16, grifos do autor).

A aparência de participação e democracia continuou a existir na história dos conselhos durante os anos que seguiram, principalmente nos anos de chumbo da ditadura, onde não havia mais pudor algum em tentar camuflar a gestão ao passo que elevavam o trabalho burocrático até o ponto de deixar de lado a realidade.

Os regimes autoritários, para se manterem adotam a estratégia de exacerbar o poder dos burocratas, subservientes ao respectivo mandatário na escala de pirâmide cartesiana, e estiolar o poder das instituições, especialmente dos colegiados, cuja manutenção se torna conveniente, não só pelas aparências, mas especialmente, para o funcionamento da burocracia (BORDIGNON, 2020, p. 141).

A partir da década de 1980, o país iniciou um processo de redemocratização, onde os movimentos populares ganham força e exigiram participar da gestão pública. Tal desejo resultou como consequência na elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988, (CF/88)

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) em 1996 e demais atos e resoluções que foram por fim positivados.

Nos tempos atuais os conselhos, embora desprezados por alguns e ignorados por outros, são importantes enquanto espaço de interesses e conflitos. Há, nos CE, uma constante dialética que ampara a construção da gestão democrática. De acordo com Werle (2003, p.47), “A instituição dos Conselhos Escolares está diretamente relacionada ao princípio da Gestão Democrática do Ensino Público”. Dessa forma, os CE, quando preservam seu poder reafirmando continuamente seu papel em ações na sociedade, buscam a cogestão das políticas públicas se constituindo em canais de participação popular na realização do bem público, materializando assim a gestão democrática.

Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado. Nos espaços da federação temos conselhos municipais, estaduais ou nacionais, responsáveis pelas políticas setoriais nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do trabalho, dos esportes, da assistência social, da previdência social, do meio ambiente, da ciência e tecnologia, da defesa dos direitos da pessoa humana, de desenvolvimento urbano. Em diversas áreas há conselhos atendendo a categorias sociais ou programas específicos (BRASIL, MEC.2004, p.17).

O texto referenciado acima mostra a realidade diferente, principalmente a nível federal, onde se caminhava para um modelo de sociedade participativa e democrática. Aquela iniciativa até podia ser alvo de questionamentos, mas ao menos apontava um caminho. Atualmente, os fatos mostram que os conselhos foram fortemente atacados, desqualificados e, muitas vezes, extintos em nome de reformas que entregam o bem público à iniciativa privada, deixando desamparado quem mais necessita do Estado. Como afirma Cardoso:

Aliada ao teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95), à extinção de vários dos conselhos de políticas públicas e de direitos (Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019), ao desmantelamento do planejamento plurianual federal e à ameaça de privatização e extinção de várias instituições públicas, conforma-se um cenário em que a vulnerabilidade institucional tende a aumentar substancialmente, comprometendo, no limite, a atuação do Estado em diversas áreas (CARDOSO, p. 54, 2021).

As constantes “expansão e retração” nos espaços de poder sempre estiveram presentes na história dos conselhos de educação no Brasil (BORDIGNON, p. 34, 2020). E, por isso, os fatos aprendidos no passado podem servir de base para evitar, por exemplo, o que ocorreu em 1994, quando por Medida Provisória o Governo Federal da época transformou o Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional de Educação, extinguindo o mandato dos conselheiros, sem qualquer consulta sobre a ação (BORDIGNON, p. 137, 2020). Não é o

objetivo desse estudo se aprofundar nesse tema, mas uma simples pesquisa vai identificar que não foi somente a troca de nomes dos órgãos que ocorreu, mas todo um contexto que assegurava poder ao grupo político que comandava o país a época.

Dessa forma, é possível dizer que, no decorrer da história, oscilamos: ora em um campo democrático e participativo, ora em um campo opressor e repressivo, ao passo que isso ia acontecendo, as alterações progressistas e populares não foram o bastante para concretizar uma participação verdadeira e segura, que pudesse afastar definitivamente os vestígios de um tempo em que a liberdade era cerceada por interesses recônditos. É preciso lutar e estar sempre em alerta.

### 3.2 A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NO BRASIL

No processo de elaboração da Constituição de 1988, muitos movimentos populares reivindicavam que fosse registrada, na parte da educação, uma maior participação da população na organização e desenvolvimento da educação. Como afirma Gohn:

No fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical. Inicialmente, houve declínio das manifestações de rua, que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. [...] O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988 (GOHN, 2011, p. 05).

Assim, não restou alternativa senão o legislador constituinte inserir, no texto constitucional, na parte da educação, em seu artigo 206, inciso VI “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, p. 123, 1988). A partir dessa expressão, iniciou-se o movimento intenso para a elaboração de uma nova LDB. “Aprovada a Constituição cidadã de 1988, os educadores reunidos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, logo iniciaram os debates e propostas para a nova LDB” (BORDIGNON, 2020, p. 107).

A nova LDB de 1996 trouxe importantes considerações que, a âmbito nacional, impulsionaram a gestão democrática e pôr fim a constituição dos CE nas escolas de todo o Brasil. Como está descrito no artigo 14 da LDB:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, p.16, 1996).

No entanto, não bastava existir a lei para que resultassem efeitos imediatamente. Era preciso ação. Afinal, é diferente quando se tem valores registrados em leis de uma forma e a realidade que acontece no ambiente escolar é outra. De nada adianta existirem leis, resoluções, Plano Político Pedagógico em cada escola apontando para uma realidade que respeite a opinião de todos em um ambiente democrático se na prática os valores trabalhados são outros.

Observando essa realidade o CE surge para garantir o que está colocado na lei, diferenciando do que já vinha sendo realizado quando a vontade de uma só pessoa era respeitada a despeito do grupo maior que constitui a comunidade escolar, como diz Haiudck:

Fato esse decorrente da cultura do poder centralizado na escola, que dificulta o entendimento de que o Conselho Escolar é um instrumento de democratização da escola pública, um colegiado composto por pessoas que representam a comunidade escolar [...] (HAIUDCK, 2021, p. 241).

Quando o sujeito participa leva consigo a responsabilidade daquilo que decide, se tornando, de acordo com Haiduck (2021 apud COSTA, 2016) “[...] coautor nas decisões referentes às políticas administrativa, pedagógica e financeira e articulador dos espaços de participação, a partir de uma relação ética”.

O CE não é apenas um órgão auxiliar, ele é “a própria expressão da escola, como instrumento de tomada de decisão” (BRASIL, 2004, p. 34). Esse é o pensamento teórico-metodológico que embasa a pesquisa ao refletir sobre um CE, enquanto espaço de disputa legitimado democraticamente. Conforme Batista (2016 apud, SANTOS, 2000), os CE estão “[...] intimamente relacionados com a dialética da construção da igualdade e da diferença, opondo-se aos sistemas de reprodução de desigualdades e exclusão transpostos para o interior das organizações escolares. ”

Dessa forma, mesmo com a grande movimentação popular iniciada poucos anos antes da constituinte de 1988 e mesmo com sua progressão após ela, o CE se tornava um apêndice na estrutura escolar carregada pelo ideal do gerencialismo. Era algo que só existia no papel, pois mesmo colocado como órgão maior nas legislações era na figura do diretor que se fixava na gestão da escola. Conforme Batista (2016, p. 143) “Contrariamente ao marco democrático que legitimou o Conselho Escolar como órgão máximo de gestão compartilhada da escola pública,

os diretores/as de escolas são alçados ao papel de principais agentes de inserção do novo modelo de gestão pública”.

A partir do primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma nova visão ganha destaque no campo educacional. Entendia-se que era preciso consolidar aquilo que as legislações indicaram anos antes e que fora deixado de lado pelo projeto do governo que estava posto na época da criação da CF e da LDB. Nesse período houve forte atuação do MEC, criando o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). Tratava-se de grupo de trabalho (GT) criado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério para elaborar materiais que auxiliariam estados e municípios a implantarem e fortalecerem os conselhos escolares em suas instituições de ensino. No entanto, é interessante observar o que nos informam os organizadores do PNFCE em seus cadernos de estudo:

O material instrucional não deve ser entendido como um modelo que o Ministério da Educação propõe aos sistemas de ensino, mas, sim, como uma contribuição ao debate a ao aprofundamento do princípio constitucional da gestão democrática da educação. Vale ressaltar que não é propósito deste material esgotar a discussão sobre o tema; muito pelo contrário, pretende-se dar início ao debate sobre essa questão, principalmente tendo como foco importante o Conselho Escolar (BRASIL, MEC, 2004, p. 8 - 9).

A iniciativa do governo federal da época teve presença nos estabelecimentos de ensino. O termo “gestão democrática” era cada vez mais citado, assim como a participação dos CE na gestão da escola. No ano de 2007 em continuidade o MEC lançou um revolucionário Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse plano teve entre seus objetivos “implementar instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade de ensino” (BRASIL, p.11, 2007).

Para fins desta pesquisa, são observadas as bases que criava em 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual chamou atenção para o CE, como colegiado de extrema importância para os estabelecimentos de ensino. Como diz a meta 19 do PNE:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. [...]

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros,

assegurando-se condições de funcionamento autônomo. [...] (BRASIL MEC, p. 59, 2014).

Além do CE, o PNE de 2014 já ressalta um modelo de controle participativo sobre as atividades educacionais que ampliou o sistema educacional com o Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos Municipais de Educação, entre outros.

Nesse sentido, com a vigilância atenta da comunidade, com desenvolvimento de programas especiais, a meta 19 do PNE foi aos poucos se estendendo Brasil afora, apesar de tardio, muitas escolas foram constituir seus CE em 2018 ou depois desse ano. Restou agora saber: depois de alguns anos, como esse importante instrumento de democratização das escolas, tão sonhado pelos movimentos populares na década de 1980, está se efetivando nas escolas? É tempo de observar, colher dados e indicar ações para embasar novas iniciativas, ou resgatar aquelas que foram pouco ou nunca realizadas no sentido de criar uma sociedade participativa e democrática a partir da educação.

### 3.3 A CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO SUL

Como se constatou no início desse capítulo os CE foram frutos de intensas mobilizações da sociedade iniciadas a partir da década de 1980 e ganharam destaque e espaço a partir da CF/88 e da LDB.

Os Conselhos Escolares ganharam destaque e começaram a se instalar no Brasil na década de 1980, mais precisamente ao final da década, pós a CF/1988, considerando a bandeira da democratização parte estruturante das reivindicações rearticuladas pelos movimentos sociais HAIDUCK (2021 apud ADRIÃO, 2006).

Essa situação também teve seu “grande” momento no Rio Grande do Sul, com ênfase a partir de 1990, quando os sistemas de ensino iniciaram a elaboração de suas leis de gestão democrática. O sistema gaúcho, antes da sanção da LDB, já mostrava intenções de abarcar uma gestão democrática em suas escolas, prova isso a elaboração da lei 9.232/91, revogada pela lei 10.576/95 que incorporou a essência da lei anterior, sendo que na abordagem sobre os CE permaneceu o entendimento da visão democrática de sua constituição e atuação. Essas normas dispõem sobre a constituição dos CE nas escolas estaduais.

No entanto, é importante olhar para o passado a fim de entender a luta de quem ajudou a construir os princípios democráticos positivados nas leis estaduais que instituíram os CE e a lei de Gestão Democrática nas escolas públicas estaduais e, dessa forma, contribuir para a construção presente ressignificando o futuro dos CE.

### 3.3.1 Contexto Histórico do Rio Grande do Sul de 1980 a 2023

Até 1985, no Brasil, vivia-se sob o regime militar onde os governadores eram escolhidos pelo governo central e referendados pela Assembleia Legislativa. A partir de 1982, com a proximidade do final do período militar e a redemocratização, ocorreram eleições diretas para disputa do governo do estado. Como se pode observar no quadro abaixo, houve intensa disputa de forças marcantes no estado modificando a cada mandato o projeto político que era proposto à comunidade gaúcha. Os governantes aqui relacionados também tinham, embora muitas vezes não assumissem nem lutassem para mudanças, a responsabilidade pelo movimento de democratização da educação. Esse é um dos motivos de grande “alternância<sup>2</sup>” no desenvolvimento da educação estadual.

Quadro 2 – Governadores e período de mandato de 1980 a 2023.

Período do mandato	Governadores e vices
15.03.1983 a 14.03.1987	Jair de Oliveira Soares (PDS) Claudio Enio Strassburger – Vice (PDS)
15.03.1987 a 01.04.1990	Pedro Jorge Simon (PMDB) – Desistiu do cargo para candidatar-se a Senador da República Sinval Sebastião Guazzellii – Vice (PMDB)
02.04.1990 a 15.03.1991	Sinval Sebastião Guazzellii (PMDB)
16.03.1991 a 31.12.1994	Alceu de Deus Collares (PDT) João Gilberto Lucas Coelho – Vice (PSDB)
01.01.1995 a 31.12.1998	Antônio Brito Filho (PMDB) Vicente Bogo – Vice (PMDB)
01.01.1999 a 31.12.2002	Olívio Dutra (PT) Miguel Rossetto – Vice (PT)
01.01.2003 a 31.12.2006	Germano Rigotto (PMDB) Antônio Hohlfeldt – Vice (PSDB)
01.01.2007 a 31.12.2011	Yeda Roratto Crusius – (PSDB) Paulo Afonso Girardi Feijó – Vice (DEM)
01.01.2012 a 31.12.2015	Tarso Fernando Herz Genro (PT)

<sup>2</sup> O Rio Grande do Sul foi conhecido até 2022 pela não reeleição de projetos políticos, embora alguns tenham sido semelhantes, cada governo busca implementar sua forma de organizar o Estado em campos opostos. O que formou, no decorrer da história, uma alternância de objetivos e projetos no que compete a educação gaúcha, deixando a educação mais para um projeto de governo do que um projeto de Estado.



	Jorge Alberto Duarte Grill – Vice (PSB)
01.01.2016 a 31.12. 2019	José Ivo Sartori (PMDB) José Paulo Dornelles Cairoli – Vice (PMDB)
01.01.2020 a 31.03.2022	Eduardo Leite (PSDB) – Desistiu do cargo, mas voltou a se candidatar a governador nas eleições gerais de 2022. Ranolfo Vieira Júnior – Vice (PSDB)
01.04.2022 a 31.12.2022	Ranolfo Vieira Júnior – Vice (PSDB)
01.01.2023 até o momento atual	Eduardo Leite – (PSDB) Gabriel Souza – Vice (MDB)

Fonte: organizado pelo autor, conforme informações colhidas no site: <https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/memorial-dos-ex-governadores-do-rio-grande-do-sul>, em 18/02/2023.

Nessa contextualização também se encontram outros dois movimentos de extrema importância que deram orientação à luta pela implantação da Gestão Democrática nos estabelecimentos de ensino público do Rio Grande do Sul e com ela a constituição dos CE. O primeiro foi a representação dos trabalhadores da educação estadual pelo Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato, que desde sua fundação em 1946 vem lutando pelo direito de seus associados e pela melhoria da qualidade na educação estadual.

Com mais de 80 mil associados (as), o CPERS é um dos maiores sindicatos da América Latina, servindo como referência para a luta e a organização de classe no país e no mundo. O ponto de partida dessa história data de 21 de abril de 1945, quando um aguerrido grupo de professores (as), constituído basicamente por mulheres, fundou o Centro dos Professores Primários Estaduais, lançando as bases para a criação do CPERS e posteriormente o CPERS/Sindicato (CPERS, 2014, p. 09).

As fortes manifestações do CPERS impulsionaram grandes conquistas para a classe dos trabalhadores da educação e para a sociedade como um todo. Greves, passeatas, protestos denunciaram e ainda continuam a denunciar a situação precária em que o governo estadual deixa a classe dos professores, os alunos e as famílias que mais necessitam de educação pública de qualidade.

O segundo movimento foi realizado pelas Associações ou Círculos de Pais e Mestres que também tiveram participação na conjuntura de forças para uma gestão democrática com a participação dos CE, pois representavam professores e pais antes da existência dos CE e como tais foram sujeitos da constituição histórica da gestão democrática e dos conselhos.

Além dessas importantes instituições em destaque outras também tiveram visibilidade no caminho percorrido após a promulgação da CF/88 e a elaboração da Constituição Estadual de 1989, na parte da educação. Eram inquietações sociais que deram origem a movimentos maiores. Nessa linha evolutiva de empoderamento social, o Fórum Nacional em Defesa da

Escola Pública (FNDEP) surgiu para buscar uma educação de qualidade para todos. Como afirma Gohn:

Origem do FNDEP: surgiu em 1986, em função de articulações realizadas objetivando a elaboração de uma Carta Magna para o País. Oficialmente ele foi lançado em Brasília a 9 de abril de 1987, através da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita, com uma denominação inicial de Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. O lançamento de Fórum foi acompanhado de um "Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita", seguindo uma tradição dos educadores brasileiros desde a década de 30. O Fórum dos anos 80 surge, inicialmente, para reivindicar um Projeto para a educação como um todo e não apenas para a escola (embora esta, na pública, seja o centro principal de suas atuações) (GOHN, 1992, p. 100).

A exemplo do que havia ocorrido no país em 1987, o território gaúcho organizou e desenvolveu um Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública que, juntamente com paralisações e mobilizações da categoria dos trabalhadores em educação na época, culminou pela construção de duas leis com ligação direta a gestão democrática clamada pelos movimentos populares e associações que participavam da constituinte como do fórum citado.

Uma das leis de abertura democrática tratava-se da 9.233/91, revogada pela lei 10.576/95. Essa dizia respeito à eleição para diretores de escola, a qual embora seja muito importante, não foi foco deste estudo. A lei 9.232/91, juntamente com a lei 9262/91 que se tratava dos CE nas escolas públicas estaduais também foram revogadas pela lei estadual 10.576/95 que, ao ser elaborada e aprovada, incorporou artigos das leis revogadas naquilo que dispôs sobre os Conselhos Escolares nas escolas públicas estaduais, ou seja: não mudou a forma de escolha dos conselheiros, apenas definiu a função do Conselho Escolar, regulamentou quase tudo, deixando pontos para serem observados por portarias. Ela também ampliou a abrangência do CE e também aludiu a sua constituição a âmbito estadual, como se pode observar no Anexo F, que traz parte da lei 10576/95 (lei de gestão democrática do RS) referente aos CE.

Com a constituição legal dos CE se amplia a participação da comunidade na escola já que antes era restrita aos pais e mestres nos CPMs. No entanto, os anos passaram e algumas ações que caminhavam no sentido de ampliar a participação de toda a escola foram sendo modificadas, regredindo apenas o sentido de uma lei que “fica apenas no papel”. Uma das possíveis possibilidades para esse feito foi a reserva dos CE apenas para cumprir a definição da norma legal ou simplesmente na ajuda ao espaço físico da escola. Como afirma Werle:

Os conselhos não existem apenas por definições legais, mas na medida em que as pessoas se dispõem a contribuir para o grupo, a (re) construir a proposta da escola pública. Por sua participação no Conselho pais, alunos, professores, funcionários se

comprometem com a gestão da escola, o que não é, simplesmente resolver a questão do muro da escola, da caixa-d'água, das lajotas do pátio, mas comprometer-se com os valores que estão sendo passados em sala de aula. Por isso, os Conselhos são únicos, não fórmulas de procedimentos. Não se constitui o Conselho Escolar, apenas, pela exigência da lei (WERLE, p. 267. 1997).

Além da consideração acima, não se pode desconsiderar que o pensamento que precedeu a constituinte e o Fórum em Defesa da Escola Pública ainda existem, mas até o momento tem sido difícil aglutinar forças para chamar atenção dos governantes e da sociedade sobre a importância de propor uma formação específica para conselheiros escolares da forma proposta na lei. Dessa forma, mesmo estando contida no interior das definições explícitas das funções dos CE, a função pedagógica ficou comprometida, sendo trabalhada por alguns autores que destacam com mais ênfase o pedagógico da escola em seus textos.

#### 3.4 UM POUCO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DE SARANDI E SUAS ESCOLAS ESTADUAIS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o município de Sarandi está localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul, na Região do Alto Uruguai, às margens da BR 386, a chamada Rodovia da Produção. No aspecto administrativo, o município está dividido em três distritos: Barreirinho, Ati-açu e Novo Sarandi, além da sede na cidade. O município possui uma área de 353,360Km<sup>2</sup> e uma população de 22.632 habitantes.

Na representação educacional, a nível estadual, o município possui cinco escolas estaduais que atendem crianças e adolescentes do interior, cidade e periferia. As escolas seguem as determinações da sua mantenedora, a Secretaria Estadual de Educação, em parceria com os órgãos municipais de educação. Quanto à composição dos membros dos CE pode-se dizer, de forma genérica, que são pessoas de diversos costumes e etnias que revelam as características locais de cada estabelecimento escolar.

A tabela abaixo mostra somente a identificação da escola por letras a fim de respeitar a privacidade de cada uma, número de alunos de cada estabelecimento e a localização dentro do município, no sentido de observar um panorama geral, uma vez que o número de conselheiros escolares é determinado por normativa estadual a qual segue como parâmetro o número de alunos de cada educandário. Os sujeitos da investigação como foi explicitado no capítulo

destinado a demonstrar a metodologia da pesquisa, são os conselheiros escolhidos pelas suas comunidades. Por isso é preciso de investigação pormenorizada a fim de entender como é desenvolvido o trabalho dos CE nessas instituições.

Quadro 3 – Localização das escolas públicas estaduais em Sarandi/RS e quantidade de alunos em 2022.

Nome da Escola	Etapa de Educação Básica atendida pela escola.	Número de alunos matriculados em 2022	Localização
Escola A	Ensino Fundamental	234	Interior
Escola B	Ensino Fundamental	180	Centro da Cidade
Escola C	Ensino Fundamental	230	Bairro próximo ao centro da cidade
Escola D	Ensino Fundamental <sup>3</sup>	32	Interior
Escola E	Ensino Médio	570	Bairro Próximo à periferia da cidade

Fonte: organizado pelo autor, conforme informações colhidas com direções das escolas em 20.04.2022.

A realidade da educação estadual em Sarandi/RS vem se modificando devido à municipalização de algumas escolas estaduais que o governo do estado, em regime de colaboração com o município, estabeleceu a transferência da manutenção. Há menos de dois anos, duas escolas já deixaram de fazer parte da rede estadual, e passaram à rede municipal. No entanto, até momento desta pesquisa, somente uma está atendendo alunos. Com a modificação da entidade mantenedora, as escolas passaram a seguir as normativas municipais, inclusive na organização e constituição dos CE, por isso foram excluídas do estudo que foca seu olhar nas escolas da rede estadual no município.

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo estudo de dois CE, de duas escolas com características diferentes na sua composição, estrutura e população atendida. No entanto, as normativas para a organização dos CE seguem uma única regra estadual definida pela SEDUC/RS e as atuações se observam na prática de cada escola que está contextualizada a seguir e pormenorizada na análise dos resultados empíricos observados.

<sup>3</sup> Nessa escola é ofertado Ensino Fundamental até o 7º ano.

### 3.4.1 Conhecendo a Primeira Escola Investigada

As contextualizações abaixo visam demonstrar a quem não conhece as escolas onde se apoiou a coleta de dados para a pesquisa. Tais informações foram compreendidas após leitura atenta dos Projetos Político Pedagógicos das escolas. O primeiro CE investigado refere-se a uma Escola Estadual de Ensino Fundamental situada no interior do município de Sarandi/RS, aproximadamente a 15 Km da cidade.

A comunidade onde a escola está inserida é sede de um distrito rural do município de Sarandi. A vila, como é chamada, tem uma infraestrutura de ruas pavimentadas, iluminação pública e sistema de distribuição de água e telefone feitos e mantidos pela prefeitura de Sarandi.

A escola conta com um efetivo de 22 professores, 03 funcionárias e uma monitora. A equipe diretiva é formada por diretora, vice-diretora, supervisora, e orientadora educacional, além de professora para a sala de recursos. Desde o ano de 2021, por pedido e organização de pais, foi iniciado o processo de abertura da etapa de Ensino Médio na escola.

A situação econômica das famílias que formam a comunidade escolar vai da classe média baixa na sua maioria para média alta. A participação das famílias na escola no dia a dia, nos auxílios em promoções, nas convocações da equipe diretiva e em outros momentos tem um alto índice.

É a única escola estadual localizada na zona rural, do município de Sarandi, que oferece ensino fundamental completo, atendendo também alunos da Educação Infantil, em parceria com Poder Público Municipal.

A população local onde a escola está inserida, na sua maioria, é de descendente de italianos, trazendo costumes desta etnia, mas com a vinda de alunos da sede do município houve diversidade cultural e de religiões. A maioria pertence à religião católica e a minoria a outras denominações cristãs.

A comunidade e as onze localidades que formam o distrito têm como principal fonte de renda a agricultura familiar e algumas agroindústrias, sendo todos proprietários.

Os alunos que moram na cidade de Sarandi e vêm até a escola têm sua fonte de renda fruto do trabalho que desenvolvem no comércio, indústria e serviço público dentre outros em sua maioria como empregados.

Os níveis de renda das famílias são razoáveis, podendo ter bom acesso a bens de consumo. Quanto ao nível de escolaridade da população, a maioria possui Ensino Médio

completo, e há um pequeno número com o Ensino Fundamental completo e Ensino Superior completo.

A comunidade se faz presente em tudo que a escola propõe, sendo a participação maciça em eventos e atividades pedagógicas desenvolvidas na escola. O CE e o CPM têm intensa interação com toda a comunidade escolar.

Nos índices de desempenho, a Escola no IDEB 2019 obteve a nota 7,70.

### **3.4.2 Conhecendo a Segunda Escola Investigada**

O segundo CE investigado refere-se a uma Escola Estadual de Ensino Fundamental situada na região central do município de Sarandi/RS. A comunidade onde a escola está inserida é conhecida como Bairro Centro, possui pavimentação, iluminação pública, está cercada de área comercial e prédios públicos da administração municipal. É a escola mais antiga do município.

A escola possui aproximadamente 180 alunos distribuídos nos turnos da manhã e tarde. A grande maioria deles é proveniente do bairro onde a escola está localizada, mas existem também alguns da periferia da cidade e comunidades do interior atendidas pelo serviço de transporte municipal público.

A escola conta com um efetivo de 16 professores e 5 funcionárias. A equipe gestora da escola possui diretora, vice-diretora, equipe pedagógica, composta por supervisão e orientação. A partir de 2019 a escola não oferece mais a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos para a conclusão do Ensino Fundamental como mais uma decisão política do governo estadual atual.

A situação econômica das famílias que formam a comunidade escolar são famílias de renda baixa composta por poucos filhos em média. A maioria dos pais trabalha nas fábricas da cidade, comércio e serviços terceirizados de limpeza, apostam na educação para desenvolver e dar um futuro melhor para seus filhos, mas não se comprometem muito, deixando para quase sempre as mesmas famílias a interação com a escola.

O educandário é um dos três estaduais ainda existentes na zona urbana do município, pois nos últimos anos a política dos governos neoliberais que governam o estado tem entrado com força na política de municipalização das escolas estaduais de Ensino Fundamental.

A população local onde a escola está inserida possui diversos credos com crescimento do público evangélico sobre o católico. Quanto à etnia, a escola possui uma verdadeira miscigenação de raças e culturas.

Alguns pais são presentes e auxiliam a escola em tudo que podem e esses também fazem parte do CE e do CPM.

Nos índices de desempenho, a Escola no IDEB 2019 obteve a nota 6.

### 3.5 COMPOSIÇÃO LEGAL DOS CONSELHOS ESCOLARES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

A legislação estadual sobre os CE, como visto anteriormente, estabeleceu limites para indicar quantos e quem pode ser conselheiro escolar, como também fixou marcos e funções para os conselheiros. Assim em norma maior a Constituição Estadual, tem a seguinte normativa:

Art. 213. As escolas públicas estaduais contarão com conselhos escolares, constituídos pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar, na forma da lei.

§ 2.º Os estabelecimentos públicos de ensino estarão à disposição da comunidade, através de programações organizadas em comum (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p.69).

A Constituição Estadual editou tópicos amplos sobre a constituição dos Conselhos Escolares. Dessa forma, a lei 10.576/95 ao incorporar a essência das leis 9.232/91<sup>4</sup> alterada pela lei 9262/91<sup>5</sup>, já revogadas, não estabeleceu normativa indicando quantidade de membros que comporiam cada CE. Devido a isso, a Secretaria Estadual de Educação, em maio de 2022, fixou portaria para regular e estabelecer a escolha e composição dos CE, atendendo o princípio do artigo 213 da Constituição Estadual, como demonstrado no quadro 3, abaixo representado.

Em análise simples, percebeu-se que a normativa legal não deixou margem para composição dos conselhos de acordo com a realidade de cada escola, ao contrário disso indicou em lei quadro demonstrativo para que nenhuma escola pudesse compor seu conselho fora da

<sup>4</sup> Essa lei deixava claro no seu Art 2º que o CE era o “órgão máximo de discussão ao nível de escola”, expressão que foi retirada na elaboração da lei 10.576/95 que a revogou.

<sup>5</sup> Embora a lei 9262/91 tenha modificado em parte a lei 9.232/91, ela não modificou a quantidade de membros a comporem os CE. Essa informação foi somente republicada e ampliada na lei 10.576/95, disciplinado pela portaria nº 117/2022 da SEDUC/RS em maio de 2022, que vigora atualmente.

margem ofertada. Mais uma imposição governamental sem consideração às comunidades escolares abrangidas pelas escolas.

No entanto, a individualidade característica de cada CE se mostra não só na sua composição, mas também na sua construção como espaço de diálogo democrático e ativo. Nas palavras de Werle:

Os Conselhos Escolares das escolas públicas do Rio Grande do Sul são estruturas de gestão da escola, espaços públicos e gratuitos, de inclusão, igualdade política e de heterogeneidade. A eles todos os assuntos da escola dizem respeito e a forma única com que se constroem e assumem a realidade da escola demonstra a força construtiva de seus integrantes e a visibilidade que conseguem na vida da escola (WERLE, 1997, p. 276).

Tabela 1 – Proporção de membros indicada por lei para compor os CE das escolas públicas estaduais no RS.

Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	MEMBROS DO MAGISTÉRIO	PAIS OU RESPONSÁVEIS	ALUNOS	SERVIDORES	DIREÇÃO	TOTAL
Até 100	01	01	01	01	01	05
de 101 a 500	02	02	01	01	01	07
de 501 a 1000	04	03	02	01	01	11
de 1001 a 2000	05	04	03	02	01	15
de 2001 a 3000	07	05	04	02	01	19
Acima de 3.000	08	08	04	02	01	21

Fonte: quadro retirado da portaria nº 117/2022 de 16 de maio de 2022.

O entendimento preliminar deste estudo coloca a gestão democrática que, quando consolidada, estende ao CE a instância máxima dentro do ambiente escolar, o que partilha o poder do diretor com os demais membros da comunidade escolar. Além disso, o CE é peça fundamental para exercer funções escolares delimitadas na lei e auxiliar na função pedagógica deste estabelecimento.



#### **4. A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR**

A participação da comunidade escolar tem sido algo almejado pelos pensadores do campo democrático há muito tempo, já que os serviços públicos tendem a ser aceitos se atenderem às necessidades da população, quando essas necessidades surgem pela ampla discussão nos mecanismos de participação. A relação do que é “eficaz e eficiente” para o desenvolvimento da educação democrática, dentro de uma política educativa com foco no CE, também é necessária para complementar esse estudo analítico, quando se debate gestão democrática e participação. Neste capítulo, o assunto será estudado com apoio de Pedro Demo, Ângela Antunes, Norberto Bobbio, Ângelo Souza, José Carlos Libâneo, Flávia Werle, Benno Sander, Claude Lessard e Anylène Carpentier entre outros. Segundo Demo (1988) “Participação é um processo de conquista”, não sendo necessariamente através de uma revolução que ela deva acontecer, mas, também, como uma forma de aquisição:

O planejamento participativo não impede, por exemplo, que se busque convencer a comunidade da necessidade de determinada ação, desde que o processo de convencimento se faça dentro de um espaço conquistado de participação, ou seja, partindo-se dos interesses da comunidade, levando em conta sua contribuição e a sua potencialidade, deixando-se também convencer do contrário (DEMO, 1988, p. 21).

A partir do conhecimento elencado por Demo (1988), é possível observar que a gestão das instituições escolares públicas ganha força nas discussões pela melhoria da qualidade de ensino, principalmente pela atuação participativa dos segmentos escolares, a fim de manter e melhorar um sistema de democracia conquistado com muito esforço.

Neste ponto, a atuação dos Conselhos Escolares se torna fundamental, pois é nesta instância da gestão em que são discutidos, analisados e encaminhados os pleitos escolares. Por isso é interessante observar a atuação de um conselho quando todos têm oportunidade de expressar e defender a sua opinião. Antunes diz que:

Será no conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso, dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, ser aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola, instância executiva, que se encarrega de pôr em prática, as decisões ou sugestões do Conselho de Escola (ANTUNES, 2003, p. 23).

Desde o século IV a.C., na Grécia Antiga até os nossos dias, o termo democracia gera polêmica e seu sentido vem mudando, respeitando os diversos estágios culturais e políticos do povo. Hoje caminhamos com alguns avanços e retrocessos para uma sociedade em que um grande número de cidadãos procura o convívio respeitoso e harmonioso entre as diferentes classes sociais, etnias, culturas religiosas, políticas, ideologias, condição sexual, ou seja, os termos democracia e democrático são aplicáveis em situações nas quais as pessoas conseguem conviver e respeitar as diferenças.

De acordo com Bobbio:

[...] nos atemos àquela que chamei de definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. Sei bem que tal definição procedimental, ou formal, ou, em sentido pejorativo, formalística, parece muito pobre para os movimentos que se proclamam de esquerda. Porém, a verdade é que não existe outra definição igualmente clara e esta é a única capaz de nos oferecer um critério infalível para introduzir uma primeira grande distinção (independentemente de qualquer juízo de valor) entre dois tipos ideais opostos de formas de governo (BOBBIO, 1997, p. 12).

Como observado na referência acima, para se viver em um regime democrático é preciso respeitar as regras do jogo. Essa realidade se estende à escola se essa puder trazer todos os sujeitos que a formam para o debate, organização e ação. O CE, muitas vezes, é, também, uma das grandes oportunidades de praticar democracia na base da sociedade.

A gestão democrática na escola pública pressupõe o envolvimento e a colaboração de toda a comunidade escolar no seu planejamento e execução, principalmente na execução de ações vindas das atuais políticas educacionais em vigor no nosso país. Nesse cenário o CE é a representação desse conjunto diferenciado de pessoas que, sem interesse privado, buscam o bem de algo que é público e se dedica a algo que é coletivo. Como afirma Werle:

O Conselho Escolar é um espaço público, mas não um espaço em que faço minhas ideias públicas. Um espaço no qual “nós” construímos alguma coisa em comum e não, simplesmente, no qual “eu” torno públicas as minhas posições, as minhas convicções, os meus interesses e ideias. Nessa perspectiva o Conselho Escolar é um espaço de construção comunitário, porque nele é construído “o nosso”. Ele é um espaço “de todos” e, ao mesmo tempo, “para todos”, por constituir-se pela voz e voto de representantes da comunidade escolar (WERLE, 1997, p. 266).

Essa forma de gerir a escola busca a realização de ações conjuntas com as comunidades de acordo com as necessidades educacionais das mesmas.

Garantida na Constituição Federal pelo artigo 206 e no artigo 3º da LDB, a gestão democrática do ensino público se volta para a qualidade social da educação, dando condições para que os cidadãos participem efetivamente da tomada de decisões que dizem respeito às políticas públicas, assim como das ações decorrentes destas. Para que as ações educativas sejam empreendidas eficazmente é de fundamental importância a ética, a moral e a transparência de todos os envolvidos.

Como visto, o processo democrático de gestão pública nas escolas é demonstrado no contexto da educação brasileira desde 1996 com a criação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96 que relata no seu Art. 15 “Os sistemas de ensino assegurarão às escolas públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e da gestão financeira observada às normas gerais do direito financeiro público”. Nesse contexto, a gestão perpassa pela descentralização do ensino, autogestão financeira e a democratização do ensino.

Outro ponto fundamental, além dos que já foram colocados até esse momento, trata de uma observação mais pontuada no que diz respeito ao campo maior das políticas educativas e a realização de uma gestão colaborativa do CE na eficiência e eficácia da escola. Para isso, é necessário, mesmo que de forma sucinta, levantar esses pontos.

#### 4.1 A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas baseadas na eficácia e eficiência são o “desejo” do mercado econômico para a educação, no entanto esses conceitos são de uso controverso e neste estudo será tomada a compreensão conceitual de Sander (2007).

A sociedade precisa se desenvolver em todas as áreas, mas quando esse objetivo é imposto sem dar condições mínimas para que todos possam lutar em igualdade de condições torna um problema social gigantesco. Dessa forma, as políticas educativas teriam o dever de corrigir isso buscando a equidade para todos desenvolverem com eficácia e eficiência não para o sistema, mas para a construção do ser social comprometido com valores além do capitalismo, valores sociais e morais para vida digna de todos. No entanto, a história nos mostra que o caminho realizado não foi esse, é o que nos dizem Lessard e Carpentier:

Tratava-se então de garantir a todos uma formação de qualidade que permitisse desenvolver as competências necessárias para conquistar um lugar no mercado de trabalho e viver em sociedades pluralistas e diferenciadas. Assim, muitas pressões foram repetitivamente exercidas nos sistemas escolares, para que eles se adaptassem, evoluíssem e cumprissem as funções que a sociedade e a economia lhe outorgavam. Dessa forma, instaurou-se um novo referencial de políticas educativas baseado na eficácia e na eficiência (LESSARD; CARPENTIER, 2016, p. 108).

De acordo com essa linha de pensamento e apontado em toda essa pesquisa que uma gestão escolar faz com a presença de um CE atuante, que desenvolve os princípios da gestão democrática em suas ações, é preciso observar com atenção o sentido de eficiência e eficácia em uma política educativa. Para isso, é importante atentar para as definições indicadas por Sander (2007) que ao longo do texto será retomado, com atenção especial para a “eficácia pedagógica”, onde se concentra o foco desse estudo. Embora as definições de outros termos sejam também de grande relevância não é objetivo aqui detalhar cada um, mas fazer uma relação com a gestão democrática, quando efetivada através do CE dentro de uma política educativa que acontece na prática.

A educação vive um constante processo de transformação. Conhecer os problemas do passado e presente para pensar em políticas educativas de um futuro melhor sempre foi o ideal de quem pensa na evolução social e humana da sociedade. Assim, a política é importante, mas não simplesmente a reprodutora da atual realidade, onde não há espaço para quem mais necessita. Apesar disso, é preciso que haja uma política desafiadora que busque a inquietação dentro do grupo social e que possa transformá-la em ensinamentos, nesta visão o homem só obterá progresso quando repassar os conhecimentos com objetivo de melhorar o seu meio. Dessa forma, será possível pensar em um “amanhã” mais justo, compreensível e verdadeiramente melhor para todos.

Essa necessidade ganha significado especial quando coloca em evidência os processos de formação embasada em uma política educativa que deseja ser “moderna e democrática” e, ao mesmo tempo, constitui formas de implementar o princípio da gestão democrática. Como comprovam Lessard e Carpentier:

O histórico das políticas educativas permitiu demonstrar e ilustrar o fato de que, ao longo das últimas décadas, muitos países industrializados adotaram e aplicaram na prática várias políticas educativas, enraizadas em um referencial de modernização educativa, que visava, antes de tudo instaurar verdadeiros sistemas escolares públicos, relativamente uniformes e integrados, garantindo o direito à educação para todos, independentemente das condições materiais ou do lugar de residência (LESSARD; CARPENTIER, 2016, p. 108).

Essa nova concepção descentraliza a administração da educação ao passo que controla os movimentos pela lógica de mercado e de forma desrespeitosa usa a expressão “gestão democrática” sem, contudo, estender aos CE poderes para deliberar sobre questões peculiares, que demonstram as características de certas comunidades escolares. As avaliações externas têm mais valor que as atividades desenvolvidas pelos docentes no dia a dia escolar. A competição entre as escolas pela nota no IDEB reafirma a política educativa relacionada à política capitalista baseada na economia, que visa a formação de mão de obra para o mercado. Conforme Lessard e Carpentier:

Assim, a “descentralização” viria acompanhada nesse novo modo de regulação, pela ascensão de lógicas de avaliação ou regulação externa: “O ministério delega de um lado, reduzindo a amplitude das regras que guiam o uso dos recursos colocados à disposição das escolas. Porém, ele desenvolve, ao mesmo tempo, instrumentos de controle a distância, às vezes fundados na mensuração dos resultados atingidos pelas escolas e pelos professores (LESSARD; CARPENTIER, 2016, p. 118).

A gestão da escola passa a instituir o método do prêmio e castigo em que o mais importante é atender o que deseja o mercado. Nesse contexto, o objetivo do princípio da gestão democrática pressupõe o envolvimento e a colaboração de toda a comunidade escolar no seu planejamento e execução. Uma forma de gerir a escola que busque a realização de ações conjuntas com as comunidades de acordo com as necessidades educacionais das mesmas. A gestão democrática se fundamenta na participação, debate e trabalho de forma associada.

Constituir um futuro promissor é conhecer e compreender que a educação que se tem hoje é o resultado do caminho que foi optado no passado e, a partir dessa opção, foi “evoluindo”. A escola, juntamente com seu CE, pode provocar a mudança, mas muitas vezes é levada a aderir à lógica de mercado imposta e somente reproduz o desejo econômico que busca a sua eficácia, assim se torna mais “confortável” para a situação. Por isso, que o CE constituído a partir da gestão participativa, com poderes para deliberar sobre diversas ações, o gestor deste ambiente pode posicionar frente a essa realidade e optar em direcionar a sua instituição com vista a propiciar uma educação básica, que além de contemplar a todos os alunos, como diz o texto legal, busque modificar a educação na qual convivemos.

O trabalho do CE no campo democrático é o mais importante para toda a gestão escolar, pois a partir das suas ideias, de seus pensamentos toda a escola seguirá sua filosofia de trabalho e com ela uma comunidade que deposita nela a esperança de uma sociedade melhor. Cabe lembrar que assim o critério da eficácia não vai ser o que o capitalismo espera da escola, mas

sim uma eficácia pedagógica que pode contribuir para a economia, mas, primeiramente, deve ter a finalidade educacional. Conforme Sander,

A administração pautada pela eficácia pedagógica acentua as características intrínsecas e instrumentais dos atos e fatos administrativos e preocupa-se, prioritariamente, com a consecução dos objetivos educacionais das instituições e sistemas de ensino. Partindo do pressuposto de que a consecução dos objetivos da educação sobrepõe-se aos aspectos utilitários e extrínsecos de tipo econômico, o critério da eficácia pedagógica da administração educacional sobreleva o da eficácia econômica. Nesse sentido, os profissionais da administração educacional e da gestão escolar que pautam seus esforços analíticos e suas práticas de intervenção institucional pela eficácia pedagógica incentivam a eficiência econômica, na medida em que ela contribuir para a consecução dos objetivos específicos das instituições educacionais (SANDER, 2007, p. 79).

A realidade social imposta pelos grupos que comandam a sociedade pelo poder político ou econômico refletem um dos maiores problemas que um CE de hoje necessita superar. Para esses grupos uma educação social de qualidade limita a constituir trabalhadores desprovidos de pensamentos próprios e neste campo não importa ter pessoas que “pensem”, mas tão somente “obedeçam”. O CE fica pressionado por ambos os lados, pois é preciso contribuir para uma escola que liberte, ensine e faça do aluno um sujeito social, ao passo que o sistema capitalista busca a eficiência econômica acima de tudo, inclusive do ser humano. Segundo Silva,

A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos (SILVA, 2008, p. 225).

A gestão democrática da escola pública também quer uma educação eficiente, mas é preciso ter consciência de qual “eficiência” é desejada para a construção da sociedade melhor, mais humana e fraterna e ter consciência de que esse pensamento se contrapõe a eficiência como critério de desempenho econômico que, de acordo com Sander, é

[...] a eficiência como critério de desempenho econômico da administração. Aplicada à educação e à escola, a administração pautada pela eficiência econômica acentua as características extrínsecas e instrumentais dos fenômenos organizacionais e dos atos e fatos administrativos. Nesse sentido, os protagonistas da eficiência, como critério de desempenho dominante da administração educacional e da gestão escolar, pautam suas concepções e ações pela lógica econômica, pela racionalidade instrumental e pela produtividade operacional. A adoção dessa orientação econocrática na administração da educação não se coaduna com o conteúdo substantivo e a natureza ética da prática educacional (SANDER, 2007, p. 77).

Além do mais a eficiência, quando bem construída, precisa ser de livre acesso a toda a população, assim como deveria acontecer com toda a riqueza produzida pelo país, uma vez que

a melhora na condição de vida das pessoas reflete de forma definitiva na aprendizagem e na construção do ser humano. Consoante a este pensamento, o caderno do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa afirma: “A educação de qualidade social implica, pois, assegurar a redistribuição da riqueza produzida e que os bens culturais sejam socialmente distribuídos entre todos” (BRASIL, 2008, p. 225).

Ainda convém lembrar que a educação de qualidade para todos, como já afirmado, passa pela construção de uma escola democrática, através de uma gestão que tem no CE sua expressão relevante que se adapta no que Sander afirma: “a relevância como critério de desempenho cultural” (2007, p. 49). A finalidade da escola eficiente e eficaz ganha outro sentido dessa maneira, pois não se está projetando mão de obra barata para sustentar o sistema social vigente. O CE, juntamente com a administração da escola, e quiçá fosse toda a organização de uma política educativa pode agir para o desenvolvimento de vida das pessoas, o que confirma Sander:

Considerando a importância primordial da qualidade de vida e de educação para os cidadãos em seu contexto cultural, concebo a relevância na gestão da educação como alternativa superordenadora dos conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. Nessa linha os protagonistas de uma construção de administração culturalmente relevante pautam o seu pensar e seu agir pela pertinência e significância dos atos e fatos administrativos para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida dos participantes das instituições educacionais e da sociedade como um todo (SANDER, 2007, p. 85).

Desse modo, constata-se a grande capacidade transformadora de vida que possui a escola e a educação como algo indiscutível, mas, ao mesmo tempo, pode ser questionado. É verdade, também, que boas e inéditas iniciativas tentam mudar essa realidade através de um projeto social que vai ao encontro àquilo que a educação verdadeiramente deveria produzir. Nessas iniciativas encontram-se educadores e gestores, que buscam priorizar o ser humano e não aquilo que ele possui, ao contrário do que faz hoje a lógica de mercado, que não dá ao aluno a oportunidade de se expressar, caminhar junto e construir no coletivo a educação da sua vida. Como afirma Giron:

A implementação de uma educação comprometida com a mudança social tem um importante papel a cumprir, pois auxilia na promoção e aquisição de saberes e competências necessárias, para que as pessoas possam participar dos processos de deliberação e de tomada de decisões na sociedade, resgatando o direito de ser cidadão na plenitude da palavra. Investir numa educação que se alinhe com os interesses e os projetos sociais dos menos favorecidos, que promova o desenvolvimento de sujeitos com capacidade de analisar criticamente a realidade e transformá-la, é urgente, principalmente quando se deseja construir uma sociedade digna e humana, que privilegie o “ser” em detrimento do “ter” (GIRON, 2012, p. 11).

Dessa forma, a mudança é necessária, não que tudo esteja errado, mas é fundamental construir um espaço educativo voltado para quem realmente necessita da escola para ampliar seu conhecimento e sua vida cidadã. Como afirma Vieira, “Sendo a escola um espaço próprio à difusão do saber, todo o esforço nela realizado deve convergir para a aprendizagem daqueles para quem foi criada” (2007, p. 67).

Portanto, a realidade mostra que a competência de uma escola em educar para a cidadania, construindo cidadãos críticos e reflexivos necessita de uma gestão cada vez mais competente e ligada com o mundo e a sua comunidade, que reconheça o princípio da gestão democrática assim como o avanço e a efetivação do CE, não como obrigação imposta, mas como consequência de uma nova visão de educação. Nisso estão implicadas as famílias que demonstram interesse em participar do CE, fazendo com que a escola assuma uma nova posição, como afirma Gramsci (1979, p. 287): “democracia começa a existir quando os grupos subalternos saem da condição de dirigidos e assumem a condição de dirigentes”. Embora seja opção de o poder público democratizar a escola, é um dever dos pais, alunos, funcionários e professores exigir que se instale o processo democrático nas Instituições de Ensino, pelo bem e o futuro da escola de qualidade que se busca.

Após um apanhado rápido sobre democracia, eficiência, eficácia, gestão democrática e conselho escolar dentro do campo das políticas educativas para tornar mais clara a ideia de participação na construção de uma gestão democrática, é necessário observar com atenção e uma visão humanista a função dos conselheiros escolares para em seguida relacionar com a função pedagógica que desempenha o conselho.

#### 4.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O CONSELHO ESCOLAR

Segundo Oliveira (2010), “Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política”. Esse mesmo autor faz menção de entender as duas palavras de forma separada para melhor compreensão. Assim, para Oliveira (2010), Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*. Já a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo.



Ou seja, estamos falando da participação do povo nas decisões de um território, nesse caso específico, as decisões são sobre a educação. Pela definição esboçada e alinhada ao que já foi dissertado sobre gestão democrática, entende-se que o tema tem grande relação quando se aproxima da realização prática da política educativa no CE. Logo, uma relação simples pode elencar diversas relações que poderiam ser amplamente trabalhadas, porém o estudo busca ressaltar alguns aspectos de relevância para o desenvolvimento da pesquisa, não desprezando outros que emergem quando são levantadas as associações entre política educativa e CE.

#### **4.2.1 Conhecer o passado para entender o presente e projetar o futuro**

Após os anos duros da ditadura os movimentos autoritários começavam a enfraquecer ao passo que os movimentos sociais ganhavam espaço. Os conselhos escolares, embora não tenham sido os primeiros a serem frutos das mudanças que estavam acontecendo, foram importantes para auxiliar a construir um espaço com objetivo de consolidar o princípio da gestão democrática. É interessante conhecer que até então os conselhos, como já estudado nessa pesquisa, eram apenas órgãos “decorativos” do poder estatal:

No Brasil, até a década de 1980 predominaram os conselhos de notáveis. Que eram escolhidos com o critério do notório saber. Tinham caráter governamental, de âmbito estadual e nacional. Mais especificamente nas áreas de educação, saúde, cultura e assistência social. Esses conselhos se concebiam com funções de assessorar o governo na formulação de políticas públicas, assumindo caráter técnico especializado, e sua atuação focavam questões da normatização e do credencialismo dos respectivos sistemas (BRASIL, 2004, p. 15).

A partir da promulgação da CF/88, devido a intensas pressões sociais, entre outros fatores o regime militar cai e com ele emerge uma nova ordem constitucional que buscava mudar grande parte da vida dos brasileiros. A educação não ficou de fora e recebeu tratamento especial, que embora não fosse tão específico, lançava as bases para criação de uma política educativa de estado. A CF/88 apresentava:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s/n.).

O entusiasmo explícito de grande parte da população que observou com grande esperança as modificações legislativas do Brasil. No entanto, ao se tratar de política educativa permanente o que se planeja nem sempre acontece, pois há grande influência de fatores internos e externos, aliados com a diversidade populacional que entram em conflito, fazendo com que o Estado não consiga consolidar políticas duradouras. Como explica Lessard e Carpentier:

Antes de tudo, à impossibilidade de se obter um consenso sobre as finalidades, o que conduz a incapacidade do Estado de impor a partir do topo e na base, de maneira duradoura, uma política educativa com valores claramente expostos. Em virtude de seu pluralismo, as sociedades modernas avançadas têm dificuldade em construir consensos educativos que não sejam generalidades ocas ou ambíguas (2016, p. 216).

Ainda que se tenham grandes dificuldades, as pressões por ações que valorizassem o princípio da gestão democrática fizeram com que entrasse em cena os CE, que tinham a possibilidade de estabelecer a relação entre o Estado e a sociedade, um espaço próprio para ser exercida a democracia. Como afirma Werle (2003, p. 50): “local de fazer democracia”.

Os CE foram se multiplicando e com o advento da Lei 9394/96 a necessidade de os sistemas de ensino criarem os CE ficou mais necessária. O texto que aparece no artigo 14 da citada lei nos diz:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, s/n).

Alguns anos após a instituição da Lei 9394/96 os governos que foram assumindo o poder executivo foram implementando ações dessa política educativa de gestão colegiada através dos CE, foi assim que se formou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em 2004, já citado neste estudo, assim como o Plano Nacional de Educação e as adequações das legislações estaduais e municipais quanto à relação com os CE e a gestão democrática.

Os anos se passaram e no panorama atual, não só o CE, mas todas as práticas que exaltavam o princípio da gestão democrática foram sendo superados e, muitas vezes, esquecidos pelo viés econômico. A mobilização que existia foi, aos poucos, diminuindo até se encontrar em uma situação muito diferente do período pós ditadura militar no Brasil.

A formação continuada de conselheiros escolares, professores e, principalmente, dos gestores educacionais que se tornava necessária dentro desse contexto, demandava saber quais são os valores, objetivos e metas que direcionaram o olhar do gestor dentro da comunidade escolar, dando lugar ao empreendedorismo como solução a todos os problemas sociais.

Nessa perspectiva, quanto ao futuro, há necessidade de haver uma correção de rumo. É imprescindível que o CE facilite a participação popular na gestão da escola, abrindo espaço para a efetivação democrática, deixando de ser aparelho do estado e do sistema agindo com maior compromisso social. Como afirma Wittmann,

O conselho é uma instância de busca de soluções. Na sua prática, ele não deve agir de modo improvisado e nem isoladamente. Procura relacionar a experiência e a teoria para fundamentar as decisões e sua atuação. O Conselho é um lugar de reflexão séria e rigorosa, onde se procura evitar ações sem fundamento. A discussão coletiva, a reflexão e o estudo dão suporte à busca de alternativas validas que, de fato, vão interferir na mudança da realidade (WITTMANN, 2006, p. 33).

Assim, o empenho para desenvolver uma educação de qualidade para todas as pessoas, principalmente as mais vulneráveis, é uma responsabilidade que precisa ser assumida por todos aqueles que acreditam que a porta para uma sociedade melhor e mais justa, em todos os seus aspectos, encontra-se na educação orientada por políticas educativas que se consolidam, como exemplo, na prática com gestões de CE democráticos.

#### **4.2.2 As políticas públicas com a contribuição da comunidade através do Conselho Escolar**

Ao analisar, de forma mais ampla, percebe-se que algumas políticas públicas relacionadas com a comunidade escolar tentam melhorar as condições de desenvolvimento das aulas, como o fornecimento de material didático de qualidade, possibilidade de espaço para formação de professores, alimentação dos alunos, transporte escolar e outras, como as formações pedagógicas, vão influenciar decisivamente o “fazer pedagógico” de cada docente. Nesse ponto é interessante a problematização que admita ou não a intervenção do CE para tomar decisões de forma coletiva sobre o que a comunidade espera da escola, tais como: sugestão de melhorias do transporte escolar, temas relevantes para formação continuada de professores, fornecimento de alimentos da agricultura familiar, etc., também a fiscalização coletiva das ações. É preciso ter consciência de que essas ações podem ser compreendidas dentro da visão de gestão democrática. Para Dourado:

A gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos seus limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de

criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 1998, p. 79).

Nesta linha de raciocínio, é importante também destacar que uma gestão democrática só existe com a participação nos planejamentos e na execução das ações definidas no PPP da escola e realizadas na prática. Isso, de certa forma, acontece quando o estudante, a família, o funcionário, o diretor, o professor e o representante da comunidade organizada, ocupam um lugar essencial na escola, na sociedade e possam contribuir na condição de representantes, pensando ações inovadoras, ressignificando valores, mediando problemas, etc.

O CE, quando observado sob essa ótica, passa a ter uma atuação mais efetiva na dimensão do ensino e da aprendizagem. Percebe-se que na medida em que os conselheiros tomam consciência de seu dever em opinar, decidir, avaliar e agir diante das decisões colegiadas, as políticas públicas e programas educacionais realmente acontecem. Mesmo que haja outro conselho fiscalizador de algum programa, quando há pessoas da comunidade observando e cobrando atentamente o desenvolvimento da educação, faz com que a realidade mude e desacomode a forma como está posta. Essa prática não é nada mais do que fazer cumprir a legislação educacional vigente, como por exemplo, o artigo 12 da Lei 9394/96, que diz em alguns de seus incisos:

Art. 12: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola (BRASIL, 1996, p. 3).

Provavelmente, só informar ou notificar familiares sobre o desempenho do estudante não seja o suficiente. Cabe ao CE trabalhar os processos de ensino e de aprendizagem da forma mais ampla possível, como a demonstração de sua presença no auxílio aos professores a demonstrar na prática ações de projetos educativos que possam contribuir e não apenas, em uma única função, fazendo divulgação de notas e resultados, mas se inteirando das dificuldades de aprendizagem e ajudando a encontrar possibilidades para enfrentar os problemas identificados quando eles estão a sua altura, sem com isso passar pela autoridade do docente e do especialista em ensino.

Baseado na existência de um conselho, com visão para as políticas educacionais transpassadas pelo crivo dos conselheiros escolares, pode ser possível a implementação para

um primeiro passo para construção de um planejamento participativo. Como já citado, o CE conta com a participação de todos os segmentos escolares que podem auxiliar na realização de ações oriundas de políticas públicas, que chegam até a escola. A despeito disso, confirma a tendência demonstrada por Souza (2006) que, ao referir-se aos conselhos comunitários, converge com a ideia que se defende de CE, neste estudo, ou seja, uma maneira de organizar as políticas sociais com a maior participação da sociedade.

No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o orçamento participativo. Fóruns decisórios como conselhos comunitários e orçamento participativo seriam os equivalentes políticos da eficiência (SOUZA. 2006, p. 80).

Desse modo, a criação de um conselho é importante, mas não é o suficiente, pois para garantir a autonomia no desenvolvimento das atividades dele é preciso ações de compartilhamento de decisões, nas quais envolvam os partícipes (PADILHA, 2001). Ao conselheiro escolar é recomendável que tenha uma formação sólida, para conhecer no processo escolar os responsáveis pelas políticas estabelecidas, as suas posturas pedagógicas e, fundamentalmente, saber como os programas, projetos e ações desenvolvidos pelos órgãos governamentais chegam à escola. Por isso é importante para quem integra o CE saber um pouco de política educativa, a fim de conhecer, talvez, a ideologia por trás de uma política. Souza nos diz:

Essas questões todas nos provocam a estudar as políticas educacionais, com o intuito de conhecer e mostrar como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade (SOUZA. 2016, p. 86).

Como visto, a fim de que a escola consiga organizar e colocar em prática seus projetos e planos de ação, é preciso também que as políticas públicas sejam construídas, considerando a opinião de quem tem o contato com o ambiente escolar seja de forma direta nos processos de ensino e da aprendizagem, como alunos e professores ou indiretamente como pais e representantes da comunidade organizada. De acordo com Luiz; Nascente e Lima,

Como educadores/as, desejamos e necessitamos de mudanças e avanços nos processos educacionais, e isso significa efetivar políticas públicas construídas pelos verdadeiros atores educacionais, isto é, todos/as que estão envolvidos/as de alguma forma com a escola e que estão em contato direto com sua realidade, já que eles/elas possuem conhecimento sobre suas demandas cotidianas (LUIZ; NASCENTE; LIMA, 2015, p. 89).

Atribuindo essas ações relevantes dentro de uma escola emancipadora, que Freire (1996) tão bem demonstrou, o conhecimento é fruto de uma construção coletiva por uma via de mão dupla que de um lado o professor ensina e aprende e do outro o estudante aprende e ensina, em um processo dialético permeado de contradições e mediações.

Por fim, dentro da função pedagógica que o CE deve se propor a desenvolver, é preciso considerar inúmeras variáveis que interferem no processo, como as condições materiais, as relações humanas, etc., em uma instância com poderes para demonstrar que os processos de ensino e de aprendizagem podem ser desempenhados não somente por docentes e discentes, mas por toda comunidade que se sinta integrante de um processo de crescimento social. Assim, é interessante a contribuição dos membros da comunidade escolar para que a mesma seja potencializada para ensinar, com visão humanista na construção de um mundo que respeita a diversidade e o conhecimento de todos.

#### 4.3 A RELAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A democracia só é consolidada se há participação de todos. Em uma escola democrática o CE também representa a democracia. De acordo com Souza:

[...] já a democracia radical, de massas, participativa, proletária ou direta, tem como objetivo maior o igualitarismo socioeconômico, de cunho material, e não se contenta com a participação pela via de uma representação, por isso, se funda em comitês ou conselhos de trabalhadores (SOUZA, 2015, p. 36).

Para participar de um CE é importante que o candidato a conselheiro saiba da lógica que sua participação atenderá, pois ele é escolhido pelos seus pares e a eles deve dar satisfação. Por exemplo, o representante dos pais necessita ouvi-los antes de tomar a posição diante de uma questão que seja levantada em reunião do CE. O raciocínio aqui está em melhorar a qualidade da educação com a participação de todos que compõem a comunidade escolar. De acordo com Lima e Canedo, esse é o sentido:

[...] tanto famílias quanto os agentes escolares, envolvidos na manutenção ou melhoria do ensino e do funcionamento da escola, participariam dos conselhos escolares, como forma de salvaguardar os interesses públicos e comunitários, reduzindo a assimetria existente entre esses organismos a favor de uma vontade comum (LIMA; CANEDO, 2021, p. 171).

É claro que por trás dessa participação com objetivos de melhoria da qualidade da educação tem uma filosofia: o princípio da “Gestão Democrática” na educação que, como já foi visto, ganhou força na década de 1980. Como afirma Luiz; Nascente; Lima (2015, p. 76) “Dessa forma, democratizar a escola deve ser uma ação conjunta, decidida por todos/as, na qual todos/as (comunidades escolar e local) podem exercer esse ato político”.

Mas, é claro que a participação democrática na escola precisa ser incentivada e orientada, através de chamamento pela equipe diretiva, pelos professores, pela mantenedora, uma vez que segmentos como pais, representantes da comunidade não estão diretamente envolvidos com o ambiente escolar. Nesse caso, muitos não conhecem a realidade de sua escola e os problemas sociais maiores que a envolvem, podendo ser, facilmente, iludidos pelo discurso palatável de alguns governos que dizem estabelecer relações democráticas quando estão seguindo princípios de autoritarismo, inibindo liberdades de pensamento e ação porque olham a democracia como se fosse um produto pronto construído por eles. De acordo com Luiz; Nascente; Lima:

Gestão democrática tornou-se uma receita que garante o sucesso social da escola, ao invés de ser pensada como um processo que deve ser constituído pelas mudanças de práticas cotidianas escolares. Pensada como produto social ela parece ser mais uma forma de adequação do que de participação.

Várias secretarias de educação do país se ajustaram a um discurso que se apresenta, como democrático, ao invés de ser, de fato, democrático ou de construir relações democráticas (LUIZ; NASCENTE; LIMA, 2015, p. 79).

Os movimentos sociais ativos da década de 80 e 90 que tiveram grande importância para a construção de uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional mostraram avanços importantes se compararmos com o que era vivido na educação antes da década de 1980. No entanto, não se mudou na estrutura econômico-social. Nosso sistema econômico sempre foi capitalista e a visão do lucro a qualquer custo tem se intensificado a cada vez mais, fazendo com que forças populares de baixa renda sejam oprimidas ao extremo. Dessa forma, a participação democrática, quando entendida assim, se torna um “problema” a quem tenta distorcer os fatos para ter a razão e lucro ao seu favor. Vive-se mais uma vez a constante do processo dialético. Conforme Rosar:

Dessas constatações infere-se, portanto, que o processo dialético entre a teoria e a prática da gestão democrática, enquanto permanecem as organizações educacionais e sociais administradas sob a égide do capitalismo, permite que se evidencie dentro do mesmo contexto um movimento de avanço teórico e prático, embora as políticas

governamentais tentem descaracterizar as concepções e as propostas mais avançadas para o desenvolvimento da educação básica (ROSAR, 1999, p. 172).

Assim, vai ocorrendo a caminhada: a passos lentos, entre idas e vindas, ora em retrocesso, ora na construção da gestão democrática da escola. Nessa última visão, sem desprezar a luta dos que vieram antes, mas certos que ainda precisamos de amplo debate e ação, com participação ativa de toda comunidade escolar, para construir a escola democrática sonhada por muitos. Como afirmam Luiz; Nascente; Lima,

De verdade, ainda estamos distantes de uma escola realmente participativa, o que, conseqüentemente, também nos distancia de uma escola gerida democraticamente. Para termos uma escola participativa e democrática faz-se necessário promover a passagem da heteronomia para a autonomia, [...] (LUIZ; NASCENTE; LIMA. 2015, p. 80).

A escola é um lugar diferenciado para começar a propor uma mudança social, por isso o conselheiro precisa possuir espírito de mudança e união, pois a participação na reunião do conselho representa uma instância de decisão democrática dentro de cada unidade escolar. É algo digno de quem luta pela melhor educação não só de sua escola, mas de toda a sociedade. Todo ser humano é capaz disso, basta ter condições mínimas para representar o seu segmento e estar presente participando dos trabalhos da escola.

#### 4.4 AS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS ESCOLARES

Quando se trata de gestão educacional ligada à escolha e atuação dos conselheiros de escola, as definições dos termos “gestão, democracia e participação” não podem e nem devem ser ignoradas, sob pena de não haver compreensão de qual é a função social da educação. E, para que a gestão democrática se concretize de fato, na opinião de Freitas e Pilla (2006, p. 19) há três elementos indispensáveis, a saber: representatividade, legitimidade e autonomia.

Como a maioria dos órgãos de representação, o Conselho Escolar, que tem função especial na promoção da qualidade social da educação, precisa demonstrar que na sua composição e escolha seja por um processo democrático, não esquecendo que a gestão democrática não é uma opção à direção da escola, mas um direito garantido pela constituição, com necessidade de atuação de alunos, funcionários, professores e pais. Esses últimos têm



especial atenção por ser a representação mais ampla da comunidade. Sobre esse ponto Libâneo argumenta que:

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde às novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, co-responsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla (LIBÂNEO, 2004, p. 114).

Refletir sobre o papel dos conselheiros escolares no processo pedagógico da escola é dar a todos os segmentos da comunidade a responsabilidade da construção da educação esperada e desejada para todos. O conselheiro de escola não é apenas um “amigo da escola” que ajuda em eventos e divulgação das atividades escolares. O conselheiro reflete a instituição a que pertence e, por sua vez, reflete o processo de implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição a que pertence.

Assim são entendidas as funções do conselheiro escolar na linha afirmada por Ribeiro e Oliveira, que dizem:

São atribuições do Conselheiro Escolar:

- Participar de todas as reuniões;
- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Reunir com seus pares para compartilhar ideias e promover eventos educativos;
- Fiscalizar a execução do calendário escolar; assegurando os dias letivos e as horas anuais estabelecidos conforme legislação vigente;
- Discutir alternativas para promover o respeito às diversidades étnico-racial, a identidade, gênero e pessoas com deficiência;
- Apropriar-se das avaliações internas e externas para propor ações para a melhoria da aprendizagem;
- Reivindicar a melhoria das condições de infraestrutura das escolas;
- Fiscalizar aspectos orçamentários da escola exigindo a transparência do uso da verba pública;
- Fiscalizar a qualidade da merenda escolar;
- Acompanhar a execução da aplicação dos recursos financeiros da escola;
- Dialogar com a gestão da escola e com a comunidade escolar a respeito de projetos pedagógicos a serem desenvolvidos de forma integrada na escola;
- Articular ações com segmentos da sociedade que possa contribuir para melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem;
- Participar através do voto das tomadas de decisão da escola que estejam inseridas nas pautas de reuniões do Conselho (RIBEIRO; OLIVEIRA. 2018, p. 02).

Dessa forma, é interessante observar o que muitos autores vêm escrevendo sobre as funções dos conselheiros escolares. Depois das primeiras análises e comparações, antes de ir a campo, observou-se que há certa “dicotomia” no que informam os textos e como vem sendo orientado ao setor pedagógico da escola pública de hoje. Essa realidade inspira curiosidade

científica, a saber, se: a função pedagógica do conselho, como está na literatura pedagógica, se dá na escola atual? Nos escritos podem aparecer perfeitamente. Mas, ela está acontecendo? Se estiver sendo realizada com sucesso, por que ainda temos uma escola com vestígios tradicionais e antidemocráticos? Algo parece estar errado, ao escrever sobre a função do conselho também se analisa o papel desempenhado pelos conselheiros que devem agir em conjunto, mesmo que possíveis particularidades possam colocar em lados opostos alguns pensamentos.

## 5. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR

A função pedagógica do Conselho Escolar é um trabalho que mobiliza muitos saberes, conhecimentos e valores afetivos presentes dentro e fora do espaço da escola. Todos os ambientes sociais são responsáveis pela prática educativa. Além disso, ele é responsável pela contribuição do CE na construção e desenvolvimento de ações registradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no acompanhamento das aprendizagens dos estudantes. Essa etapa fará uma reflexão com auxílio do pensamento de Michael Young, Genuíno Bordignon, Ângela Antunes, Francisco de Paula Melo Aguiar entre outros, a respeito do tema função pedagógica do CE que é foco central deste trabalho.

Seguindo o raciocínio desse estudo, uma escola bem organizada, em seu trabalho pedagógico com influência direta na vida escolar de seus alunos, existe quando há contribuição de todos os segmentos escolares, unindo suas experiências e direcionando qual caminho quer que a sua comunidade trilhe. A respeito disso, afirmam Navarro et al que:

[...] Os conselhos escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira (NAVARRO *et al.*, 2004, p.37).

Todas as pessoas que participam do CE, mesmo que seja um pai com baixa escolaridade, ou que pense que tem pouco conhecimento, pode contribuir no trabalho dos professores através das vivências e experiências que se compartilha cotidianamente. Por isso, é fundamental que a função pedagógica seja trabalhada com todos os membros do Conselho.

### 5.1 O CURRÍCULO OCULTO COMO FORMA DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR

A constituição do currículo pode ser encontrada no trabalho dos conselheiros escolares dentro da função pedagógica que esse CE tem, por isso, a contribuição do currículo, dentro da

função pedagógica do CE, nesta pesquisa não busca debater todos os detalhes sobre o mesmo, mas uma parte fundamental que estabelece relações com o CE.

O termo “currículo”, longe de ser apenas um documento contendo as disciplinas gradeadas, com créditos, nomes de conteúdos, professores, objetivos e outros, o que muitos acreditam de forma tão familiar e simples, vai se mostrar ser um pouco mais complexo, mas não difícil, caso seja observado com maior profundidade. Contudo, é preciso, ao dar os primeiros passos, rever conceitos já consagrados. Para isso, é interessante observar como Aguiar define o termo em estudo:

Preliminarmente entende-se que o termo currículo deriva-se da palavra latina *Scurrere* e refere-se à corrida, curso e/ou o “curriculum”, cuja tradução ao pé-da-letra, significa: pista de corrida, uma vez que sintetiza a ideia do que o indivíduo é, e o que nos tornamos, basta querer (AGUIAR. 2017. p. 1).

A complexidade descrita pode ser entendida, ao analisar as primeiras definições do termo “currículo”, quando relacionado à ideologia, relações de poder e cultura que vem carregado com temas como: inclusão, diversidade, direitos humanos, violência no ambiente escolar em um determinado momento histórico. Moreira e Candau (2007, p. 6) nos dizem que: “À palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente [...]”. Ou seja, ideologia no momento histórico é um aspecto a considerar nas discussões sobre currículo, pois ela está cada vez mais presente, principalmente quando os estudiosos sobre o currículo deixam de ocupar o seu lugar, ele vai ser preenchido por quem possui o poder político apenas. Conforme Young:

Aqueles que detêm o poder político em geral não reconhecem a autoridade do conhecimento dos especialistas em currículo. Essa falta de reconhecimento é parcialmente por nossa culpa: há pouco acordo entre os especialistas em currículo sobre qual deveria ser o objeto de sua teoria (YOUNG. 2014. p. 102).

A cultura também se mostra inseparável do currículo e com ela a função pedagógica do CE, uma vez que todas as teorias, de uma forma ou outra tornam institucional a transmissão de cultura através do currículo, fazendo parte do convívio humano e formando personalidades. Como dizem Moreira e Candau (2007, p. 18): “As experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, é que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”.

A relação cultural com ideologia se verifica através dos vínculos de poder, fazendo com que o currículo seja uma maneira de modificação ou confirmação das relações de poder.

O currículo, como visto de forma não exaustiva, possui a sua complexidade relacionada a distintos graus de investigação. Porém, os pontos de vista sobre o assunto revelam certo posicionamento de valor. O que não é nada de anormal, já que os sujeitos atuantes na escola, principalmente, professor, aluno, pais, funcionários e demais sujeitos que participam da comunidade escolar assumem algumas posturas no desenvolvimento do currículo.

Ao focar nosso tema na função pedagógica do CE, precisa-se entender que entre os diversos tipos de currículo, aquele que ganha destaque e se relaciona com maior propriedade nas influências nas aprendizagens juntamente com a atuação do CE é o currículo oculto. Esse tipo de currículo representa tudo que os estudantes aprendem em meio às atitudes, comportamentos, gestos e outros no convívio diário e que não se mostra registrado no planejamento docente, nem em documentos escolares. “O currículo está oculto por que ele não aparece no planejamento do professor” (MOREIRA; SILVA, 2018, p. 25).

Nessas primeiras definições que vêm ao encontro do presente estudo, não teve intenção, nem se poderia ter, de esgotar a definição de currículo e sua relação diretamente com o órgão escolar colegiado de grande importância que é o CE. As poucas palavras direcionadas refletem as relações com a cultura da comunidade escolar àquilo que Moreira e Candau (2007, p. 19) dizem: “O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração”.

Assim, parece que uma das possíveis definições de currículo, quando colocada em paralelo ao conhecimento de Conselho Escolar seja a que Aguiar escreve:

Dessa forma, currículo é a construção de novos saberes ou conhecimentos, a visão de mundo, de sociedade, de nós e de outros seres humanos, a libertação dos preconceitos de todos os níveis e graus, fundados e infundados, os padrões sociais, religiosos, culturais e mentais incoerentes e inconsequentes da nossa visão da realidade em si (AGUIAR. 2017. p. 512).

A partir desse breve registro, inicia-se uma formação de ideias sobre currículo e participação social que prosseguirá após conhecer melhor o CE como órgão de constituição da escola.

### 5.1.2 A relação de currículo e conselho escolar para a realidade da função pedagógica

Refletir sobre a função pedagógica existente na relação entre CE e o currículo é muito estimulante, principalmente quando já se revisitou os conceitos de conselho e ao continuar essa reflexão é importante salientar que a função da escola é formar cidadãos e assegurar aos estudantes a apropriação do conhecimento sistematizado através de aprendizagens, que se desenvolvem em ambiente propício à convivência participativa.

O CE tem papel fundamental na organização e funcionamento da escola, e não seria diferente no tocante ao currículo em ação durante a prática pedagógica. Aguiar (2017, p. 02) nos diz que “Aí o currículo escolar se configura nas práticas pedagógicas, que, por sua vez, são conjuntos de tarefas que vão sendo realizadas no tempo da aula, não se restringindo ao espaço de sala de aula”. Dessa maneira, é imprescindível garantir que o trabalho do docente possa ser realizado com perfeição. Esse alguém pode ser o CE. Segundo Alves (2012, p. 04) o CE: “É uma das maneiras de fazer funcionar a escola e organizá-la com vistas à melhoria da qualidade de ensino”.

No entanto, pensar que o CE é somente o órgão que ajuda a melhorar as condições físicas ou realizar os eventos da escola é uma visão superficial, pois sua função vai além disso. As atuações do Conselho junto à escola, como já informado, vão constituir o currículo oculto que vai mostrar a influência das relações sociais.

As discussões sobre o currículo necessariamente abordam, com maior ou menor ênfase, os conhecimentos escolares, os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário pedagógico, as transformações que desejamos efetuar nos alunos, os valores que desejamos inculcar e as identidades que pretendemos construir. Em outras palavras, discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade marcam, invariavelmente, as teorizações sobre questões curriculares (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 20).

Além disso, a participação do CE na organização dos tempos e espaços da escola é algo que também vai contribuir na realização das atividades curriculares e conseqüentemente na formação do currículo, como por exemplo, na realização de feiras do conhecimento, seminários, relatos de experiências, atividade de projetos pedagógicos e outras. Ou seja, cabe ao CE auxiliar a escola na condução dessas atividades, sem que se perca a vinculação entre as diretrizes curriculares e as relações democráticas.

O currículo, dentro da função pedagógica do CE, é algo vivo dentro da escola, e vai se construindo agregando conhecimento de muitos influenciadores. Por essa e outras razões é

importante ter como conselheiras e conselheiros pessoas que busquem traduzir para o currículo escolar a qualidade à educação que se deseja para o futuro de uma comunidade, não só é de forma oculta. Mas, também atuante na prática do currículo em sala de aula para que o conselho possa opinar sobre os valores que o compõem e auxiliem na construção da cidadania.

Prosseguindo com essa argumentação, não se pode deixar de registrar que, quando se faz presente no desenvolvimento de atividades pedagógicas, o CE contribui para desenvolver o currículo, trazendo influência e influenciando as famílias da comunidade escolar.

No entanto, com a imposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dificultou-se a criação de espaços para que o CE auxilie a formação do currículo, uma vez que a mesma trouxe definido assuntos e temas a serem trabalhados que não considerou a construção participativa. Assim, não sendo possível a constituição de valores para serem realmente trabalhados em cada escola, é pouco provável observar um currículo vivo que trabalhe temas como a inclusão, os direitos humanos, a violência escolar, entre outros.

## 5.2 A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DESEMPENHADA PELO CONSELHO ESCOLAR

Algumas pessoas acreditam que quando o assunto é função pedagógica, dentro de um CE, isso se resume somente a opinião e ideias dos profissionais docentes que também integram esse grupo, mas isso não é verdade.

Como já ressaltado, todas as pessoas que constituem o CE têm um papel fundamental na condução da educação, seja na ajuda direta ou na reprodução de um currículo oculto<sup>6</sup> que está inserido dentro do ambiente escolar, por exemplo, mesmo que um professor desempenhe da melhor forma possível sua docência, se o aluno não estuda, e os membros familiares não educam e não acompanham a vida escolar de seus filhos a qualidade da educação ficará comprometida.

Assim como se o estudante tem gosto pelo estudo, os familiares estão presentes em sua educação, mas o professor e a gestão escolar não desenvolvem um trabalho pedagógico comprometido com a formação ética, política, libertadora e cognitiva do estudante a qualidade

---

<sup>6</sup> Currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (SILVA, 2003, p. 78).

da educação poderá ficar prejudicada da mesma forma. Dessa maneira, é preciso que professores, estudantes, familiares, gestores, funcionários e comunidade onde a escola é situada trilhem o caminho juntos compartilhando objetivos comuns, a fim de solucionar possíveis conflitos que surgirem.

É importante destacar que o conselho exerça sua função pedagógica de forma deliberativa, essencial em todos os outros aspectos, pois um conselho deliberativo define ações, atribuindo responsabilidades aos seus membros. Como afirma Antunes:

Há, na prática, uma diferença fundamental entre decidir ou simplesmente opinar sobre procedimentos relativos à aplicação de verbas. No primeiro caso, o Conselho vai muito além de apresentar propostas; ele decide, determina, onde e como aplicar tais verbas. (ANTUNES, 2002, p. 23).

Nesse sentido, o exercício da função pedagógica do Conselho Escolar se dá quando mobiliza e cria possibilidades para que a comunidade escolar reflita sobre questões pedagógicas, fazendo com que cada um se sinta participante dos processos educativos na escola com poderes reais e não meros consultores. Por essas e outras razões é importante ter conselheiros cada vez mais capacitados.

Ainda que o nosso estudo centralize suas ideias no Conselho Escolar, essa temática tem relação com a natureza decisória que advém, como já visto, de lutas históricas que constituíram os conselhos de educação no Brasil. A participação de todos em colegiados deliberativos não foi algo doado, mas sim conquistado, que com o passar do tempo estabeleceu estratégias operacionais. Como afirma Bordignon, ao relatar sobre os Conselhos de Educação em visão ampla, mas que inclui também os CE:

Aos conselhos de educação foram, tradicionalmente, conferidas as funções deliberativa e consultiva, com dimensões estratégicas e operacionais. Dentre as de natureza estratégica situam-se as demandas do sistema, que dizem respeito às políticas e diretrizes gerais, e nas de natureza operacional situam-se as demandas de instituições de ensino e ouvidoria da sociedade [...] (BORDIGNON, 2020, p. 249).

À vista disso, é interessante refletir sobre o desenvolvimento pedagógico de uma escola, quando sustentado por um conselho que tem realmente poderes para deliberar. Contudo, também é instigante observar as reações de certos setores possuidores de influência na organização escolar, que buscam de todo modo manterem as decisões centralizadas e acabam por encontrar meios de inibir a atividade do órgão colegiado de representação. Isso acontece,



por exemplo, com o aumento significativo das burocracias o que faz com que a função dos conselheiros escolares seja apenas de gerenciamento de verbas.

Para que o conselho consiga enfrentar a realidade que busca diminuir as suas funções perante a entidade escolar e a comunidade a que ela pertence, é preciso que cada segmento do CE assuma uma atitude de corresponsabilidade com o processo educativo. Dessa forma, a educação poderá deixar de ser exclusiva de alguns e passe a ser assumida conscientemente por todos.

### 5.3. O CONSELHO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA

O CE, como já foi explorado nesse estudo, não surgiu por mágica, mas sim foi fruto de intensas reivindicações dos movimentos que desejavam e desejam a materialização do princípio da gestão democrática. Isso se tornava mais perto através dos conselhos que eram órgãos que já existiam. Assim, caberia ao estado e a comunidade realizar uma prática de cooperação. Como afirma Aguiar:

O estado oferece este espaço para a comunidade participar e interagir, gerando uma prática democrática, porém os sujeitos da comunidade escolar precisam desenvolver principalmente uma consciência crítica e reflexiva sobre a organização dos projetos e sobre os acontecimentos dentro da escola e externos a ela (AGUIAR, 2007, p. 110).

Nesse sentido, muitas funções eram atribuídas aos CE, entre elas, a importante função político-pedagógica, que necessita estar relacionada diretamente com a realidade em que a escola está inserida. Dessa maneira, o CE estará relacionado com a principal função da escola, ou seja, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Como é explicitado no caderno 2 do Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares:

A função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no “olhar” comprometido que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem qual seja: no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola (BRASIL, 2004, p. 18).

Após essa introdução, busca-se compreender o desenvolvimento da função política-pedagógica da escola. Para isso, é preciso compreender sua atenção à igualdade de educação para todos em definições básicas que orientam a formação do CE.

Assim, a função do Conselho Escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois indica mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça. Nesse sentido, a primeira atividade do conselho escolar é a de discutir e delimitar o tipo de educação a ser desenvolvido na escola, para torná-la uma prática comprometida com a qualidade socialmente referenciada (BRASIL, 2004, p. 21).

Salienta-se, nesse estudo, também, algo que pode não ter ficado explícito, mas que é de suma importância: o funcionamento prático do conselho. Como órgão escolar, com tantas atribuições, mesmo centralizando o estudo em uma das funções específicas, o CE precisa ser visto na prática como atua e, por vezes, já foi exposto nesse estudo, mas vale lembrar nesse item que pensa o desenvolvimento do CE. Para isso, é importante destacar o que traz o caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares sobre o assunto:

Os Conselhos escolares devem se reunir com periodicidade: sugerem-se reuniões mensais, com pauta previamente distribuída aos conselheiros, para que possam, junto a cada segmento escolar e representantes da comunidade local, informá-los do que será discutido e definir em conjunto o que será levado à reunião. Os conselheiros devem convocar novamente os segmentos que representam para informar a respeito das decisões tomadas. Além das reuniões, recomendam-se também assembleias-gerais que contam com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar (BRASIL, 2004, p. 49 -50).

O desenvolvimento sugerido para a prática do CE colocado acima não impede de o mesmo fazer-se presente em outros momentos na escola. Essa presença traz significado e relevância para o aluno que observa que o seu desempenho pedagógico pode ser auxiliado e observado pelo CE.

Os pais participantes do CE têm, dessa forma, a oportunidade de apoiar os seus filhos, assim como os seus colegas. Carvalho (2000) discorre que o sucesso escolar depende do apoio direto da família e, casos de sucesso escolar, tem por trás pais que dedicam aos filhos apoio em tempo integral.

A situação pedagógica que ensina, através do CE, no ambiente favorável à realização de aprendizagem, problematizando a gestão democrática e participação foi algo, por vezes, observado nessa pesquisa. E, nesse item, observado novamente, que quando se abre um diálogo sobre a função pedagógica do CE, no atual momento em que vivemos é impossível não debater a questão da violência escolar e como o CE pode atuar nessa questão. Nesse ponto, se destacará a questão pedagógica, porém é um campo amplo para estudos detalhados, que não será ampliado aqui para não se distanciar do objetivo da pesquisa.

As inúmeras situações de violência escolar ganham volume nas escolas pelo país. As gestões aplicam regras disciplinares em seus regimentos, as quais não surtem grandes efeitos, tendo como último recurso consultar o CE para indicar o que se pode fazer. Segundo Luiz, Verga e Lima:

Um melhor entendimento de situações de indisciplina e violência na escola perpassa por um contexto democrático de gestão participativa via Conselho Escolar e se faz, essencialmente, a partir de um olhar subjetivo, nascido das experiências em sociedade que se reproduzem nos espaços institucionalizados, como é o caso da própria escola. Ao lidar com a realidade escolar de modo direto e apoiar a ação da instituição escolar, o Conselho Escolar coloca-se como colegiado de expressiva relevância no trato com as situações de indisciplina e violência que adentram o ambiente escolar e o constituem no dia a dia (LUIZ; VERGA; LIMA. 2016, p. 25).

Apesar de muitas escolas terem receio de convocar o CE para situações de violência, ele é um órgão auxiliar nesta questão, pois um CE participante, atuante, com reuniões periódicas em que sejam debatidos assuntos diversos de cunho pedagógico para evitar a violência escolar tende a reduzir os índices desta e aumentar o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Chamar o CE para auxiliar a condução de um fato desse tipo não envergonha nenhuma escola, nem educadores:

Abrir a escola para ouvir alunos e seus familiares não significa desmerecer o profissional de educação, nem sua formação, mas levar em conta que educadores nem sempre têm respostas para todas as situações que acontecem dentro e fora do ambiente escolar (LUIZ; VERGA; LIMA. 2016, p. 25).

Os membros do CE que constituem esse órgão também educam, na forma como já colocado nesse estudo pelo exemplo, pelo currículo oculto que existe na escola. Por isso, a presença deles em ambiente escolar de forma rotineira se torna um instrumento importante para o desenvolvimento da aprendizagem, da cidadania forte e atuante, que poderá reduzir os atos de violência.

## 6. METODOLOGIA

O direito à educação de qualidade para todas as pessoas, principalmente as mais vulneráveis é uma responsabilidade assumida por todos aqueles que acreditam que o caminho para uma sociedade melhor e mais justa encontra-se na própria educação. Este sentimento não é algo novo, nem uma grande descoberta, que necessite de muitos anos de estudo para perceber que o povo só evolui quando consegue aprender, mas para que isso ocorra não basta apenas boa vontade, é necessário compromissos e ação. Para esse importante capítulo que foca a metodologia da pesquisa se destacará a concepção dialética com apoio nos registros de Demerval Saviani, Paulo Freire, Pedro Demo, Marli André entre outros importantes pensadores.

Nesse sentido, essa pesquisa reafirma sua proposta de analisar, a partir do referencial teórico demarcado por um limite teórico-metodológico dialético, que oportunize o conhecimento dos contextos socioculturais e institucionais, os desafios da gestão escolar para a construção da escola participativa e democrática, observando a atuação dos conselhos escolares em sua função pedagógica e seu reflexo na comunidade investigada.

À vista do conteúdo exposto, na presente pesquisa foi trabalhada dentro da concepção dialética, uma vez que ao falarmos de CE falamos também em objetivos da sociedade para o seu desenvolvimento já que o conhecimento inicia pela experiência, pela prática e a ela volta dialeticamente. Essa é a lógica: estudar o pensamento com objetivo de descobrir o desenvolvimento do próprio conhecimento em relação com os fenômenos da realidade. Nada melhor do que realizar esse estudo observando a filosofia dentro do colegiado que legitima as ações escolares. É claro que ao iniciar o tema da “Filosofia Educativa” na lógica dialética ter-se-ia muito a aprofundar, o que não vem a ser o objetivo aqui. Mas sempre há de se considerar o pensamento de Saviani sobre o assunto:

A concepção dialética de Filosofia da Educação também se recusa a colocar no ponto de partida determinada visão de homem. Interessa-lhe o homem concreto, isto é, o homem como “síntese de múltiplas determinações”, vale dizer, o homem como conjunto das relações sociais. Considerava que a tarefa da Filosofia da Educação é explicar os problemas educacionais. Entende, contudo, que os problemas educacionais não podem ser compreendidos senão por referência ao contexto (histórico) em que estão inseridos. [...] Segundo a concepção dialética o movimento segue leis objetivas que não só podem como devem ser reconhecidas pelo homem. [...] Nesse contexto, o papel da educação será colocar-se a serviço da nova formação social em gestação no seio da velha formação até então dominante (SAVIANI, 1998, p. 27-28).

Seguindo a sequência, o estudo constou, no primeiro momento, de uma pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental e por fim uma pesquisa de multicasos nos CE das Escolas Estaduais selecionadas em Sarandi/RS. Esse caminho permitiu caracterizar o referido conselho trazendo fatores comuns e peculiaridades.

Atualmente, muito se fala em participação de todos nas tomadas de decisões no âmbito educacional, ou seja, na descentralização do poder. Há muitas reflexões e questionamentos sobre esse assunto, por isso a pesquisa social é uma oportunidade de investigar essa realidade. Minayo afirma que

Entendemos por pesquisa a atividade da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2002, p.17).

A participação popular por meio de colegiados tem sido alvo de muitos embates, como se pode observar na maneira como os governos se relacionam com os órgãos de representação do povo. Isso, aliado ao ímpeto pelo conhecimento, leva esse jovem pesquisador a buscar, na pesquisa, possíveis respostas a muitas inquietações e indagações.

Nesse caminho, esse estudo confirmou o que já fora citado, pois ele se insere no MPE da UFFS como oportunidade de problematizar a formação e atuação de um órgão colegiado escolar, construir conhecimento e projetar uma sociedade melhor. Como afirmam Sartori e Pereira:

Ao investigar e diagnosticar a realidade das redes de ensino e dos espaços educativos não-formais procuramos contribuir para a construção de processos que qualifiquem as práticas educativas – a docência, a gestão escolar e educacional. Para tanto, é indispensável que as práticas educativas se articulem com as mudanças que marcam a realidade educacional, que tragam novos valores, novos sentidos sociais, novos modelos de comportamento, novas formas de viver e de se relacionar e novas representações (SARTORI; PEREIRA. 2019, p.23).

A partir da pesquisa, um novo olhar para a realidade se manifesta, porém, com a certeza de que é apenas mais uma parte do caminho de nossa existência e que é possível ir além. Como diz Freire (1996, p.53), “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele.”

Quando se fala em pesquisa é importante lembrar aqui um pouco de seu processo de realização. O homem, no decorrer de toda sua vida, busca incansavelmente descobrir o seu

lugar na existência. Para satisfazer essa inquietude ele desenvolve múltiplas formas de construir o conhecimento, mas é na pesquisa que sua satisfação alcança maior compreensão, pois ao estudar, observar, analisar e experimentar os fenômenos deixa de lado percepções subjetivas e imediatas. Dentro da educação escolar e universitária, a construção do conhecimento científico pela pesquisa se torna o motivo principal para sua realidade. Segundo Demo:

Alguns entendem por pesquisa o trabalho de coletar dados, sistematizá-los e, a partir daí fazer uma descrição da realidade. Outros fixam-se no patamar teórico e entendem por pesquisa o estudo e a produção de quadros teóricos de referência, que estariam na origem da explicação da realidade (...). De todos os modos, a atividade da pesquisa é reconhecida como razão fundante da vida acadêmica, de tal sorte que a função docente dela decorreria, e mesmo a influência, sobre a realidade circundante a suporia (DEMO, 1995, p. 11).

Para Barros e Lehfeld (1999, p.30), a pesquisa é “[...] uma forma de estudo de um objeto. Estudo sistemático e realizado com a finalidade de incorporar os estudos obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido.” Além desses conceitos, outros também dirigem a um mesmo sentido, já que são pela pesquisa que se busca respostas a problemas investigados através de um objetivo com base científica.

Nessa perspectiva, o caminho metodológico adotado buscou, através do conhecimento científico, problematizar a existência e atuação pedagógica do CE para a construção da escola democrática. A proposta observou de forma detalhada os avanços e retrocessos ocorridos nos últimos anos, o que permitiu refletir sobre o papel dos conselheiros enquanto construtores de uma gestão democrática participativa, principalmente em sua função pedagógica, da educação pública.

A pesquisa apresentada utiliza-se do método misto, que, segundo Creswell e Clark (2011), trata-se de um procedimento de coleta, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa com conexão entre essas duas abordagens, tanto na forma como os dados serão coletados, como na análise e interpretação dos mesmos.

No entanto, a essência está na parte qualitativa. Conforme Flick (2012), na pesquisa qualitativa os participantes são escolhidos propositalmente e integram pequenos números de casos considerando a sua importância. Ao dar preferência à pesquisa qualitativa o pesquisador torna-se parte dela, formando-se como sujeito e objeto do conhecimento que está sendo construído.

O tema central da pesquisa se vincula diretamente com a pesquisa qualitativa, pois trabalha com fenômenos humanos, a formação e atuação dos conselhos escolares. Além disso, conhecer um órgão colegiado escolar é entender a realidade social mais do que quantificá-la.

À vista disso, como afirma Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações. Das crenças, dos valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir do mundo de relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO. 2008, p.20).

A pesquisa qualitativa se justifica, no presente estudo, por averiguar dados descritivos na busca de resultados através de um método de investigação científica. Dessa forma, ao observar com cuidado o CE envolvido na pesquisa se trabalha com descrições, comparações e interpretações para obter informações essenciais no estudo, sem, contudo, deixar de ressaltar a importância da atuação dos sujeitos na realidade por eles inseridos. André afirma:

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados (ANDRÉ, 2013, p.97).

Portanto, ao estudar a constituição de um órgão escolar deliberativo, constituído de sujeitos representantes de segmentos da comunidade escolar, está estudando sujeitos em todas as subjetividades o que requer cuidado justamente pelo envolvimento do pesquisador.

Este estudo constou de pesquisa bibliográfica de grande importância, uma vez que o foco se encontra na atuação e formação do conselho escolar para a constituição da gestão democrática, o qual tem sido objeto de muitas produções acadêmicas nos últimos tempos. É importante refletir também que, segundo Gil (2008, p.50), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” [...] permitindo “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim, o estudo bibliográfico permitiu levantar o que de mais significativo já foi escrito e pesquisado sobre o tema, fundamentando e amparando a pesquisa de campo.

Os CE, assim como a gestão democrática, são produções humanas carregadas de valores. Nessa concepção investigar as produções já escritas a respeito permitiu ampliar os horizontes. Dessa forma, observando o passado é possível fazer um presente diferente e adquirindo esperança para o futuro. Segundo Garcia,

As pesquisas que podem ser classificadas como bibliográficas são, na sua maioria, aquelas que buscam discutir sobre ideologias ou ainda as que buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre um determinado assunto, tema ou problema (GARCIA. 2006, p. 293).

Neste estudo, realizou-se um diálogo teórico, partindo de reflexões básicas sobre o tema pesquisado e aprofundou-se com o conhecimento na perspectiva de uma educação cidadã de Paulo Freire, de uma educação transformadora com indicativos dos caminhos e como caminhar de Ângela Antunes, contribuições da gestão democrática, organização e gestão da escola de José Carlos Libâneo e Vitor Paro, da política e cultura na sociedade democrática de Norberto Bobbio, do apoio em políticas públicas de Luiz Fernandes Dourado, e com a dinâmica histórica dos conselhos de educação no Brasil de Genuíno Bordignon para assim ajudar a constituir base científica do estudo, que com certeza terá apoio de outros pensamentos.

A pesquisa documental, segundo Severino (2007), abrange fotos, filmes, documentos oficiais entre outros. Essa pesquisa, na parte documental, ganha importância quando há diversas leis, pareceres, resoluções e outros documentos de conhecimento histórico e com desenvolvimento atual regulando o funcionamento dos conselhos. Nesse sentido, a investigação não pôde deixar de fazer uso dela.

Além disso, trata-se de uma fonte de informação atualizada constantemente. Segundo Ludke e André (1986, p.39), “Representam ainda uma fonte natural de informação” não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre este mesmo contexto.”

A partir do conhecimento que os documentos podem trazer, o objetivo deste trabalho recorta para aqueles documentos que serviram de subsídios para responder a questão de pesquisa e levem a alcançar os objetivos propostos, sem, contudo, esquecer de que os demais documentos se encontram relacionados em um contexto maior que precisa ser considerado na análise. Dentro desse delineamento fica em evidência a utilização da Constituição Federal (CF/1988) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 13005/14. Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 19, Lei Estadual Gaúcha 10.576/95 que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público estadual e dá outras providências, suas alterações e regulamentações por portarias administrativas, e após informar o termo de uso de compromisso de utilização de dados em arquivo (do pesquisador) utilizar também o livro de atas das reuniões do CE e a (PPP) Proposta Político Pedagógica da escola onde será realizado o estudo.



Como se tratou de uma pesquisa social de natureza qualitativa com parte quantitativa realizou-se um estudo de campo feito com os conselheiros dos CE das escolas investigadas. Os sujeitos da investigação foram os representantes titulares de cada segmento que compõem os CE, ou seja, a pesquisa contou com pelo menos um conselheiro representante dos alunos, um representante dos docentes, um representante dos funcionários, um representante dos pais, direção e um representante da comunidade organizada, se a instituição tem participação, mesmo que informal, no CE. A pesquisa contemplou critérios seguindo a seguinte definição: critério de inclusão: ser membro titular do CE investigado, quando havia mais de um titular, aquele com mais tempo de contato com a escola, que aceitou as condições para a pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estava no dia e hora agendados na escola para coleta de dados, tinha capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e da entrevista. Critério de exclusão: não aceitar as condições para a pesquisa, não ser membro titular do CE investigado, não estar no local agendado no dia e hora para a coleta de dados, não ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e da entrevista.

A partir da questão inicial: “É possível que os conselhos escolares sejam reais instrumentos de democratização do ensino?” Foram desenvolvidas reflexões que buscaram colocar em foco a atuação e funcionamento dos CE, com base em algumas questões norteadoras:

- Quais são os desafios para que os conselhos escolares se transformem em instrumentos de democratização?
- Quais as tarefas (funções) como conselheiro escolar você desenvolve? Você conhece a história de sua escola? Como CE se inseriu nela?
- Você conhece os membros do seu CE que representam os segmentos:
  - a) pais?
  - b) professores?
  - c) funcionários?
  - d) alunos?
- Explique o motivo de ser convidado a participar de um CE?
- Você já ouviu falar no termo “Gestão Democrática” em reuniões, encontros ou quando foi chamado à escola como membro do CE?
- Você é incentivado a participar do CE? Por quem?
- Suas opiniões dentro do CE são escutadas?

- Suas opiniões são consideradas na realização de atividades ou na tomada de decisões necessárias para a Escola?

- Observa os índices de avaliação externa de sua escola?

- Você está contente com a aprendizagem dos alunos da sua escola?

- Você, como conselheiro, é convidado para a realização de atividades pedagógicas em sua escola?

- Você já participou de curso de formação para conselheiros em sua escola ou em outra instituição?

A pesquisa seguiu as resoluções de éticas para a pesquisa, principalmente quando envolve seres humanos, por isso foi encaminhado termo com os questionários, objetivos e responsabilidades ao comitê de ética da universidade para sua aprovação, obtendo aprovação conforme parecer CEP/UFFS, nº: 5.651.253 ademais toda a realização só ocorreu após a aceitação pelos investigados com a assinatura do TCLE.

Nesse sentido, a pesquisa de campo buscou observar, de forma detalhada, os fatos como ocorrem na realidade, a sua relação com as ideologias por detrás do pensamento dos sujeitos que foram demonstrados nas suas manifestações, assim como em material escrito encaminhado pelos órgãos mantenedores e de orientação da educação quando colocados em reunião. Com o objeto de pesquisa delineado, objetivos claros e realizado a busca bibliográfica foi então a vez de entrar no campo exploratório. Como afirma Minayo (2002, p 54), “Definido o objeto com uma devida fundamentação teórica, construído instrumentos de pesquisa e delimitado o espaço a ser investigado, faz-se necessário concebermos a fase exploratória do campo para que possamos entrar no trabalho propriamente dito.”

Para complementar a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, onde primeiramente foi traçado um perfil dos conselheiros participantes a fim de compreender qual a realidade cada um possui, formação, idade e tempo de relação com a escola, buscando caracterizar o conhecimento de gestão democrática e a função pedagógica que era comum no conselho investigado, bem como averiguou o impacto e influências da atuação desse CE, buscando assim complementar as informações documentais e a triangulação de dados de forma a dar consistência à pesquisa.

A entrada no campo de pesquisa constou de muitos cuidados para que os dados coletados não fossem de forma alguma manipulados ou orientados em suas colocações. Contudo, necessitou de exposição sobre o que se pretende estudar e os resultados que obtidos na pesquisa, sempre contando com a participação livre e voluntária de quem contribuía. Minayo afirma:

Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade (MINAYO, 2002, p.55).

Por fim, o primeiro passo, após autorização dos órgãos legais, foi a apresentação à escola do pesquisador e da pesquisa indicando os riscos e benefícios que a mesma trará e solicitação para averiguação das atas de reuniões do CE e PPP e Regimento da escola,

Em seguida foi realizado:

1. Aplicação do questionário impresso de forma física, a um representante titular de cada segmento que compõe o CE, exceto ao membro que acumulasse a função de representante de segmento com a de presidente do CE. Assim, o questionário foi respondido em visita especial e previamente agendada e autorizada do pesquisador, em sala adequada longe de barulho em condições que atestam a confiabilidade e privacidade dos participantes na escola que se vincula o CE investigado.

2. Foi escolhido um conselheiro titular representante de cada segmento: pais, alunos, funcionários, professores e representante da direção das escolas investigadas, totalizando 5 participantes por CE e 10 participantes em toda a pesquisa.

3. Quando um representante selecionado acumulava a função de representante titular do segmento com a de presidente do CE a ele (a) foi dispensado do questionário e aplicado somente a entrevista semiestruturada, que buscou caracterizar o conhecimento de gestão democrática e a função pedagógica que pode ser comum nos conselhos investigados.

4. Os selecionados foram membros titulares do CE e, quando havia mais de um titular por segmento, a escolha recaía naquele que integra há mais tempo o CE. Quando houve, ao mesmo tempo, entre dois ou mais participantes titulares, por segmento, em cada CE, a escolha era naquele que tinha mais tempo de contato direto com a escola.

5. No segmento representado pelo participante que acumulava a função de representante de segmento e de presidente do CE, a este não foi aplicado o questionário, uma vez que foi feita a pesquisa semiestruturada com esse participante.

6. Justifica-se essa escolha devido à investigação se concentrar, em muito, no quesito da participação da comunidade escolar no CE e também por compreender que os membros do CE são escolhidos pelos seus pares para representá-los no colegiado e entre esses representantes

o presidente do CE, eleito para esse cargo, manifesta explicitamente as decisões e entendimentos do CE.

7. A realização de entrevista, assim como a aplicação do questionário e também a análise das atas dos CE, aconteceram em mais de uma visita às escolas selecionadas. Tudo ocorreu conforme cronograma da pesquisa antes do término do ano letivo de 2022, já que em período de férias escolares o acesso às escolas, assim como em novo período letivo, modificações do corpo docente, discente, pais, às vezes, até mesmo direção é mais comum em início de ano. Tudo isso pode provocar a morosidade da pesquisa devido a questões burocráticas, implicando no tempo de desenvolvimento do próprio curso de mestrado e a vinculação com a instituição na qual o pesquisador está relacionado.

8. Os dados coletados na entrevista, realizada em sala específica, ambiente seguro, sem contato direto com lugares agitados, na escola vinculada ao CE investigado, através de gravação, foram transcritos e ficarão sob a responsabilidade do pesquisador principal por um período de 5 anos e após serão destruídos.

9. Como devolutiva dos resultados da pesquisa foi entregue a cada uma das escolas, assim como a 39ª CRE um caderno temático de apoio com apontamentos para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos.

10. Assim como os dados coletados na entrevista, o questionário respondido, TCLE e outros documentos físicos reunidos são de responsabilidade do pesquisador principal, ficando com ele guardado e destruídos 5 anos e após conclusão da pesquisa. A pesquisa seguiu rigorosamente as resoluções de ética para a pesquisa, submetendo-se a LGPD 13.709/18 a fim de garantir o sigilo e a confidencialidade. Todo o trabalho necessitou de aprovação de seus membros, a qual foi submetida no tempo e nos termos corretos segundo a ética que o trabalho impõe.

A análise dos dados foi feita a partir das proposições de Laurence Bardin (2016). Dessa forma, a análise seguirá três etapas.

A. Organização: nesta etapa será feito um levantamento do material coletado, nas entrevistas com os conselheiros para que seja possível escolher aquilo que será necessário para responder o problema de pesquisa. Trata-se do que Bardin (2016) coloca como pré-análise, momento em que são formuladas as hipóteses e objetivos. Nesse passo, Bardin descreve momentos como importantes da análise: leitura flutuante, escolha dos documentos, construção do corpus, formulação de objetivos e hipóteses e preparo final.

Geralmente esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.

Estes três fatores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objetivos, ou inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices (BARDIN, 2016, p.63).

B. Codificação: de acordo com Bardin (2016, p. 67) “A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto [...]”. Essa codificação foi verificada como unidade de registro da temática a partir dos conceitos de gestão democrática, participação popular, CE e políticas educacionais assim como termos similares. Na unidade de contexto foi considerada a situação de onde foram colocadas as expressões estudadas para relacionar a viabilidade da análise.

C. Categorização: Bardin nos fala sobre essa etapa de análise:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2016, p. 74).

Esta é a principal etapa, pois corresponde à fase em que foram feitos agrupamentos. Bardin coloca vários critérios de categorização dos dados. Nesta pesquisa, realizou-se a categorização semântica dos conceitos analisados e pela expressão a fim de entender o que o entrevistado está tentando demonstrar.

Na pesquisa qualitativa, diferente da quantitativa, não há certeza de que ao replicar o método os resultados serão exatamente aos conseguidos pelo pesquisador inicial, no entanto, sempre chegará a resultados de acordo com o método aplicado se esse for bem aplicado. Bardin nos diz:

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, por não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequência suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis (BARDIN. 2016, p. 73).

Todas essas etapas da abordagem qualitativa da pesquisa permitiram chegar ao que chamamos de observação analítica, dessa forma observou-se um padrão na análise e ao fim houve um processo científico.

O produto final foi a apresentação de um caderno temático de apoio, como material didático, com dicas para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos escolares no auxílio da condução da educação na rede estadual de Sarandi/RS, a ser entregue a 39ª CRE, como devolutiva da pesquisa.

## 7. PERCURSO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

O pesquisador que se desafia a realizar um estudo no campo da educação em um tempo em que é pouco valorizada: a ciência, a pesquisa e a própria sociedade sabem que serão grandes as dificuldades no caminho a ser percorrido, especialmente, quando o cerne do estudo se encontra em “Políticas Educacionais”. A demonstração da realidade, a tentativa de estudar se houve ou não a melhora na qualidade dos meios sociais e outros assuntos relacionados parecem encontrar uma barreira social maior, pois, para muitos, não é prazeroso abrir os dados no temor que possam ser questionados. No entanto, somente a partir da verdade que as mudanças poderão ocorrer ou então entender os motivos de sua inação.

Após essa breve reflexão, em continuidade a essa parte do estudo, é importante relembrar alguns aspectos que se pautaram a pesquisa, antes de apresentar, contextualizar e comparar com os objetivos.

O que será apresentado parte do conhecimento científico, que auxilia e valida a pesquisa. Segundo Fonseca:

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico tem sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. O método científico permite a elaboração conceitual da realidade que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade. Contudo, o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido e reformulado. Para que tal possa acontecer, deve ser de domínio público (FONSECA, 2002, p. 11).

Através desse conhecimento a pesquisa foi planejada, os caminhos foram traçados para observar o fenômeno que ocorre no CE e, a partir desse problema prático ser comparado com a literatura estudada. Ao realizar as práticas já anunciadas em capítulos desse estudo se está produzindo conhecimento que ajuda a compreender a realidade e, por vezes, ousar a sugerir mudanças, quando elas são necessárias. Essa foi a forma de fazer ciência, de fazer pesquisa nesse estudo, o que encontra amparo nas palavras de Gatti:

Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. [...] Contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto, o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos (GATTI, 2002, p. 9-10).

Nesse sentido, a estrutura metodológica desse estudo procurou usar das duas abordagens: qualitativa e quantitativa, para investigar o fenômeno já divulgado no problema de pesquisa em capítulo anterior. As abordagens foram utilizadas, atendendo ao objetivo principal da pesquisa, dentro de uma concepção dialética onde uma vai complementar o tema a ser abordado pela outra. Sobre isso Minayo afirma:

Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos, [...] (MINAYO, 2002, p.24).

Portanto, a técnica da entrevista realizada com o presidente dos CE e a tentativa de análise das atas do livro de atas do CE foram a essência para organizar e demonstrar os resultados qualitativos da pesquisa. A técnica do questionário complementou a compreensão dos resultados.

## 7.1 RESULTADOS QUALITATIVOS

A pesquisa realizada nesta dissertação usou a abordagem quali-quantitativa. No enfoque qualitativo da mesma, seguiram-se os ensinamentos de Minayo (2008) na compreensão de que os instrumentos de trabalho de campo permitem a mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. Além disso, a pesquisa qualitativa consegue abranger uma variedade de instrumentos e materiais que auxilia o pesquisador social dando a possibilidade de relacionar práticas interpretativas para a categorização analítica dentro de seu objeto de estudo e, dessa forma, fornece uma riqueza ímpar na discussão dos resultados. Segundo Dezin; Lincoln e outros:

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (DENZIN; LINCOLN *et al.*, 2006, p. 17).



A partir do conhecimento metodológico elencado acima e baseado nos autores estudados, dentre os muitos instrumentos para realizar a parte empírica qualitativa, julgou-se ser a mais adequada, para fazer a investigação do problema de pesquisa, dentro da relação humana que se verifica na realidade dos CE, a entrevista com o (a) presidente dos CE. Em uma entrevista observa-se na fala dos sujeitos, que após a concessão de seu uso, revela mais do que o conteúdo em si, mas também as próprias condições socioeconômicas, históricas e culturais na escolha das palavras que o entrevistado usa para dialogar. Como afirma Minayo (2008, p. 204) “[...] a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos [...]”. Desse modo, o conteúdo produzido, e categorizado, quando conveniente e oportuno pode ser relacionado, na apresentação dos resultados, com a explicação a respeito dos sujeitos da pesquisa. O que trouxe o entendimento completo dos motivos de tal resposta.

Segundo Minayo:

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO. 2010, p. 57).

O tipo de entrevista utilizada foi a do tipo semiestruturada, pois a partir de perguntas fechadas e abertas o entrevistado tinha total liberdade para se posicionar.

Outro instrumento de análise qualitativa proposto foi a observação das atas do livro de atas dos CE. Infelizmente, embora sendo um documento público, não foi possível ter acesso em uma das escolas investigadas e na segunda escola o livro de atas dos CE não é específico para esse CE. Ele reúne registros do CPM e traz em suas atas apenas apontamentos de eleições dos membros dos CE, CPM e prestações de contas. Embora em algumas passagens relembre práticas de participação e gestão democrática, em nenhuma delas se observou, com clareza, aspectos solicitados nos objetivos que não podiam ser examinados ao ler a lei 10.576/95 e suas alterações.

Nesse sentido, a pesquisa documental ficou restrita à análise da legislação, dos documentos que embasam a gestão democrática e sua relação com a teoria. De maneira alguma se colocou de lado a importância do estudo documental, pois é nele que se encontram de forma categórica anotações importantíssimas para a compreensão dos fenômenos científicos. Cellard nos diz:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

A análise do livro de atas dos CE foi escolhida como parte da pesquisa documental, pois, em teoria, muitas respostas aos objetivos da pesquisa poderiam estar presentes nesse documento. O exame do livro, conforme Flick (2012), não só o conteúdo em si, mas também o seu contexto que fica marcado na história. Por isso, na intenção de observar o livro de atas se buscava encontrar elementos de cunho pedagógico, participativo e relações com a gestão democrática que formaram as categorias de análises. Assim, a escolha dos documentos está de acordo com o que Kripka; Scheller; Bonotto afirmam:

O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245).

Portanto, a análise documental se efetivou na importância no material que ficou disponível para consulta. A análise dos livros de atas dos conselhos foi minuciosamente planejada, uma vez que lá havia a possibilidade de encontrar as respostas ora procuradas na parte documental da pesquisa. Esta técnica é uma boa sugestão para futuras pesquisas, mesmo que nesta não se tenha obtido sucesso. Dessa forma, o impedimento de análise do livro, ou sua utilização para registrar prestação de contas é um fator a ser estudado e comentado nas considerações posteriores.

### **7.1.1 Preparação e coleta de dados qualitativos**

Antes de qualquer escrita sobre o caminho construído na parte empírica da coleta dos dados é importante frisar que, devido à trajetória profissional do pesquisador, que se desafia a estudar com profundidade temas relacionados à educação, mesmo que de forma inconsciente,

no decorrer de sua profissão docente está construindo também conhecimento e ampliando seus questionamentos. Este é o caso que se pode relacionar nesse estudo.

Os 20 anos de trabalho como professor na educação básica pública, tendo muitas vezes participado dos CE nas escolas onde passou, foram momentos importantes que permitiram chegar ao curso de Mestrado com bagagem e conhecimento suficientes para construir uma pesquisa equilibrada dentro do prazo estabelecido pela estrutura curricular do curso do Mestrado Profissional em Educação do PPGE da UFFS/*Campus* de Erechim/RS, que diz:

#### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

##### Seção I

##### Da Estrutura Curricular

Art. 18. O curso de Mestrado Profissional em Educação terá a duração mínima de 12 (doze) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses, conforme prevê o Regulamento da Pós-Graduação, além da duração prevista para a integralização do currículo, por solicitação justificada do professor-orientador e mediante aprovação do Colegiado.

§ 2º Para efeito dos prazos de realização do curso, a data do primeiro dia de aula será considerada como data de início do curso, e a data da defesa da dissertação será considerada a data de conclusão do curso.

Art. 19. A estrutura curricular do curso PPGPE compreende disciplinas gerais obrigatórias, disciplinas obrigatórias das linhas de pesquisa, disciplinas eletivas e um conjunto de atividades como seminários<sup>7</sup> (UFFS, 2018).

Assim, a informação repassada se torna importante para confirmar que uma pesquisa com tema tão relevante como essa não se deu por acaso, nem foi o fruto de poucos anos de aprendizado. Ao contrário, o estudo foi sendo construído no decorrer de 20 anos de carreira docente e, a partir de certo ponto, com o auxílio da academia. Destarte, esse trabalho foi sendo estruturando, aprimorado, ganhando concretização científica para formar a dissertação de mestrado que é apresentada. Por isso, o tempo, como fator de amadurecimento e estudo, foi algo alcançado, além de ser de grande importância para realização das diversas reflexões colocadas nessa pesquisa.

Em ato contínuo e, após esclarecimentos, cabe ressaltar que, embora o conhecimento na área da educação tenha sido acumulado durante anos de profissão docente, o início da pesquisa - a fase preparatória -, deu-se no exato momento de início dos estudos no curso do MPE, na confirmação entre estudante e instituição que se propõem em problematizar a educação atual e o compromisso que o PPGE tem para com a sociedade. Sobre isso Sartori e Pereira afirmam:

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2018-0015>. Acesso em 24 set.2022

A proposta do curso visa atender aos princípios filosóficos, organizacionais e operativos preconizados pela UFFS, sempre vinculada aos problemas da educação na atualidade. Também, cabe-nos dizer que a implantação do programa Mestrado Profissional em Educação tem compromisso com a democratização do acesso à pós-graduação aos (às) professores (as) da Educação Básica e aos que atuam em espaços não escolares, aprimorando a sua relação com a Educação Superior, articulando espaços de formação e de pesquisa mobilizando a integração entre conhecimentos teóricos e saberes da prática (SARTORI; PEREIRA, 2019, p. 22-23).

A realização dos componentes curriculares do curso de Mestrado Profissional em Educação, aliados a períodos de orientação individual, permitiu compreender que, no primeiro momento, o caminho se daria exclusivamente pela pesquisa qualitativa e, para tanto, a entrevista e análise documental seriam as técnicas utilizadas para observar o fenômeno científico proposto. Dessa forma, a organização da pesquisa de campo foi antecedida de intensa leitura, análise bibliográfica, apresentação em banca de qualificação de projeto.

Com a qualificação aprovada foi necessário rever aspectos éticos da pesquisa, uma importante fase que permitiu reavaliar alguns pontos que mereciam maior reflexão e, ao final dessa fase, optou-se por redimensionar a pesquisa para uma abordagem quali-quantitativa, aproveitando assim da técnica do questionário fechado para complementar os resultados encontrados nas análises anteriores. Como afirma Minayo (2002, p. 22), “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

As perguntas para construção da entrevista foram criteriosamente selecionadas em relação aos objetivos, e quando essas estavam prontas tomou-se o cuidado de repensar a entrada em campo, seguindo o que diz Minayo:

Em primeiro lugar, devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moderadores ou daqueles que matem sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. De preferência, deve ser uma aproximação gradual, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos (MINAYO, 2002, p. 54 -55).

A realidade de uma cidade pequena permitiu, sem muito esforço, a aproximação dos ambientes onde as investigações ocorreram. A relação amistosa entre colegas de profissão e a realização do bom trabalho realizado nas escolas foram fatores importantes para o acesso mais rápido ao grupo a ser investigado.

O primeiro contato com as direções das escolas após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) foi realizado via telefone. Como era esperado, uma vez que a 39ª

CRE já tinha entrado em contato com as escolas para autorizar a pesquisa, as direções já estavam sabendo que seus CE estariam sendo objetos de investigação na pesquisa de mestrado.

A partir de então, ocorreram alguns encontros de planejamento do pesquisador com as direções das escolas. Esses momentos permitiram estreitar ainda mais os laços de amizade, percebendo-se a alegria dos professores e equipe gestora ao encontrar o pesquisador e saber que tinham sido escolhidos para realização desse importante estudo. Esses são momentos valiosos para o bom desempenho do trabalho, como afirma Minayo:

Para conseguirmos um bom trabalho de campo, há necessidade de se ter uma programação bem definida de suas fases exploratórias e de trabalho de campo propriamente dito. É no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, proporcionando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas (MINAYO, 2002. p. 56).

Na fase preparatória, além de encontros com as direções, foi proporcionado um encontro com os membros dos CE e, nesse momento, após as devidas apresentações formais, foram repassadas todas as informações aos sujeitos investigados, esclarecidos, sobre os riscos e benefícios da pesquisa, as condições favoráveis a fim de garantir ao entrevistado sigilo de suas confidências e identidade, concluindo com a solicitação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para pais de menores de 18 anos, termo de assentimento, termo de compromisso de utilização de dados em arquivo e solicitação formal de autorização para a realização da pesquisa.

Para a condução da coleta de dados foi, primeiramente, realizada a entrevista com os presidentes dos CE, em ambiente discreto e silencioso, houve uma pequena preparação inicial na tentativa de criar um clima descontraído e agradável em uma conversa prazerosa e muito produtiva, como diz (SZIMANSKI, 2011) é o momento em que se obtêm dados necessários sobre os participantes e que poderão ser complementados ao final.

Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados.

Sujeitos	Sexo	Idade	Formação	Relação com a escola	Instituição	Função na Instituição
Sujeito 1	M	43	Educação Básica	Pai de aluno	Escola 1	Presidente do CE
Sujeito 2	F	45		Mãe de aluno	Escola 2	Presidente do CE

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As questões, embora sendo semiestruturadas, permitiu-se ao investigado ampliar suas respostas, colocando suas impressões pessoais a respeito do assunto. O que Minayo (2008) vai chamar de “entrevista narrativa”. O que foi feito para que a essência da entrevista ficasse registrada. No entanto, em nenhum momento o pesquisador perdeu sua postura, pois a necessidade de manter o clima livre de medos e constrangimento o pesquisador deixou que o investigado concluísse ao seu tempo e ao seu modo a resposta à pergunta.

Na fase final das entrevistas, ao retomar assuntos pouco pronunciados pelos investigados, eram novamente indagados com outras palavras por meio de perguntas já organizadas. O que se observava, nesse momento, era a tentativa de responder com exemplos, juntando na resposta verdadeiras histórias de vida carregadas de emoção. O que vem ao encontro do que já prescreveu Minayo:

Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança (MINAYO, 2002, p. 59).

A análise documental das atas constantes no livro de reuniões dos CE, como já foi informado, teve limitações, pois, em uma escola foi negado o acesso e na outra o livro trazia somente assuntos como prestação de contas e registro de realização dos pleitos para escolha de conselheiros.

O livro de atas é um documento essencial para captar a essência dos encontros e decisões tomadas, por isso o pesquisador de forma alguma deve deixá-lo de considerar, mesmo que ao final se decida não usar. Esse foi o caso dessa pesquisa em que, embora houvesse assinaturas, observação aos participantes os assuntos não estavam ligados ao objeto desta pesquisa, por isso não houve a coleta de dados das atas, no entanto as reflexões sobre essa postura encontrada foram analisadas no decorrer do trabalho.

### **7.1.2 Análise dos dados qualitativos obtidos**

Os dados comentados e apresentados nesta etapa seguiram conforme o que foi proposto no capítulo que explorou o caminho metodológico. A análise foi feita com os dados obtidos pela entrevista com presidentes dos CE e seguem a técnica da análise de conteúdo proposto por Bardin:

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material;
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016, p.63).

Após a realização da pré-análise que contou com a etapa da leitura flutuante, a relação com a formulação das hipóteses com os objetivos já elencados e a preparação do material, através da degravação das entrevistas. A codificação, de acordo com os ensinamentos de Bardin (2016), foi verificada como unidade de registro, a temática a partir dos conceitos de gestão democrática, participação, função pedagógica dos CE, assim como termos similares. Na unidade de contexto foi considerada a situação citada pelos presidentes dos CE de onde foram colocadas as expressões estudadas para relacionar a viabilidade da análise. A categorização, fase seguinte dessa análise, realizou-se por meio de três categorias já citadas nos conceitos de forma semântica e pela expressão a fim de entender o que o entrevistado está se tentando demonstrar.

As análises deste trabalho foram construídas considerando as categorias “Participação no âmbito do CE”, “Gestão Democrática” e “Função Pedagógica do CE”. Assim, ainda que na apresentação desta pesquisa seja demonstrada uma ordem contemplando os objetivos específicos. A relação, nessa parte, se dará primeiramente associando as categorias elencadas em ordem diversa que auxilia a compreensão da pesquisa como um todo.

#### 7.1.2.1 Participação na construção da gestão democrática

A definição de participação é algo subjetivo, mas que encontra relações no próprio significado denotativo da palavra para a grande maioria das pessoas.

A participação pode evocar debate, indicar que se consideram espaços coletivos e democráticos para sua realização. Razão pela qual interessava para esta pesquisa identificar a compreensão de participação dos entrevistados, denominados respectivamente de *sujeito 1* e *sujeito 2*, que são, atualmente, os presidentes dos CE investigados.

Quadro 5 – O que é participação?

Sujeito 1	<i>Participação para mim é estar presente, mas com envolvimento né disposto a ajudar, disposto a colaborar com sugestões com críticas.</i>
Sujeito 2	<i>Participação é estar presente, sempre que a gente pode falar que a gente é ouvido a gente está participando.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nas respostas evidenciadas acima pode-se observar que os dois entrevistados usaram expressões semelhantes para indicar que “Participação” é algo contínuo, é envolvimento, é estar participando. Cada entrevistado escolheu, em suas respostas, verbos no gerúndio, ou infinitivo, mas deixando valor semântico da expressão em ser algo que vai ocorrendo. Isso indica que, em sua concepção, participação é algo em construção e não algo acabado.

As respostas vêm ao encontro com as palavras de Demo:

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (1988, p. 18).

Parte das respostas indicadas pelos entrevistados, além de demonstrar o que a participação na vida do homem traz e à disposição das pessoas quanto a possibilidade de dar a sua opinião a respeito dos diversos assuntos. Essa indicação relaciona ao que pode ser construído no futuro da humanidade. Conforme Bordenave:

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nesse sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa (1983, p. 17).

Dessa forma, o início da análise dos dados indica a amplitude do conceito de participação que foi respondido por conselheiros escolares presidentes de seus conselhos. No entanto suas respostas, nessa primeira leitura, não especificam no trabalho do conselheiro escolar, pois podem ser colocadas em diversos contextos sem que haja conflito de ideias nesse campo de pensamento.



Quadro 6 – Possíveis dificuldades encontradas para desenvolver e estimular a participação de todos da escola.

Sujeito 1	<i>Temos muitos que acabam se envolvendo e não querem né, não estão dispostos, mas a gente tem um número significativo de pais que estão dispostos a colaborar.</i>
Sujeito 2	<i>Talvez nem todos gostem de se envolver, tem pessoas que pensam que não, isso não é meu papel. Então deixa que a direção faça, eu só tô aqui para dar aula, ou eu só tô aqui para estudar né, mas, às vezes, conscientizar as pessoas e que elas têm que participar e que elas precisam fazer parte como um todo, talvez seja uma dificuldade.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O que se constata nas falas dos entrevistados é uma forte falta de esperança, muitas vezes, pela verificação de que muitas pessoas não compreendem a importância da existência de um CE participativo e deixam para outra pessoa decidir por elas. Esse pensamento se torna cada vez mais verdadeiro quando a interferência da mantenedora se faz cada vez mais explícita. Como afirma Werle:

As escolas estaduais, que vivem num clima de desesperança, tendem a perceber negativamente os Conselhos Escolares. Deles pouco esperam e ou implantam-nos por se sentirem as direções coagidas e não porque os percebem como um espaço construtivo (2003, p. 76).

Nas falas dos entrevistados é visível a tentativa de buscar a participação das pessoas de alguma forma. Também, é notório o conformismo com a situação que é apresentada aceitando sem luta o que Demo (1988, p. 18) nos diz ser a tendência histórica da dominação: “A sociedade organiza-se através de polarizações hierárquicas, predominando a postura de cima para baixo”.

A participação é algo a ser conquistado e reconquistado a todo o momento, mas para isso é necessário haver comprometimento, dedicar-se de coração a sua escola e não procurar nas desculpas as justificativas para a inação. Como afirma Demo:

Muitas desculpas são justificativa do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado (1988, p. 19 -20).

A aparente falta de comprometimento de pais evidenciada na primeira fala desse item, que é introduzida e depois corrigida pela pessoa entrevistada, marca o que já se percebe em grande parte das escolas de hoje. A vida dedicada exclusivamente para o trabalho não é uma opção para muitas famílias, é a verdadeira necessidade para sobreviver delas. No entanto, essa

não pode ser desculpa para não se envolver nas questões escolares dos estudantes. Há necessidade de integração da família e escola para que o processo educativo e formativo de cidadão se consolide. Como afirma Santos e Toniosso:

[A] escola e família devem estabelecer relações de colaboração, em que a família possa agir como potencializadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escola realize uma prática pedagógica que contribua na formação do ser crítico reflexivo, e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada (2014, p. 133).

Portanto, as falas dos sujeitos entrevistados deixaram clara a preocupação em chamar, em mobilizar a comunidade para a participação e como visto não tem sido algo fácil. Mesmo assim, quando o desejo de quem se compromete com uma educação transformadora vai em busca da mesma escola há muito tempo. Conforme Libâneo:

A escola da qual a sociedade necessita hoje é aquela que luta contra a exclusão econômica, política, cultural e pedagógica, provendo formação básica (como ler, escrever), científica, estética e ética, além do desenvolvimento cognitivo e operativo. É o espaço que sintetiza a cultura vivenciada no dia a dia, a cultura formal e o conhecimento sistematizado (2004, p. 32).

Portanto, a comodidade ou o conformismo com a realidade está cada vez mais forte em nossas escolas, o que é lamentável. As tentativas pretéritas de criar e mobilizar os CE não foram suficientes para que a participação seja algo presente e atuante nos tempos atuais. As modificações políticas e sociais ocorridas nos últimos anos têm certa parcela de culpa para que os movimentos de participação nos CE não progredissem, fato esse que já foi dissertado no estado do conhecimento realizado nessa pesquisa.

Quadro 7 – Mobilização do CE para a defesa da escola ou educadores, frente à mantenedora.

Sujeito 1	<i>Para prática de esportes nós nos reunimos né conseguimos o transporte que levava os alunos lá no ginásio Pedro de Marco, isso é distante em torno de 2 Km da escola. Isso os pais do Conselho junto com todos os segmentos chamaram uma reunião e foi decidido que estava sendo muito perigoso tirar os nossos daqui e levar toda vez para lá todos os dias. E então eles se mobilizaram para que fosse feito junto ao mantenedor. No caso né, uma solicitação formal via promotoria pública, pedido para que seja feito, seja construído o espaço de atividades para que os nossos alunos possam fazer as atividades físicas aqui no pátio da escola né.</i>
Sujeito 2	<i>A conquista do ensino médio da escola se mobilizou conselho escolar foi bastante importante. Eu acredito que sim já houve outras mobilizações, sim, tá porque sempre se defende quem está lá dentro e sempre se busca valorizar quem</i>

	<i>está lá dentro independente do que faça da função que tenha do papel que exerça.</i>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A intenção da pergunta realizada aos entrevistados foi verificar se na prática já houve participação para além de decisões contrárias ao poder mantenedor. Pelas respostas é evidente que os entrevistados optaram por citar exemplos de reivindicações “conquistadas” pela participação conjunta dos CE e suas comunidades escolares. No entanto, embora ainda nenhuma das reivindicações exemplificadas tenha sido completamente concretizada o passo realizado foi importante dentro de certos limites. Antunes diz:

A participação popular pode ser compreendida como apresentação de demandas aos governos e posterior pressão para que eles considerem as reivindicações feitas. Também pode ser entendida como engajamento da população para participar da realização de obras previamente definidas por quem governa (2003, p. 97-98).

A primeira resposta parece encarar o poder estatal pela sua não ação, inclusive com acionamento do poder judiciário para resolver a demanda, já a segunda parece esperar pela ação administrativa dos órgãos superiores. Porém, como em nenhum exemplo, ainda foi conquistado o objetivo que era proposto. Essa aparente conquista indicada pelos entrevistados encontra recepção naquilo que se conhece por “aparência de participação”. Conforme Bordenave,

Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como o local de trabalho, a vizinhança, as paróquias, as cooperativas, as associações profissionais, etc, de modo a criar uma “*ilusão de participação*” política e social (1983, p. 29, *grifos do autor*).

A construção de quadra esportiva no terreno da escola, para não necessitar deslocamento diário de 2km dos alunos e a ampliação para a oferta de Ensino Médio em uma escola parece ter unido a comunidade e seus CE para uma solicitação justa e necessária. Ao poder estatal, que tem a possibilidade de conceder ou não, é perceptível, nas falas, a grande esperança de que sejam atendidos e que de alguma forma quem está exercendo esse poder está participando também dessas conquistas. Além disso, não há mais nenhuma menção nas respostas na entrevista semiestruturada de continuidade de pressão aos órgãos estatais para resolver os problemas levantados.

O que se observou aqui um planejamento participativo ocorrido através de reivindicações pelos CE. Embora, segundo Bordenave (1983), o planejamento participativo

tenha seu lado positivo, quando nos remete a um potencial de crescimento da consciência crítica, uma boa parte dos casos é uma aparência de planejamento transformador pela participação que na verdade deseja que tudo fique como está. Sobre isso Demo informa:

O planejamento participativo busca ser uma forma de antiplanejamento, pois aposta em mudanças, mesmo que reformistas. Entretanto, é mister entender ainda que participação não significa mecanicamente vontade de transformar. Em si, o conservador não precisa participar menos, quando se envolve de corpo e alma em prol do sistema que imagina dever preservar (1988, p. 44).

Assim, como afirma Werle (2003, p. 44): “Os processos participativos são profundamente complexos”. A busca pela participação mais efetiva deve ser conquistada (DEMO, 1988). Cada realidade vai construir seus processos de maneira particular com ação, reflexão, formação e transformação de sua comunidade. Conforme Werle:

É preciso aprender a refletir constantemente sobre as experiências participativas que foram desenvolvidas e estão ocorrendo ao nosso redor, pois mesmo uma instituição que obteve sucesso com a implantação de estruturas participativas e com isso, evoluiu pais, alunos, professores, e funcionários em questões relativas à gestão da escola, não tem assegurada a perenidade dessa participação (2003, p. 44).

Dessa forma, a participação analisada é observada em um ponto específico, de acordo com que é proposto na pesquisa, e de nenhuma forma se extingue nos breves comentários, mas tão somente inicia uma reflexão que pode ser ampliada e aplicada para que os resultados positivos sejam alcançados. Além disso, as falas retratam a visão dos presidentes dos CE, e atuação dos demais conselheiros foi observada com atenção nos dados quantitativos que foram apresentados para complementação da análise qualitativa apresentada.

#### 7.1.2.2 A gestão democrática nos conselhos investigados

A gestão democrática não é um produto acabado, mas um processo que vai se consolidando conforme vai evoluindo em diversos ambientes e ações, sejam na escola ou fora dela. Dentro dessa categoria, para a pesquisa, foram selecionadas algumas questões. No entanto, nas respostas, é possível perceber que outros conceitos que fazem parte do princípio da Gestão Democrática também foram citados, pois falar de gestão democrática sem citar ou exemplificar

algumas ações desse processo se torna difícil. Dessa forma, foram realizadas as seguintes perguntas:

Quadro 8 - Como se tornou conselheiro escolar e o que mais gosta de fazer nessa função?

Sujeito 1	<i>Nessa atuação eu me tornei conselheiro em função da gestão, de estar na gestão da escola então eu sou representante né, membro nato do Conselho, e eu acho que o que eu mais gosto assim é de fazer na função é de poder fazer né ter essa troca com todos os segmentos as questões pedagógicas, financeiras em fim de discutir tudo que a gente tem de bom, e buscar alternativas para melhorar ainda mais o nosso processo como um todo de ensino-aprendizagem com escola.</i>
Sujeito 2	<i>Foi por foi (SIC) por meio de eleição representando na escola anterior como representante dos pais, nessa atual como representante dos professores e o que mais gosto de fazer nessa função é me engajar nas conquistas, fazer parte de buscar melhorias para escola, dar sugestões, ouvir, dialogar sempre em busca de que a escola cresça, de que o trabalho seja valorizado, de que a escola conquiste os seus passos de verdade.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A escolha do CE através do voto dá início a uma caminhada democrática que pode ou não se confirmar na prática. Embora muitos pensem que a eleição é o final de um processo democrático, na verdade ela é apenas o primeiro, a partir da escolha dos membros do CE pelos seus representantes, como indicado na segunda resposta do entrevistado.

Cabe aos eleitos para o CE realizar seu trabalho de forma transparente, reportando constantemente ao segmento escolar ao qual faz parte, para que sua posição ou ações no conselho não sejam vistas como ações individuais, mas sim ações que verdadeiramente representem o grupo. Ou seja, o representante do segmento deve ser uma ponte que liga o CE com os demais pertencentes ao grupo que o escolheu para representá-lo. Antunes diz:

As pessoas eleitas não podem representar seus próprios interesses; elas devem representar os interesses do segmento que as elegeu. Por outro lado, os que elegeram não podem escolher seus representantes e esquecê-los. Não podem delegar a eles todo o poder de decisão e deixá-los sozinhos para que resolvam tudo. Deve existir um contato constante entre representantes e representados (2003, p. 78).

A gestão democrática se realiza também na escuta atenta, respeitosa com extrema consideração a quem faz uso do discurso, por isso, o diálogo é fundamental para que um processo democrático se realize. Isso foi bem lembrado na resposta do segundo entrevistado. Segundo o dicionário Michaelis:

A palavra diálogo provém do vocábulo grego diálogos por intermédio do vocábulo latino *dialogu* -. A palavra original grega foi formada pelo elemento dia -, que significa ‘por intermédio de’, e por logos, que significa ‘palavra’. No conjunto, a palavra grega diálogos significa *conversa* e *conversação* (1998, p. 89).

Assim, a conversa, como indicada na citação acima, deve ocorrer sempre que o CE se reunir, afinal são decisões que cabe a cada membro escolhido expor sua opinião e como tal essa é a opinião do segmento que ele representa.

Observou-se a disposição dos entrevistados que ocupam o papel de presidentes dos CE investigados. Essa iniciativa indicada pelos entrevistados mostra que a trajetória do modelo democrático de gestão está presente no desempenho de suas ações. De acordo com Alarcão (2003, p. 93): “Por modelo democrático de gestão entendo um modelo organizacional em que todos e cada um se sente pessoa”. O sentimento de pertencimento ilustrado pelas respostas permite concluir que quando os membros da escola, escolhidos no CE, é fundamental para que a Gestão Democrática se consolide em espaços escolares e uma das ferramentas utilizadas para isso é o diálogo, que foi citado pelo segundo entrevistado. Ao contrário de outros, esse modelo de gestão fica apropriado à instituição escolar tão necessária na atual realidade.

Um modelo em que cada um se considera efetivamente presente ou representado nos órgãos de decisão. E em que há capacidade real de negociação e de diálogo capaz de ilustrar as dicotomias entre o eu e o nós, entre os administradores e os professores e os alunos, entre os pais e os professores, entre os diferentes órgãos dentro da escola [...] (2003, p. 93).

Por fim, nessa análise também não se pode deixar de ressaltar a primeira resposta do entrevistado quando informa que se tornou conselheiro por participar da gestão, que é membro nato, ou seja, não foi escolhido pelos seus pares. Essa ideia parece oposta à linha dos argumentos colocados, no entanto, nada mais é do que uma determinação legal do Estado do Rio Grande do Sul, que subentende o processo de indicação de diretores nas escolas estaduais gaúchas por eleições democráticas e, com isso, a elevação do diretor ao CE é algo necessário e atende aos princípios de escolha democrática. Ressalta-se que, nesta análise o objeto de pesquisa é o CE, outros objetos e sujeitos, assim como as suas escolhas remetem a grandes estudos e reflexões que poderia ocasionar o distanciamento do assunto principal deste estudo.

Quadro 9 – Quais atividades ou ações a escola já promoveu que houve a presença do CE?

Sujeito 1	<i>Bom, o conselho escolar aqui da escola, ele juntamente com o CPM, e ele já se mobilizou em várias situações, desde para angariar fundos para escola para pequenos reparos [...], pequenas manutenções como a gente não tem</i>
-----------	---

	<i>né recursos suficientes do governo estadual. Que é o nosso mantenedor, inclusive para conseguir algo a mais a nossa escola. Vejo que essa seja a parte mais atuante, além de outras muitas coisas. Mas, aí são mais internas, todas as prestações de contas, eles participam, eles olham, eles analisam, validam ou não, quando tem as decisões. Quando entra algum recurso sempre procura pedir, qual a opinião. Normalmente, somos nós que propomos. A escola tá precisando, por exemplo, colocar o toldo, assim o quê que vocês acham pode eu acho melhor fazer outra coisa, então, a gente fez a pintura a gente sempre diz a eles o valor da aplicação e da fiscalização de todos os documentos.</i>
Sujeito 2	<i>A conquista do Ensino Médio, a escola se mobilizou, conselho escolar foi bastante importante para isso em busca de apoio de autoridade do apoio da mantenedora, também das festividades da escola para angariar fundos conversas em reuniões com CPM mesmo com os alunos para se falar assim da importância do estudo da importância de se cuidar da escola e se manter o patrimônio enfim essas coisas.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Segundo Toro e Werneck (2005, p. 3), “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. O CE tem uma grande função de mobilizar a comunidade escolar para que a mesma possa buscar conquistas e realizações necessárias para o desenvolvimento das ações escolares e para a formação cidadã. Com certeza, essa função mobilizadora está dentro do processo da Gestão Democrática que fundamenta e valoriza a atuação dos CE.

“A mobilização dos atores, motivados por um objetivo comum, constitui o elemento mais poderoso de criação, renovação e formação de sujeitos autônomos e solidários – cidadãos” (BRASIL, 2004, p. 56-57). Essas palavras vêm ao encontro das respostas apresentadas, demonstrando o poder que o CE pode exercer em situações em que houve grande envolvimento da comunidade escolar.

A segunda resposta informou que houve mobilização para conquistar um novo nível de ensino na escola, que o CE esteve presente nas conversas com autoridades em busca de apoio da mantenedora. Ou seja, um sentimento reuniu a comunidade escolar em busca de um objetivo comum. Essa prática fez com que os membros do CE estivessem reivindicando um direito, que de forma alguma foi negado pelo estado até o momento da pesquisa. A ação descrita pelo segundo entrevistado é a decisão do conjunto de pessoas que por meios próprios agem em busca de resultados, não excluindo o trabalho do estado que matem a sua responsabilidade. Sobre isso Henriques afirma:

A mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público. Isso não implica a retirada da função do Estado de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade. Mas, implica que a própria sociedade crie meios de solucionar os problemas com os quais o Estado por si só não seja capaz de lidar (2004, p. 36).

Mais uma vez o que se observou neste ponto em específico é a consolidação da gestão democrática, sendo realizada nas ações do CE, que não se trata somente de somar vontades e discurso bonito, mas também ação para que as finalidades listadas sejam alcançadas.

A resposta do primeiro entrevistado, embora em síntese, tenha deixado claro que tenta trabalhar os princípios democráticos na gestão do CE, é interessante a seguinte frase: “*Normalmente, somos nós que propomos*”. A ideia que passa nessa frase é de um CE que segue, geralmente, as opiniões de algumas pessoas, o que é, muitas vezes, apenas para legitimar a decisão do presidente do CE, muitas vezes auxiliado pelo diretor (a) da escola, por não haver questionamentos.

Nesse ponto o que se problematiza são as relações de poder que existem em diversos lugares, inclusive dentro de um CE, que possui uma hierarquia para organização, mas isso em nada permite que as opiniões e ideias diversas sejam levantadas por todos os membros. O que ocorre nesse CE é comum em diversas organizações e encontra amparado nas ideias clássicas de Foucault, quando discute poder e afirma que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (1979, p. 12).

Dentro dessa realidade, embora não tenha explicitamente a intenção de mostrar o poder no ambiente do CE, ela é decorrente do exercício da palavra e no caso em específico da não ação dos demais membros. Essas são escolhas que vão formando os princípios do CE, assim como vai formando a escola e a sociedade que ela está inserida, onde alguns pensam e os demais aceitam o que foi proposto sem ao menos questionar. É uma realidade preocupante, quando se tenta construir uma sociedade melhor. Sobre isso, Toro e Werneck dizem:

Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando na atualidade não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto - e antes de converter a discussão



em um juízo de culpabilidades - se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. Somos capazes de criar uma ordem distinta (2005, p.7).

Como citado, a esperança em modificar a ordem social está em nossas mãos. Por isso, o que cada membro do CE coloca nas suas palavras deve ser observado com atenção, pois no momento em que o conselheiro está no seu desempenho obtém posição de representação daquela comunidade escolar. O uso de termos indicando que as opiniões, em sua maioria, surgem de um grupo menor dentro do próprio CE é o exercício do poder individual de cada sujeito do colegiado. Como afirma Werle,

O que se pensa, imagina-se ou comenta-se sobre o poder dos membros do Conselho Escolar, constitui um recurso efetivo de poder. O comportamento de cada 'ator' é determinado, parcialmente, pelas previsões relativas às ações futuras dos demais componentes, em relação à situação. A consideração dos Conselhos Escolares como um fórum importante confere sentido as reuniões e posições dos representantes eleitos pela comunidade escolar (2003, p. 10).

Assim, o princípio da Gestão Democrática, observado dentro dos CE, está em constante construção, com ações que levam a lados distintos que poderiam dar a iniciativa a outros estudos e debates mais aprofundados nesse campo. No entanto, para atender o objetivo relacionado a este item na pesquisa foi possível perceber a ação do processo da Gestão Democrática e contextualizar com o tempo e ambiente investigado, assim como a atuação dos conselheiros escolares. Resta agora conhecer mais sobre as ações pedagógicas do CE, o que será dissertado em sequência.

#### 7.1.2.3 A função pedagógica dos conselhos escolares evidenciada nas entrevistas

Com certeza, o educador é o profissional que consegue com mais segurança realizar atividades pedagógicas, pois essa é sua função principal quando está trabalhando com o educando. Porém, não é só o docente que educa. O CE pode desenvolver uma função pedagógica importante para o desenvolvimento da educação dos filhos da comunidade em que estão inseridos. No entanto, os conselheiros precisam ser conhecedores das suas funções e por isso há necessidade de sua capacitação de forma adequada. O anexo citado no livro de Antunes (2003) indica que a parte pedagógica do conselho é a parte do ensino onde há debate sobre o

que se tem aprendido e como a comunidade pode ajudar, ao seu modo, no aprendizado dos alunos.

- Sabe Rute, eu estava conversando com a professora do meu filho, sobre o conselho de escola e ela me falou que o conselho também discute a parte pedagógica.
- Pedagógica?
- É a parte do ensino. O conselho discute se os alunos têm aprendido, se têm tido muita repetência na escola.
- Mas a gente não estudou, não fez faculdade...como podemos estar juntos com os professores dizendo como eles devem ensinar?
- Do nosso jeito, a gente conhece coisas que podem ajudar o trabalho dos professores. Diz que outro dia, uns professores queriam que o que seu Mário falasse sobre como surgiu o bairro e como ele foi crescendo. Sabe pra quê? Para depois as crianças estudarem isso na escola (ANTUNES, 2003, p. 197).

Em sequência para a pesquisa foram direcionadas perguntas aos entrevistados que, por vezes, colocaram impressões a respeito do tema no decorrer de toda a conversa. Na análise foram consideradas as expressões que trouxeram, de alguma forma, o que se buscava nos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 10 – Como o CE pode ajudar os professores nas aulas e como cada segmento pode fazer isso?

Sujeito 1	<i>Auxiliando no processo <b>pedagógico</b>, você como professor de sala de aula, você diz, você repete e o aluno não acredita que só ele, é uma ideia é uma coisa do professor. Quando você vê que as pessoas sentem né, que teu colega, o teu pai o funcionário da escola, o professor, a direção, todos estão falando a <b>mesma linguagem</b>, faz com que mais forte fique mais <b>empoderado</b>.</i>
Sujeito 2	<i>A principal ferramenta para isso é um <b>diálogo</b>, sempre que nós temos oportunidade de <b>dialogar</b>, sempre que cada segmento é ouvido, tudo melhora. Então, se o conselho escolar [...] for atuante, e se ele pode ouvir os demais segmentos, o <b>pedagógico</b>, professores, as aulas certamente vão melhorar. Os professores têm sim angústias, preocupações e que chegam e que saem da sala de aula sim e que a gente acaba ouvindo tudo isso.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Considerando que a função pedagógica do CE tem sentido de ação educativa, logo ela é uma atividade intencional que se dá por meio de uma relação dialógica. As perguntas foram elaboradas para analisar o conhecimento dessa função nos conselhos investigados.

O que se evidencia na fala desse presidente do CE é a influência positiva que o CE tem na vida dos alunos, estabelecendo que todos estão juntos para uma educação de qualidade. Embora pareça estranho, ainda há muitos lugares e escolas que não vivem a democracia em

suas organizações e, muitas vezes, há a necessidade de exaltar esse fato quando se busca falar sobre o assunto.

Dessa forma, a primeira resposta não especifica no que seria a ajuda que os membros do CE dão aos professores; foca a resposta na atuação conjunta e responsável dos demais membros do CE, buscando a identificação dos conselheiros com os demais sujeitos presentes no espaço escolar. Paro nos diz:

[...] a evidência da influência positiva da organização escolar sobre o comportamento das pessoas pode ser percebida quando se comparam escolas em que foram introduzidas inovações que provocaram maior democratização dos contatos humanos, com situações anteriores, em que as relações eram de mando e submissão (2001, p. 29-30).

Quando a primeira resposta inicia com a expressão “*Auxiliando no processo pedagógico*” está claro para o entrevistado que quem faz o pedagógico não é somente o professor, ou seja, é um contexto amplo do ensinar e aprender, que ocorre também na escola. O auxílio falado pode vir de diversas formas quando de origem do CE e vai se constituir na formação cidadã de cada indivíduo que, por sua vez, influenciará na construção da sociedade. Sobre isso, Libâneo afirma que

O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócios políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade (2018, p. 29-30).

Um elemento importante da gestão democrática se encontra na segunda resposta dada pelo presidente do segundo CE entrevistado. Ao responder foi citada a palavra “diálogo” que foi estudado e conceituado no item anterior, mas volta agora em outra categoria de análise, pois as categorias fazem parte de um todo e se torna difícil estabelecer limites entre uma e outra.

Quando o entrevistado citou o diálogo como ferramenta está situando a comunicação entre os segmentos e entre o CE e a comunidade escolar. Com certeza, o ensino e a aprendizagem em um ambiente onde há comunicação tende a ser mais proveitoso. Dessa forma, os alunos que são sujeitos bastante interessados no ambiente de aprendizagem podem saber o que faz um CE e como ele pode ajudar na parte pedagógica. Por isso, a importância da comunicação estar apropriada por todos da escola. Antunes também menciona isso:

O Conselho de Escola, se quiser, desenvolver um bom trabalho, deve ter como uma de suas preocupações centrais contribuir para melhorar a comunicação e o acesso às

informações a todos. Além de se preocupar com essa questão em relação à escola como um todo, deve, ele mesmo adotar um sistema de comunicação democrático, criando, por exemplo, formas de contato constante entre os que participam do cotidiano escolar (2003, p. 79-80).

Na segunda parte da resposta do segundo presidente entrevistado, foram colocadas as angústias e preocupações que chegam aos professores. Embora a origem desses problemas aos docentes não se encontre exclusivamente na ação dos CE, mas em uma conjuntura maior, que não cabe aqui pormenorizá-los. A atuação dos CE pode auxiliar o trabalho pedagógico dos docentes, uma vez que são formados também por pais, que podem atuar na formação cidadã dos estudantes. Como afirmam Polonia e Dessen:

A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercer o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade (2005, p. 304).

Como visto, a função pedagógica, mesmo não aparecendo com tanta força nas respostas, acaba por estar entre as expressões relacionadas e expostas pelos entrevistados. Para aprofundar a análise foi realizada nessa categoria mais uma pergunta com a finalidade de encontrar mais elementos pedagógicos nas falas, o que será observado a seguir.

Quadro 11 – Os alunos reconhecem a presença e a importância do CE? Como a atuação de conselheiro é vista?

Sujeito 1	<i>Sim, mas o nosso público-alvo tem população assim. A grande maioria de baixa renda. Nós temos a questão da vulnerabilidade social. Por exemplo, a sua profissão nós como escola estamos trabalhando, mostrar os alunos as profissões que existem e o que precisa para a gente chegar. Você quer ser um advogado o que você precisa para ser uma advogada. Você quer ser um dentista o que você precisa saber, que trilha que caminho você precisa. Qual a importância do estudo para você chegar a isso. Ah! Você quer ser um bancário? Você quer trabalhar no banco? Que você precisa saber? Ah! Eu quero que ser policial, policial militar, quero ser policial civil. O que eu preciso de formação acadêmica para chegar a ser então para tentar ajudar as nossas crianças, mais cedo a escolher isso, e a se definir a gente tá trazendo pessoas da nossa comunidade, estamos prezando por ex-alunos, que já estão formados e por pais.</i>
Sujeito 2	<i>Eles reconhecem quando a direção da escola apresenta o conselho escolar e fala das atribuições do Conselho lá dentro da escola, porque, por exemplo, quando eu trabalhei na Aldo Conte, o conselho escolar ia na sala de aula, conversava com os alunos, fazia colocações para eles. A importância, principalmente, na questão assim das atitudes e comportamento né, porque no turno da noite, onde dava mais esse tipo de problema o conselho escolar ia para lá. Então, conversava com eles e se a direção da escola não faz esse meio de campo aí entre conselho escolar e</i>

	<i>os alunos, por exemplo, a comunidade escolar, essa atuação desse papel deles né. Mas agora, por exemplo, lá na Padre Manoel, o conselho escolar, ele sempre é citado sempre tem reunião de pais, ele é lembrado ele é chamado nos eventos, mesmo entre os alunos sempre é colocado a presença do Conselho Escolar.</i>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A primeira resposta mostrou mais elementos da função pedagógica quando questionado sobre a atuação dos conselheiros além da presença e importância dos CE.

Primeiramente, o entrevistado declarou as condições econômicas das famílias que compõem a sua escola, o que já foi contextualizado em capítulo anterior nessa pesquisa. O CE, geralmente, tem uma atuação mais formativa e geral da escola, mas sempre está na luta pelo bem-estar na escola, pela entrada e permanência com qualidade dos alunos pelo tempo que for necessário. Por isso, se envolve em questões econômicas e financeiras com o objetivo de ajudar os alunos nos processos de ensino e de aprendizagem.

O papel do Conselho Escolar é o de assumir a luta pela efetivação do direito à educação no âmbito de suas atribuições. Ou seja, lutar pela garantia do acesso à escola, na educação infantil, ensino fundamental e no ensino médio, e para a melhoria do processo ensino – aprendizagem daqueles que estão na escola (BRASIL, MEC, 2006, p. 18).

Além disso, a questão da vulnerabilidade social advém de muitas origens que necessitaria de estudos mais complexos, mas não se pode deixar de considerar em trabalho a respeito de educação.

Ainda na primeira resposta, o entrevistado informou que o CE estava trazendo profissionais para dar depoimentos e indicando os caminhos de certas carreiras e empregos, fazendo com que os alunos aprendessem a relação que devem construir para o seu projeto de vida. Aqui o CE consegue fazer um trabalho pedagógico interessante, pois liga os ensinamentos escolares mais teóricos, com os conhecimentos práticos de vida, mostrando a pluralidade de interesses necessários à sociedade. Como afirma Teixeira:

[...] praticará na comunidade escolar tudo que na comunidade adulta de amanhã terá de ser: o estudioso, o operário, o artista, o esportista, o cidadão enfim, útil, inteligente, responsável e feliz. Tal escola não é um suplemento à vida que já leva a criança, mas a experiência da vida que vai levar a criança em uma sociedade em acelerado processo de mudança (1994, p. 166).

Está posta a evidência, nessa resposta, a função pedagógica identificada em ações do CE na escola entrevistada. Além do mais é interessante o princípio de trabalho da escola em

um projeto interdisciplinar, que possibilita trazer a comunidade para dentro da escola para exercer um auxílio importante para formação dos alunos.

A resposta do segundo presidente do CE investigado demonstra a importância que é dada para a simples “citação” do CE para os alunos, o que realmente deixa dúvidas se os alunos reconhecem o CE pela sua atuação na escola ou por ser simplesmente anunciados. A resposta evidencia pressupor que o CE seja algo novo na escola. Caso assim fosse, o anúncio contínuo é uma atitude que se faz necessária, como afirma Antunes:

Antes de qualquer coisa, é necessário que todos da escola saibam o que é Conselho de Escola. Mas isso não pode ser feito de qualquer jeito. Precisamos criar uma atmosfera sedutora, usar metodologia adequada, linguagem apropriada etc. Cabe, primeiramente, fazer um trabalho de divulgação e esclarecimento através de cartazes, jornaizinhos, conversas, reuniões com os diferentes segmentos e o que mais a criatividade permitir (2002, p. 67).

A presença do CE, em sua função pedagógica, necessita ser algo naturalmente identificado por todos da escola, mesmo que esse caminho seja longo e inicie com afirmações e anúncios rotineiros, se o CE for bastante atuante será possível observar a forma espontânea de identificação dos conselheiros ou ações que ocorrerem na escola.

A segunda resposta do quadro anterior também indicou implicitamente que o presidente do CE exerceu a mesma função em outras escolas. Nessa citação demonstra que na escola anterior o papel do CE era mais claro na questão disciplinar com alunos que frequentavam a escola à noite.

A questão de atitudes e comportamentos de estudantes tem sido algo bastante estudado, principalmente por, em alguns casos, terem como consequência a violência. Segundo Nascente; Ferreira; Guarnieri:

Nas escolas públicas de Educação Básica, parecem ser crescentes as queixas a respeito da ingovernabilidade das novas gerações, associando-a entre outros fatores, ao declínio das instituições tradicionais, ao aumento da violência urbana e às novas influências trazidas pela indústria cultural e de Consumo (2016, p. 95).

O comparecimento contínuo do CE em atuações pedagógicas pode auxiliar na condução das atividades e projetos escolares, evitando também atitudes de indisciplina. Mas, diferente do que se percebeu na segunda resposta à pergunta do quadro 11, o CE não deve ser somente anunciado, sua percepção deve ser natural por: alunos, professores, funcionários e pais que frequentam o espaço escolar.

Os dados obtidos nessa parte qualitativa da pesquisa trouxeram importantes definições sobre os assuntos elencados nos objetivos, em comparação com a realidade encontrada na prática e o que a teoria já demonstrava. Assim, cabe ressaltar que a busca na educação através dos CE é o que Dalben afirma: “Os Conselhos são elementos dinamizadores dos projetos pedagógicos, e espaços privilegiados de produção de conhecimento pela escola e sobre ela mesma” (1992, p. 94) e o compromisso que cada sujeito que teve condições de estudar pode estar dentro dessa ação, sendo um componente atuante dentro ou fora dos CE.

## 7.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS

A pesquisa quantitativa, neste estudo, tem por objetivo complementar a parte qualitativa já apresentada. Mattar (2001) informa que a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados já estruturados, estatísticos, a partir de análise de casos representativos, qualificando os dados e os resultados para os interessados.

O estudo quantitativo acaba por ratificar algumas considerações já realizadas nos comentários da análise qualitativa, que foram quantificados em questionário fechado e aplicado a um representante titular de cada segmento que compõem o CE de cada escola investigada. De acordo com Rodrigues, Oliveira e Santos:

Esse tipo de pesquisa tem sua aplicabilidade na realização de pesquisas de cunho social, econômico, político, mercadológico, administrativo e de comunicação. Portanto, é uma pesquisa de investigação empírico-descritiva, com a finalidade de descobrir e classificar a analogia entre as variáveis e as relações de causa e efeito, entre os diferentes fenômenos (2021, p. 167- 168).

Os instrumentos utilizados no trabalho de campo, integrando abordagem qualitativa e quantitativa permitiu ampliar o conhecimento, para harmonicamente serem utilizados a fim de relacionar os dados pesquisados na obtenção de conclusões concretas sobre o problema de investigação proposto. Essa abordagem se mostrou adequada para um estudo na área da educação, como é o caso dos CE e o local onde estão inseridos. Segundo Rodrigues, Oliveira e Santos:

Nesta perspectiva, fica evidente no que tange à pesquisa em ciências sociais e em especial na educação, que se trata de uma nova concepção metodológica, o que não implica em incluir ou excluir determinada abordagem, mas sim utilizar ambas como premissa para conquistar um conhecimento cientificamente embasado na descrição e quantificação dos fenômenos investigados (2021, p. 171).

Assim, os dados quantitativos desta pesquisa não têm a intenção de trazer a precisão nas respostas, mas indicar um caminho para, junto com os dados qualitativos, construir as respostas as questões de pesquisa que foram levantadas durante a investigação.

### 7.2.1 Preparação e coleta de dados quantitativos

Como já foi informado, o instrumento para a coleta de dados quantitativos foi um questionário com perguntas fechadas, onde apenas um representante titular de cada segmento respondeu. Nesse ponto foi dado o devido distanciamento necessário para não comprometer a análise, o que é necessário, conforme Rodrigues, Oliveira e Santos:

Nesse sentido, o interesse do pesquisador se orienta por dimensionar, analisar e avaliar a aplicabilidade de recursos ou técnicas ou até mesmo introduzir uma variável na coleta de dados para um registro quantitativo. Cabe ressaltar que, nesse tipo de pesquisa, o pesquisador precisa assumir uma postura de distanciamento do contexto, isto é, deve haver uma separação entre pesquisador e objeto de pesquisa (2021, p. 165).

É importante ressaltar que o questionário foi preparado a partir da bibliografia estudada e aplicada em uma única vez em cada CE.

Quadro 12 – Perfil dos respondentes do questionário

Sujeitos	Sexo	Idade	Raça	Formação	Relação com a escola	Instituição	Quando foi eleito <sup>8</sup>
Sujeito 1	M	43	Branca	Ensino Médio	Pai de aluno	Escola 1	2019
Sujeito 2	F	13	Branca	Ensino Fundamental	Aluno	Escola 1	2022
Sujeito 3	F	40	Branca	Ensino Médio	Funcionário	Escola 1	2022
Sujeito 4	F	41	Branca	Ensino Superior	Professor	Escola 1	2022
Sujeito 5	F	40	Branca	Ensino Superior	Representante da direção	Escola 1	2021
Sujeito 6	F	44	Branca	Ensino Médio	Mãe de aluno	Escola 2	2019
Sujeito 7	F	13	Branca	Ensino Fundamental	Aluno	Escola 2	2022
Sujeito 8	F	38	Branca	Ensino Médio	Funcionário	Escola 2	2022

<sup>8</sup> Alguns membros foram reeleitos e o ano correspondente na tabela indica o ano que tiveram seu primeiro contato no CE.



Sujeito 9	F	43	Branca	Ensino Superior	Professor	Escola 2	2022
Sujeito 10	F	40	Branca	Ensino Superior	Representante da direção	Escola 2	2021

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

## 7.2.2 Análise dos dados quantitativos obtidos

Embora no meio acadêmico possa haver certa incompatibilidade entre abordagens qualitativas e quantitativas, os dados quantitativos aqui demonstrados têm objetivo complementar a investigação científica aumentando a importância e a realidade do resultado. De acordo com Rodrigues, Oliveira e Santos:

[...], é importante salientar que quando bem aplicadas, tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa podem produzir resultados complementares aliando teoria e estatística com alta fidedignidade interpretativa e profundo conhecimento científico (2021, p. 168).

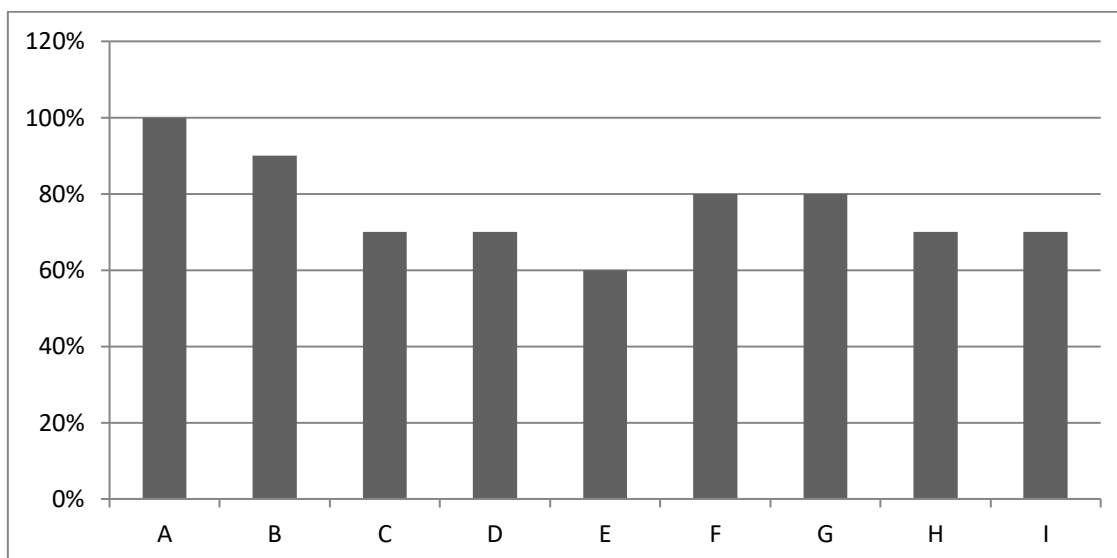
O desafio de trabalhar com as duas abordagens dentro de uma mesma pesquisa de natureza social no campo da educação não é novo, com a intenção bem expressa na citação anterior a pesquisa agora começa a demonstrar os dados quantitativos obtidos.

### 7.2.2.1 Participação na função de conselheiro

A função de conselheiro escolar é uma das mais importantes funções dentro da escola. Para análise da participação nas ações do CE foi realizado a seguinte pergunta: *Quais tarefas, como conselheiro, você se envolve na escola? (Pode assinalar mais de uma)*

As respostas tinham como alternativas aos conselheiros as opções da legenda.

Gráfico 1 – As funções do conselheiro escolar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Legenda:

- (A) Participar das reuniões do Conselho Escolar.
- (B) Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.
- (C) Reunir-se com seus pares para compartilhar ideias e promover eventos educativos.
- (D) Fiscalizar a execução do calendário escolar; assegurando os dias letivos e as horas anuais estabelecidos conforme legislação vigente.
- (E) Discutir alternativas para promover o respeito às diversidades étnico-racial, a identidade, gênero e pessoas com deficiência.
- (F) Reivindicar a melhoria das condições de infraestrutura das escolas.
- (G) Dialogar com a gestão da escola e com a comunidade escolar a respeito de projetos pedagógicos a serem desenvolvidos de forma integrada na escola.
- (H) Articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem.
- (I) Participar através do voto das tomadas de decisão da escola que estejam inseridas nas pautas de reuniões do Conselho.
- (J) Outras: \_\_\_\_\_

A participação da comunidade escolar por meio do conselho escolar, como já foi bastante explorada, demonstra a busca por uma gestão transparente que contribua com a autonomia progressiva nas unidades de ensino proporcionando uma educação de qualidade.

A partir disso a pergunta buscou identificar as ações dos conselheiros em um CE participativo. As respostas indicaram que a grande maioria conhece e participam das ações dos CE, o que é fundamental para o crescimento da instituição escolar, principalmente nas questões referentes à administração e a educação. Entretanto, o que se percebeu é que ainda há um espaço a trilhar, pois em todas as respostas não se alcançou a totalidade dos conselheiros, em respostas de simples que foca a participação nas ações dos conselheiros.

Assim, mesmo que ainda possa e deva progredir nas atitudes próprias do CE, a visão mostra certo envolvimento no funcionamento do CE o que ajuda no processo de construção da gestão democrática com os sujeitos da escola. Como afirma Libâneo,

A participação é o meio para assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais (2005, p. 328).

Dessa forma, a opinião de todos de forma organizada faz com que a responsabilidade coletiva seja alimentada para o desenvolvimento da instituição escolar com cooperação e união pelo bem comum.

#### 7.2.2.2 Contextualização do conselho escolar na constituição de uma gestão democrática

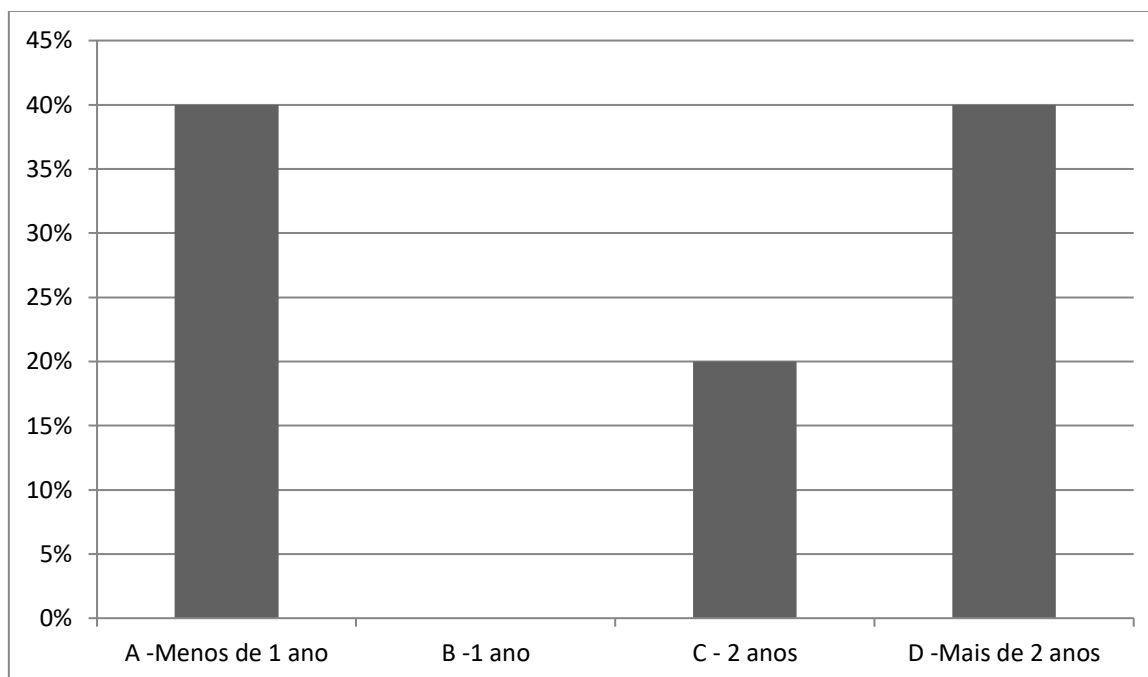
Neste item foram realizadas sete perguntas, com alternativas fechadas a fim de contextualizar o tempo, o nível de conhecimento da escola e da expressão e sentido da Gestão Democrática que cada representante possui.

A primeira pergunta desse item foi: *Há quanto tempo você participa do Conselho Escolar de sua escola?*

Como alternativas de respostas os conselheiros tinham as seguintes opções: (A) menos de 1 ano; (B) 1 ano; (C) 2 anos; (D) mais de 2 anos.

Os resultados são expressos no seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Tempo de Participação nos CE.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em 2022 por determinação da Secretaria Estadual de Educação, realizou-se nova escolha de membros do Conselho Escolar. Os resultados apurados mostram a realidade da participação das pessoas da comunidade escolar como conselheiros do CE na escola, a qual tem algum tipo de vínculo. Percebeu-se que a grande maioria do público entrevistado ou se coloca como integrante recente, menos de um ano em atuação no CE, ou com mais experiência com mais de dois anos atuando. Essa realidade deixa uma parcela intermediária, em relação ao tempo de atuação, com menor percentual de atuação.

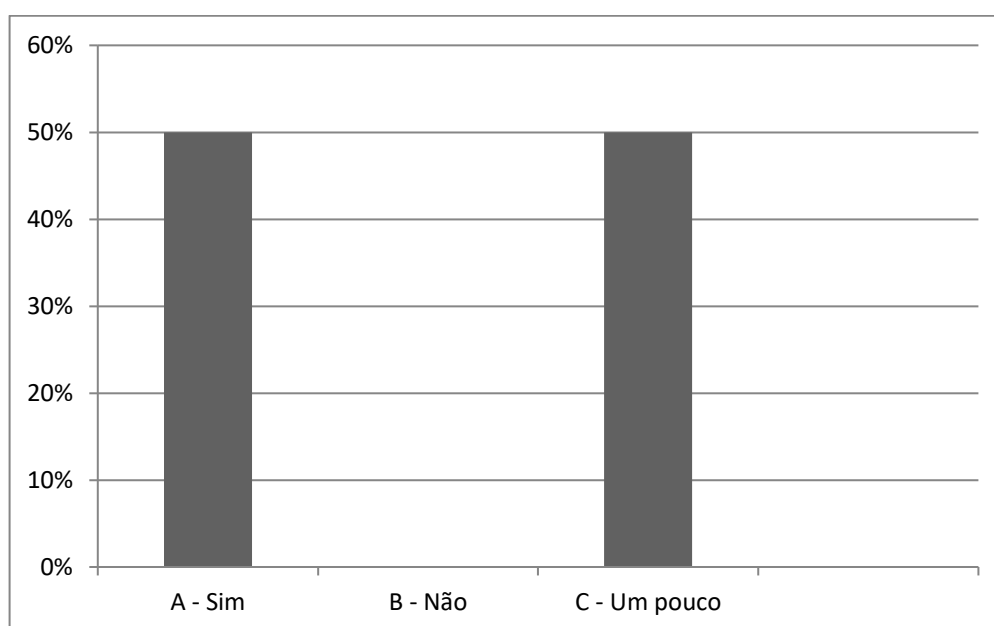
A apuração realizada demonstra, assim que as pessoas que se dispõem a integrar o CE não se renovam cotidianamente, permanecendo as mesmas por muito tempo. Isso para a construção do princípio da gestão democrática se torna uma missão desafiadora, pois a escola democrática deseja a participação de todos com renovação das pessoas nas diversas posições da sociedade. No entanto, são poucas as pessoas dispostas a mudar de posição e participar do CE ou de outra representação.

“Mudar nunca é simples, [...]” (VIEIRA, 2007, p. 59), os desafios acontecem e não são todas as pessoas que se dispõem a deixar a sua condição e assumir o papel de representante de seu segmento em um trabalho voluntário, sem remuneração e pela construção e defesa da escola e seus ideais, como é estar no CE. Um dos fatores, entre outros, que leva a esta dificuldade de mudar e se colocar à disposição, no contexto escolar, são os fatores humanos. A escola não é

diferente, principalmente pelas faixas etárias ali envolvidas, desde o pai ou professor mais velho, até o aluno mais novo que reúne as condições de estar no CE. Nessa situação, Vieira (2007, p. 59) cita: “Gente é assim. Resiste. Reage. Faz corpo mole [...]”. Embora se tenha esse motivo com forte influência na realidade demonstrada e outros existirem, a esperança pela consolidação da gestão democrática persiste na alternância de sujeitos no CE e na participação.

Quando os entrevistados foram submetidos à pergunta: *Você conhece a história de sua escola e como o Conselho Escolar se inseriu nela?* Com alternativas de resposta: (A) *Sim*; (B) *Não*; (C) *Um pouco*, os resultados estão expressos no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Conhecimento dos conselheiros sobre a escola e o CE.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A pergunta revelou que, uma parte dos entrevistados conhece (sim), outra conhece pouco e ninguém não conhece nada da história da escola e como o CE se inseriu nela. Isso leva a entender que os conselheiros já conseguem compreender o território que ocupam, na perspectiva defendida por Santos:

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população (2000, p. 14).

O sentido de pertencimento escolar é aquele que favorece além da aprendizagem, a emoção e a afetividade que o espaço escolar destina a toda a comunidade envolvida. Em relação

à escola, esse sentimento é composto de um processo de apropriação e territorialização do espaço. Assim, conhecer a história da instituição onde se atua como conselheiro escolar é fundamental para constituir-se como sujeito do espaço que atua. Quem conhece pouco não consegue sentir, nem propor mudanças necessárias, por isso, um conselheiro escolar geralmente sabe muito de sua escola, ou deveria procurar conhecer bem, para o bom desempenho dela.

Portanto, os resultados revelam que o conhecimento da história da escola e do CE é muito importante e os caminhos para obter um CE atuante começa pelo reconhecimento do local onde ele está inserido.

Em seguida a análise quantitativa mostrou uma série de perguntas que tiveram cem por cento de resposta “sim” ao questionamento. Nesse caso, não houve necessidade de demonstração gráfica. No entanto, é interessante analisar as perguntas e como estão analisadas à luz da teoria estudada.

Os questionamentos foram os seguintes:

- “Você conhece todos os membros que compõem esse conselho? E quais segmentos eles representam? ”
- “Você entende o motivo de ser convidado a participar de um Conselho Escolar? ”
- “Você já ouviu falar no termo “Gestão Democrática” em reuniões, encontros ou quando foi chamado à escola como membro do Conselho Escolar”?
- “Suas opiniões dentro do Conselho Escolar são escutadas e consideradas na realização de atividades ou na tomada de decisões necessárias para a Escola? ”

As perguntas foram elaboradas a fim de atender os dois primeiros objetivos específicos da pesquisa, voltados à constituição da gestão democrática e a participação nas ações dos conselheiros. Para compreender isso é importante entender as causas que levaram à presença de cada conselheiro e como sua atuação está sendo respeitada.

Quando uma pessoa aceita o desafio de estar representando seu segmento em um CE, geralmente busca não só estar passivamente recebendo informações e assinando documentos de que desconhece o seu teor. Um conselheiro é um sujeito que deseja mudanças para auxiliar a construção da educação de qualidade, voltadas à liberdade e à valorização do ser humano. Dessa forma, quando se obtém a totalidade de respostas no mesmo sentido, a espera é de um cenário futuro bastante positivo, já que a interferência democrática no mundo está sendo construída com o entendimento de cada um. Isso é mudar o mundo. Nas palavras de Freire:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no

mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política constato não para me adaptar, mas para mudar (1996, p. 76-77).

A modificação da realidade de um ambiente maior passa por iniciativas pequenas, por isso, a participação de todos os conselheiros deve ser respeitada, seu ponto de vista deve ser levado em consideração. Nenhum membro do CE tem o direito de impedir que o outro se manifeste, ao contrário deve escutar com bastante atenção para que isso seja ponte de diálogo entre todos. Como diz Freire (1996, p.113): “Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele [...]”. Logo os resultados mostram que há uma presença de consideração dentro dos CE investigados, o que é tão importante quanto à própria existência do CE.

A valorização por cada palavra pronunciada é uma atitude democrática. Porém, não basta somente ser escutado sem nenhuma ação, assim como não basta ter escutado a expressão “gestão democrática” sem viver a democracia. Como afirma Antunes,

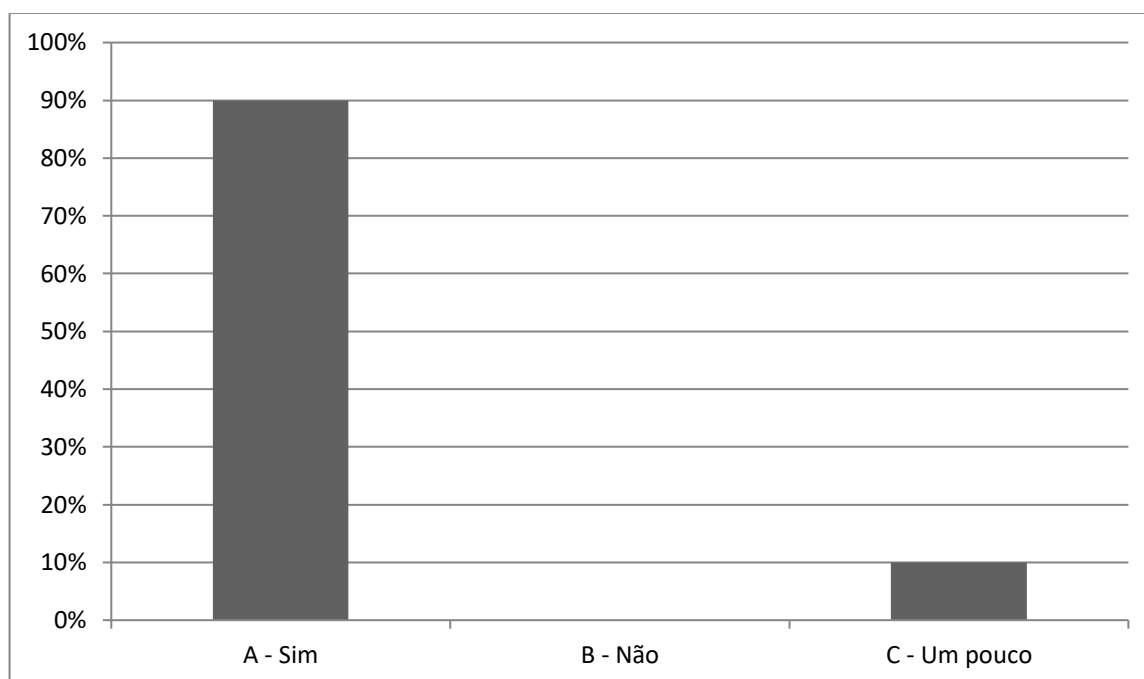
É necessário que tenhamos clareza de que democracia é algo que se aprende e se aprende, principalmente, praticando-a, vivenciando-a. Não há projeto de escola que esteja dissociado de um projeto de sociedade. Se queremos uma sociedade democrática, justa, igualitária, é necessário que, mais do que o discurso da democracia, sejamos capazes de vivenciar a democracia no maior número de espaços possível (2003, p. 35).

Dessa maneira, a pesquisa quantitativa, nas perguntas desse item, indica um ponto de partida para compreender a dinâmica da participação e de ações democráticas nos CE, com certeza, é apenas um pequeno passo para a construção de um mundo diferente.

A última pergunta desta categoria foi: *Você é incentivado a participar do Conselho Escolar?* Como alternativas de respostas os conselheiros tinham as seguintes opções: (A). Sim; (B). Não; (C) Um pouco.

No que se refere ao incentivo à participação do Conselho Escolar, constatou-se a seguinte situação:

Gráfico 4 – Incentivo aos conselheiros a participar dos CE



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os resultados apontados no gráfico indicam que na maioria os conselheiros são incentivados a participarem do CE (sim). Este incentivo vem dos professores e de alguns familiares. Enquanto um percentual baixo é pouco incentivado. No entanto, ao comparar com a parte qualitativa percebe-se que as respostas não refletiram a realidade, ou há certa oposição de resultados.

Julgando pelas respostas, haveria CE com forte atuação, com princípios democráticos claros e vividos na escola. Mas, isso não acontece, muitas vezes, entre outros motivos, pelo processo histórico de dominação em que muitos simulam a participação ativa, quando ela não existe. Conforme Demo:

Na verdade, trata-se de um processo histórico de opressão, que conseguiu “domesticar” a sociedade a seu gosto, podendo chegar ao cúmulo de tornar o assistencialismo a uma necessidade vital [...] Acostumou-se ao parasitismo de tal forma, que já é modo de vida. No entanto, não se “decidiu” pelo parasitismo, mas foi levada a tanto pela estrutura de dominação (1988, p. 32).

Assim, o estudo da participação e da gestão democrática, frente ao que foi pesquisado, não conclui definitivamente o futuro que se colocará esses fatores na constituição do CE e da educação, pois, ainda, cabem muitas pesquisas para esse tema devido a sua relevância no campo da educação, mas é um importante estudo de momento para almejar uma sociedade melhor.

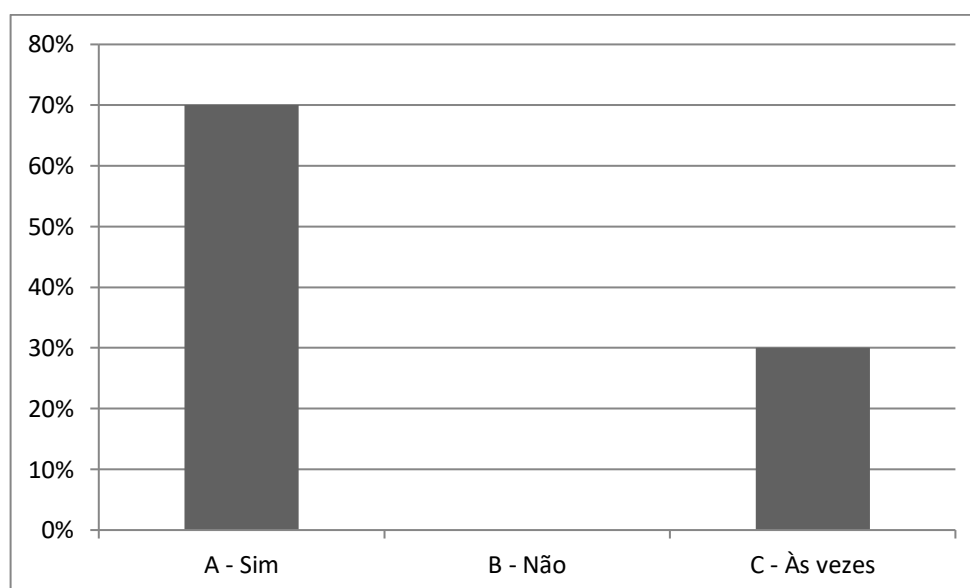


### 7.2.2.3 Quanto à função pedagógica do conselho escolar

A função pedagógica do CE é o centro de toda a investigação, no entanto, está presente em todo o texto trabalhado e para evitar repetição em excesso foram selecionadas apenas quatro questões para aplicação aos membros titulares dos CE investigados.

A primeira pergunta foi: *Você observa os índices de aprendizagens de sua escola como um todo?* Como alternativas de respostas os conselheiros tinham as seguintes opções: (A). Sim; (B). Não; (C). Às vezes.

Gráfico 5 – Observação dos conselheiros aos índices de aprendizagem na escola.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Atualmente, a escola estadual gaúcha é foco da pesquisa, realiza na sua rede diversas avaliações institucionais da aprendizagem a nível federal, estadual e municipal. Na análise, para melhor observação, considerou-se somente a avaliação em nível estadual realizada em 2022: avaliação do SAERS (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul) e Avaliar é Tri. Essas ferramentas são úteis, principalmente, para o monitoramento da qualidade e evolução educacional, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de melhorias da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

A pergunta direcionava a observação dos conselheiros aos índices de aprendizagem de sua escola como um todo, em especial aos resultados das avaliações externas. Os resultados mostraram que a maior parte observa (sim), mas um grupo menor, às vezes, faz isso. Em função

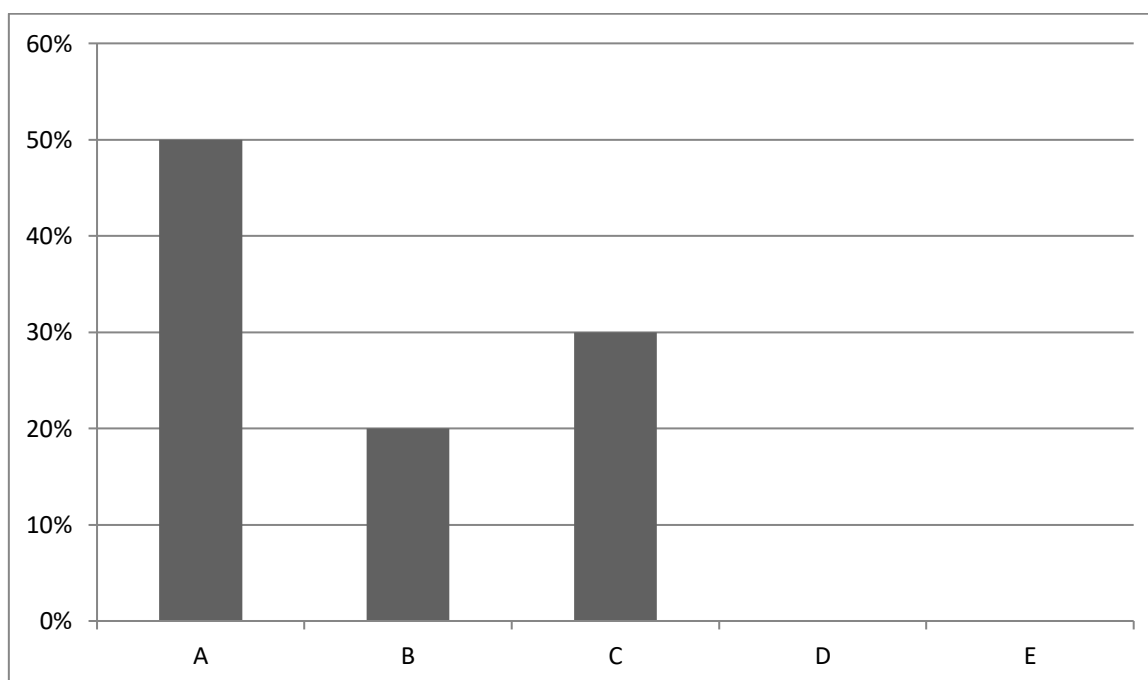
dos objetivos traçados, os dados quantitativos demonstrados no gráfico são importantes na complementação do que a parte qualitativa da pesquisa já mostrava. Por isso, muito mais do que olhar números e valores, a participação do CE se dá no acompanhamento dos rendimentos nessas avaliações, da implementação do PPP e no dia a dia escolar, na sua disponibilidade de auxiliar na educação, deixando a escola mais próxima da comunidade.

[...] o Conselho Escolar participa da elaboração do projeto político-pedagógico e acompanha o desenrolar das ações da escola, num processo permanente de acompanhamento e avaliação. Esses momentos de avaliação servem como diagnóstico, ou seja, como apresentação da realidade que, por sua vez, indica quais aspectos podem ser mantidos, quais os que devem ser revistos na prática cotidiana da escola e quais novos procedimentos precisam ser propostos (BRASIL, 2004, p. 19).

Dessa maneira, o panorama atual mostra que os indicadores educacionais de aprendizagem, sejam eles qualitativos ou quantitativos, colaboram para que ações sejam avaliadas e direcionadas com ajuda do CE, auxiliando nas possíveis intervenções para que os objetivos sejam alcançados e contemplem o aprendizado dos alunos.

A segunda pergunta foi: *Você está contente com a aprendizagem dos alunos da sua escola?* As alternativas de respostas que os conselheiros possuíam são apresentadas na legenda que segue o gráfico.

Gráfico 6 – Nível de satisfação dos conselheiros quanto à aprendizagem dos alunos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Legenda:

- (A) Sim, estou plenamente satisfeito.
- (B) Sim, mas mantenho a exigência de índices maiores.
- (C) Sim, e procuro além da aprendizagem observar a constituição cidadã dos alunos.
- (D) Não, não conheço os índices de minha escola.
- (E) Não, mas já solicitei essas informações.

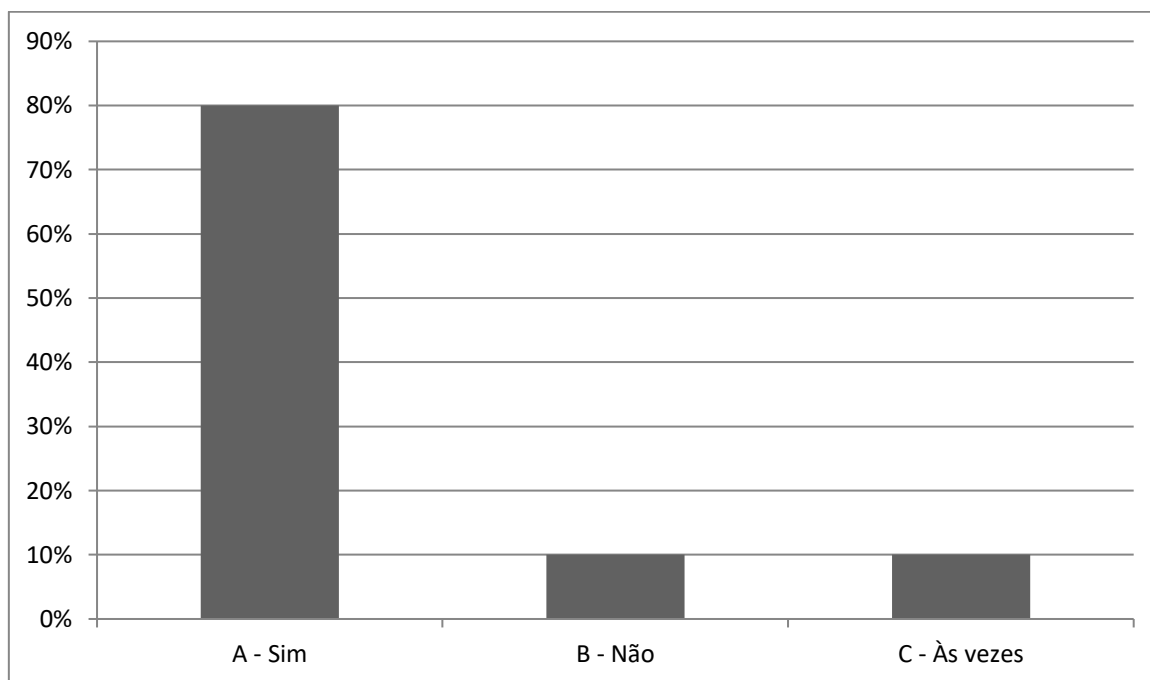
A pergunta concentra a atenção à satisfação do conselheiro pelo nível de aprendizagem dos alunos na escola. As respostas comprovam que metade dos entrevistados está plenamente satisfeito, uma parcela menor está satisfeita, mas exige índices maiores e um grupo intermediário está satisfeito, e procura observar a constituição cidadã dos alunos além da aprendizagem.

Conhecer os processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos na escola e vivê-los permite que cada conselheiro emita opinião diferente quanto ao que está sendo trabalhado na sala de aula, sempre procurando índices maiores na aferição da aprendizagem, sem com isso deixar de lado a valorização do ser humano. É claro que o representante do docente tem maior propriedade para debater o assunto, mas as demais respostas, principalmente, dos pais são importantes considerações, pois família e escola juntas promovem a educação dos filhos.

Assim, somente com a união de todos os segmentos da escola o trajeto para o desenvolvimento cognitivo e cidadão pode acontecer.

A terceira pergunta, neste item foi: *Você, como conselheiro, é convocado para a realização de atividades pedagógicas em sua escola? (Ex: realização de feira de ciências, amostra pedagógica, palestras...)*. Como alternativas de respostas os conselheiros tinham as seguintes opções: (A). Sim; (B). Não; (C). Às vezes.

Gráfico 7 – Frequência de oportunidades aos conselheiros para atividades pedagógicas na escola.

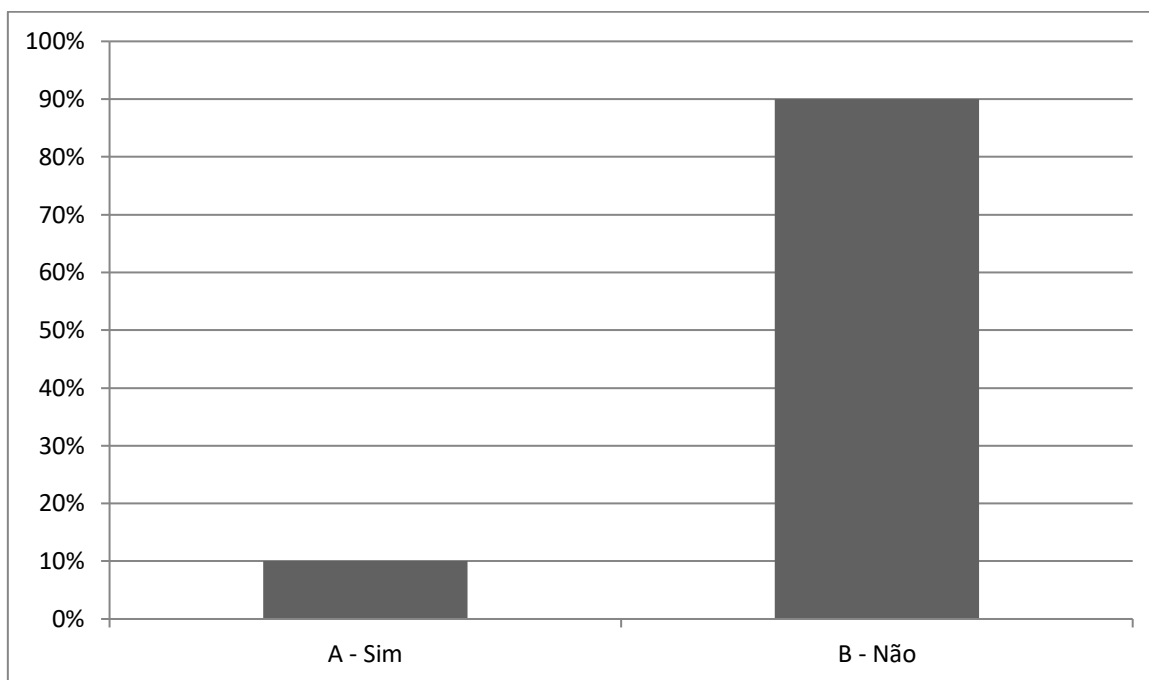


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O gráfico acima respondeu ao questionamento: “Você, como conselheiro, representando o seu segmento, é convocado para realização de atividades pedagógicas em sua escola?” A partir do resultado expresso, podemos considerar que um CE só é verdadeiramente participativo e atuante quando está presente cotidianamente na escola. Nesse sentido, a pergunta buscou identificar a frequência em que os conselheiros estavam presentes na realização de ações pedagógicas dentro da escola. O resultado indicou que a grande maioria que é convocada para participar e uma minoria respondeu que não é convocado ou só é convocado, às vezes.

Os dados mostram também que quando há oportunidades de realização de atividades pedagógicas na escola os conselheiros são convocados a participar. Obviamente, são algumas atividades em que os conselheiros possam contribuir para o ensino e a aprendizagem da turma, também, pela amplitude que a questão aborda, essa ajuda do CE não se restringe a questões somente cognitivas, visto que a presença dos conselheiros do CE, indiretamente, condiciona a “[...] uma finalidade maior: a construção de uma educação democrática e emancipadora” (BRASIL, 2004, p 19). Logo, a atuação do CE em atividades político-pedagógicas é frequente e isso pode fortalecer um CE diferente, em sintonia com uma sociedade mais igualitária.

Para concluir a análise quantitativa, a última pergunta nesse item foi: *Você já participou de curso de formação para conselheiros em sua escola ou em outra instituição?* Como alternativas de respostas os conselheiros tinham as seguintes opções: (A). Sim; (B). Não; Gráfico 8 – Participação dos conselheiros em cursos de formação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O ser humano consciente sabe que necessita de formação e aperfeiçoamento constante, pois ele é um ser inconcluso, como afirma Freire:

Aqui chegamos ao ponto que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre as mulheres e homens o inacabamento o inacabamento se tornou consciente (1996, p. 50).

Essa consciência indicada por Freire é questionada aos participantes da pesquisa, onde a grande maioria informou que não participou de curso de formação de conselheiro, restando uma parcela pequena que já tenha conhecimento formativo para conselheiro escolar.

A função de conselheiro escolar requer conhecimento, por isso, os cursos de formação podem atingir esse público deixando o CE mais preparado para decisões e atuações pedagógicas em sua escola. No entanto, nos últimos anos não há grande ação nesse sentido necessitando do olhar das forças vivas da sociedade em constituir espaços para debate e formação desses importantes colaboradores da escola.

A pesquisa utilizou-se de critérios de exercícios quali e quantitativos, contudo, ela reforça que a essência dessa pesquisa é de abordagem qualitativa, pois a importância está em pontos específicos dentro de um universo de significados, valores e atitudes, são fenômenos que não podem ser analisados somente em operações variáveis.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2002, p. 22).

A presente pesquisa concentrou seu olhar empírico em duas escolas da rede estadual no município de Sarandi, região da produção do Rio Grande do Sul. Embora com características diferentes, com perfil de entrevistados diferentes as duas escolas, assim como todas as mantidas pelo poder público estadual, seguem as determinações da SEDUC/RS para a constituição e funções dos CE, o que diferencia cada uma delas nesse conjunto é exatamente o grau de participação e de iniciativa que é tomada pelos conselhos dentro de sua realidade, que se evidenciou na pesquisa.

Desta forma, para reafirmar os dados ou mostrar divergências específicas utilizou-se da pesquisa quantitativa nas mesmas categorias e com o mesmo foco da parte qualitativa da pesquisa. Essa comparação reforça o resultado obtido e comentado, alcançando algumas conclusões que serão expostas nas considerações finais desse estudo.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações humanas são organizadas em formas distintas dependendo, entre outros fatores, da constituição histórica das pessoas que formam a sociedade. Neste caminho, o homem está construindo, através da educação, um ambiente que solicita formas democráticas para o seu desenvolvimento. Devido a isso, um dos instrumentos encontrados é a criação e ação através de conselhos formados por seres humanos conscientes de sua função.

Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas. É uma sociedade penetrada pelos princípios, construída por eles, de forma consciente, voluntária e livre. É o reconhecimento da humanidade de todos por todas as pessoas. A democracia não nasce das máquinas, mas das pessoas. É obra da consciência humana, a mais sofisticada das tecnologias (SOUZA, 1996, p. 49).

Na educação escolar, o princípio da gestão democrática também se efetiva nas ações de um CE que “[...] está a serviço dos objetivos do ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem” (LIBÂNEO, 2018, p. 120). Ou seja, a função pedagógica de um órgão que além de constituir uma representação política, também é pedagógica.

Nesse sentido, o trabalho realizado possibilitou identificar características da gestão democrática, dentro da dialética com base na função pedagógica nos CE. Foi possível entender o cotidiano de quem é conselheiro escolar, a partir do problema de pesquisa elaborado. Com isso, a investigação, através da pesquisa, proporcionou encontrar respostas que confirmaram os objetivos traçados além de ampliar o entendimento de que não há nada acabado, mas sim, que estamos em uma constante construção do conhecimento.

Quando se iniciou os estudos, a partir da questão norteadora: “É possível que os conselhos escolares sejam reais instrumentos de democratização do ensino?”, intencionava-se perceber a questão da realidade dos CE, estaria refletindo sobre as políticas educativas, de forma democrática, algo mais complexo, que influencia o trajeto desses CE na sociedade atual. No primeiro momento, esse raciocínio percebeu que ainda há esperança na educação para ascensão social de parcela da população, mas o estudo vai além. Lessard e Carpentier (2016) indicam uma confiança concreta no desenvolvimento da sociedade por meio da educação, essa fé é nutrida pelas classes médias urbanas, para as quais um diploma escolar foi e ainda é necessário à movimentação social e assim barrar uma possível desclassificação.

As considerações elencadas nos objetivos específicos permitem um olhar diferenciado sobre o ponto de vista da política como relação à participação nas ações político-pedagógicas realizada pelos CE. Isso só foi possível pela escolha certa da abordagem qualitativa da pesquisa, com auxílio de instrumento quantitativo, pois se trata de questões específicas que há grande movimentação. Como afirma Minayo (2002, p. 15): “A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”.

No decorrer da elaboração teórica bibliográfica e documental do estudo foi se consolidando o entendimento de que o CE pode colaborar na realização e acompanhamento do projeto político-pedagógico no dia a dia da escola, sem prejudicar o trabalho docente e profissional. Não só colaborar, mas estar presente é algo especial que engrandece e amplifica a aprendizagem significativa para um espaço social mais igualitário. De acordo com Libâneo:

A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente, os pais e outros representantes participam do Conselho de Escola, da Associação de Pais e Mestres (ou organizações correlatas) para preparar o projeto pedagógico-curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados (2018, p. 120).

A evolução dos estudos permitiu compreender, pela leitura de diversos autores, a educação no processo democrático, considerando a ação dos CE e como se dá a participação no meio escolar. Estas práticas, infelizmente, constataram que tivemos uma tentativa de considerar a importância dos CE com alguns projetos de governo temporários e mesmo no mais alto momento de debate não foi acompanhado com toda a consideração que devia. A opção pelo não enfrentamento do poder, pela recusa a participação é algo presente e esperado pelos anos de dominação que ainda se vive. No entanto, isso não deixa de fazer acreditar que a participação pode ser conquistada pela educação em cada momento, em cada espaço que se tenha na escola ou sociedade geral.

[...], para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que não se recue nenhum centímetro. Participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, *mas outra forma do poder* (grifo do autor) (DEMO, 1988, p. 20).

O conhecimento científico, em forma de pesquisa final do curso de Mestrado Profissional em Educação, organizado e revisado, após sua aprovação qualificadora, prosseguiu ao desenvolvimento empírico, a fim de demonstrar os resultados trazidos pelas teorias



estudadas e realidade que a pesquisa de campo apresentou. Essa etapa, além de debater as leituras realizadas, permitiu o crescimento do saber a partir do ambiente investigado.

[...] o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento partindo da realidade do presente campo (1994, CRUZ, p. 51).

A fim de compreender a existência dos CE, dentro de um espaço de tempo e geográfico, os estudos seguiram na construção do conhecimento detalhando a realidade do município, dos CE investigados e dos sujeitos que formavam o CE de cada escola. Nessa linha, foram aplicados os instrumentos de pesquisa aprovados dentro dos rigores éticos da pesquisa. Essas ferramentas de pesquisa se mostraram adequadas, visto que para uma etapa qualitativa a entrevista semiestruturada conseguiu captar a essência que se procurava, respondendo a problemática de pesquisa.

A entrevista foi muito importante, pois permitiu a análise das teorias estudadas sob a perspectiva elencada nos objetivos e, ao mesmo tempo, possibilitando pensar em possibilidades reais para entender e sugerir um diagnóstico dos CE com apontamentos para desenvolver a participação. Com isso, foi possível entender a presença e atuação do Conselho Escolar no fortalecimento da gestão, colaborando para uma visão progressiva da autonomia das unidades escolares.

As três categorias de análise resultantes das entrevistas apresentam posicionamentos importantes sobre os temas tratados e contribuem para evidenciar como se dá, no cotidiano, o envolvimento dos sujeitos com os conselhos deliberativos. É perceptível que as falas dos entrevistados indiquem avanços, limites e expectativas que necessitam ser constantemente refletidas, tanto pelos que se encontram imersos no papel de conselheiro como para aqueles que acompanham os movimentos destes colegiados.

Sem dúvida, pensar na democracia participativa através da representação pela via dos conselhos fez recordar a conquista histórica que esses colegiados tiveram no decorrer da história. No Brasil, segundo o caderno do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do MEC (2000), o conselho era uma espécie de outorga da população, que legitimava a atuação estatal já que todas as regras participativas eram de iniciativa do poder público, restando à população somente aderir. A lógica histórica dos conselhos que permeava era de um Estado Patrimonialista que predominou por muito tempo em solo brasileiro. Essa concepção deixava o Estado como a autoridade máxima e os conselhos de governo apenas deveriam obedecer à vontade superior. Ainda, segundo o referido autor, as pessoas que compunham os

conselhos eram de conhecimento erudito, pois o popular não interessava. Importante rever o passado, para entender o presente e dar passos firmes em direção ao futuro.

Esses traços característicos foram constatados com os relatos feitos pelos presidentes dos CE, ou seja, mesmo após muito tempo a lógica dos conselhos não deixou de existir. A literatura a respeito do assunto trouxe informações, que no passado houve tentativas de colocar os CE em evidência. Nesse período foram criados programas, modificadas algumas legislações em busca da gestão democrática nos CE, porém, como constatado isso não prosperou e a lógica histórica dos conselhos ainda perdura, mesmo que existam CE em todas as instituições escolares, pois não é a existência dele que garante o seu exercício. Nesse sentido, a criação de um conselho é importante, mas não é o suficiente, pois para garantir a autonomia no desenvolvimento das atividades dele é preciso ações de compartilhamento de decisões, nas quais envolvam todos os partícipes (PADILHA, 2001).

Além das informações valiosas coletadas nas entrevistas a parte prática também constou como aparato complementar de um questionário fechado onde buscava verificar a atuação dos conselheiros no trabalho pedagógico desenvolvido na escola. O levantamento comprovou que a parte qualitativa já havia demonstrado com algumas diferenças. Segundo Knechtel (2014), a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa têm atenção ao enfoque do indivíduo; a primeira busca uma análise detalhada dos fenômenos sociais, relacionada à subjetividade, já a segunda atua sobre um problema quantificando em números. Devido a isso, a parte quantitativa é uma complementação para toda análise.

Um dos assuntos de maior destaque no estudo foi a participação e como ela ocorre no ambiente do CE. O que foi possível observar é a preocupação dos presidentes dos CE em conquistar a presença de todos os conselheiros. Contudo, problemas antigos ainda são frequentes, a realidade pesquisada por Werle no início dos anos 2000 ainda está viva.

Os Conselhos Escolares parecem funcionar como símbolos de uma desejada participação, mas, se analisado em sua dinâmica interna, não expressam, concretamente, uma postura participativa de ruptura com as formas autoritárias e pouco críticas de autoridade. Falta prática de confiança, delegação, tolerância e voluntariedade (WERLE, 2003, p. 176).

Assim, depois de dezoito anos do lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares no Brasil, pelo Ministério da Educação, depois de diversas pesquisas que buscaram entender e, de certa maneira, propor um CE diferente, a realidade constatada até o momento, no recorte temporal e local desta pesquisa, mostrou que poucas foram as ações para

criar um CE participativo e democrático. Cabe ressaltar que resta um CE como um símbolo com pouca consideração pelas entidades mantenedoras e pela sua comunidade.

As justificativas que embasaram a realidade encontrada na pesquisa de campo e que a bibliografia já apontava foram verificadas e constatadas. O mundo em que vivemos olha a educação como salvação, mas não é dada a ela as condições de melhorar a vida de todos. O poder público, que deveria liderar uma mudança, dá sinais de se isentar de qualquer culpa ou prejuízo que possa acontecer por sua responsabilidade, fortalecendo o discurso de pessimismo e acomodação. Como bem afirma Freire:

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalisticamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar (1996, p. 67).

Recuperar a visão esperançosa de uma educação democrática e libertadora é missão de cada sujeito e o caminho passa também pela função político-pedagógica do CE, como uma visão ampla de formação social.

Compreendendo a educação como prática social que visa o desenvolvimento de cidadãos conscientes, autônomos e emancipados e entendendo o Conselho Escolar como um mecanismo de gestão democrática colegiada, sua função básica e primordial é a de conhecer a realidade e indicar caminhos que levem à realidade desejada. Vale dizer, então, que a principal função do Conselho Escolar é político-pedagógica (BRASIL, 2004, p. 23).

Portanto, os dados mostraram que a função político-pedagógica é de grande importância e deve ser considerada quando o estudo é o CE. Há necessidade que se busque ferramentas para debater os esclarecimentos dos conselheiros, ampliar a sua visão e formá-los para a sociedade contemporânea. Como mencionado anteriormente, o acompanhamento do trabalho dos conselhos e conselheiros evidencia pontos que podem servir para a reavaliação e planejamento de estratégias de fortalecimento da atuação dos conselhos, tanto com ações macro, como o desenvolvimento de políticas educacionais as quais poderão possibilitar aos conselhos deliberativos a consolidação de seu papel, como em ações locais, que além de criação, composição destes colegiados, valorize os processos formativos.

Haja vista que o Programa Nacional de Formação de Conselheiros Escolares liderado pelo MEC não teve sequência e, por isso, esta pesquisa se propõe apresentar um produto que

possa incentivar os sistemas e escolas a reiniciar debates, palestras na ação contínua da qualificação e participação do conselheiro.

Por fim, é importante ressaltar a importância da participação democrática de todos os segmentos escolares, para que cada escola encontre sua forma ideal de conduzir os trabalhos do CE e, com isso, consiga atingir seus objetivos específicos de cada local e realidade.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2006.

AGUIAR, F. de P. M. O Currículo e a Prática Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 02, v. 01. p. 508-526, abr. 2017.

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, A. V. V. Para que fortalecer os conselhos escolares? **Web Revista Diálogos & Confrontos Revista em Humanidade**. v. 01, jan. /jun. 2012.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul. /dez. 2013.

ANTUNES, Â. **Aceita um Conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BARROS, A. de J. P de; LEHFELD, N. A de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BATISTA, N. C. (Org): **Formação de gestores escolares para a educação básica**: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática na LDBEN. Porto Alegre: Evangraf: Escola de Gestores da Educação Básica, 2016.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra. 1997.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORDIGNON, G. **Conselhos de educação do Brasil (1842-2020)** Trajetórias nos cenários da história. Curitiba, CRV. 2020.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 dez. 2018.

\_\_\_\_\_, **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2007.

\_\_\_\_\_, S. F. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselhos Escolares: **Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública**. Genuíno Bordignon. Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselhos Escolares: **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Ignez Pinto Navarro... [et al]. – Brasília: 2004

CALASANS, J. Os Sertões: cem anos. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, p. 72-81, jun./ago. 2002.

CARVALHO, M. E. P. (2000). Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de pesquisa**, (110), 143-155.

CARDOSO Jr. J.C. **Reforma Administrativa Bolsonaro/Guedes: autoritarismo, fiscalismo, privatismo**. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea, 2021

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, Daianny Madalena. O Conselho Escolar como possibilidade de (co) laboração: a gestão democrática construída a várias mãos. In: WERLE, F. C. O. (org.). **Sistema Municipal de Ensino e Regime de Colaboração**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

CPERS. **Cartilha**. Porto Alegre, março de 2014.

DALBEN, Â. I.L. de F. **Trabalho escolar e Conselho de Classe**. Campinas: Papyrus, 1992.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_, **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia da Pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2012.

\_\_\_\_\_, Entrevista episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-126.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. Entrevista. **Reconstruir**: a revista do educador. Ano 8. n. 70. Mar. de 2009. Acesso em: 30.11.2013.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, K. S. de; PILLA, S. B. Gestão Democrática da Educação. *In*: BRASIL. **PRADIME**: programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação. Brasília, DF, MEC, 2006. V. 3.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 12. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica - uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**. v. 17 n. 35, p. 291-294, 2006. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 05 out. 2021.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, G. R. Desafios políticos para educação. R: **Travessias**. nº 02, UNIOESTE, 2012.

GOHN, M.G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.** 16 (47). ago. 2011.

GRACINDO, R. V. Gestão democrática da escola e do sistema. *In*: **Curso técnico em gestão escolar**: Profucionário. Módulo 2. Brasília: MEC/ CEAD/UnB, 2009.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

HAIUDUCK, C.L.C. Instituição de Conselho Escolar na Rede Municipal de Ensino de campo Grande –MS. *In*: BIGARELA, N; MACIEL, C. E; BRITO, V, M. (Org). **Políticas, Práticas, Gestão e Planejamento Educacional**. Brasília, ANPAE, 2021.

HENRIQUES, M. S. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KNECHTEL, M. do R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba. Inter saberes, 2014.

KRIPKA, R. M. L; SCHELER, M; BONOTTO, D de L. **Pesquisa Documental**. R: Investigação Qualitativa em Educação, Volume 2, UPF, 2015

LESSARD, C. e CARPENTIER, A. **Políticas Educativas: aplicação na prática**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl., São Paulo: Heccus, 2004.

\_\_\_\_\_. J. C; FREITAS, R. A. M. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: **Espaço Acadêmico**, 2018.

LIMA, M de F, M de; CANEDO, M. L. **Limites e Possibilidades do Conselho Escolar como instrumento de Gestão Democrática na promoção da qualidade do ensino: estudo de caso em escola municipal do Rio de Janeiro**. In: AMARAL. D.P; **Políticas Educacionais no Estado do Rio de Janeiro: provocações sobre democracia e a gestão da escola pública**. ANPAE, 2021

LUDKE, M.; ANDRÉ, M, E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, M.C; NASCENTE, R. M. M; LIMA, A. Gestão Democrática e Conselhos Escolares: a constituição da participação na e para a escola. In: SILVEIRA, A.D. (Org). **Gestão democrática, participação popular e controle social: livro 5**. CONAE. Curitiba: Appris, 2015.

LUIZ, M.C; VERGNA, A.C; LIMA.A. Conselhos escolares, indisciplina e violência: contextualizando discursos e procedimentos na escola. In LUIZ, M.C. **Conselho Escolar e as Possibilidades de Diálogo e Convivência**. São Carlos,2016, p: 16 – 35.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 (Dicionários Michaelis).

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C de S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MOREIRA, A. F. B. CANDAU. V. M. **Currículo Conhecimento e Cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.



MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: Inserir Acesso em: 05 out. 2021.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M do N. **Uma perspectiva metodológica da produção sobre Internacionalização da Educação Superior, em programas de pós-graduação do Brasil**. Artigo. *Educ. rev.* Porto Alegre 33. PUC. 2017.

NASCENTE, R.M.M; FERREIRA, L.B; GUARNIERI, P.K. Algumas ponderações sobre o Livro de Ocorrências e disciplina na escola. *In* LUIZ, M.C. **Conselho Escolar e as Possibilidades de Diálogo e Convivência**. São Carlos, 2016, p: 93 – 108.

NAVARRO, I.P. *et al.* **Conselhos escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC/SEB, 2004.

CRUZ NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1994. p. 51-66.

OLIVEIRA, A. F. de. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In* OLIVEIRA, A. F. de. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93 - 99

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, V. H. **Escritos Sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001

POLONIA, A.; DESSEN, M. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. *Psicologia Escolar e Educacional*. Psicologia Escolar e Educacional, Volume 9, Número 2, 2005.

RIBEIRO, M.P; OLIVEIRA, T.R.B. Por um conselho escolar verdadeiramente democrático: uma proposta concreta. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 588-607, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição Estadual**. Porto Alegre/RS: Assembleia Legislativa, 1989.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.576/95 “Dispõe sobre a gestão democrática do ensino público e dá outras providências.”**. Porto Alegre/RS, nov. 1995. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-10576-1995-rio-grande-do-sul-altera-o-art-114-da-lei-complementar-n>. Acessado em: 27 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 52.109, de 1º de dezembro de 2014**. Declara as espécies da flora nativa ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Palácio Piratini, 2014. Disponível em: <http://www.legislacao.sefaz.rs>.

gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=262999&inpCodDispositive=&inpDsKeywords=52109.  
Acesso em: 23 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria SEDUC/RS. Nº 117/2022.** Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2022. n. 92, maio. 2022, p.19.

RODRIGUES, T. D. de Fátima; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. dos. As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

ROSAR, M. F.F. A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 69. dez./99.

SARTORI, J.; PEREIRA, T. I. (orgs.). A construção da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. In: SARTORI, J.; PEREIRA, T.I. **A construção do conhecimento no Mestrado Profissional em Educação**. Porto Alegre: Cirkula, 2019, p. 17-34.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007

SANTOS, L. R.; TONIOSSO, J. P. A importância da relação escola família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 122- 134, 2014.

SANTOS, Milton. **Revelações do território globalizado**. Folha de S. Paulo. 16-07-2000. São Paulo, 2000. Caderno Mais.

SAVIANI, D. (Coord.). **Filosofia da educação brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, Â. R. de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, H. Democracia e cidadania, *In: Democracia: cinco princípios e um fim*, Carla Rodrigues (Org.), Ed. Moderna, São Paulo, 1996.

SOUZA, S. A. Gestão Democrática da Escola e Participação. *In: SILVEIRA, A.D (Org.). Gestão democrática, participação popular e controle social: livro 5. CONAE. Curitiba. Appris. 2015.*

SZYMANSK, H. **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

TORO, J.B; WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF- Brasil, 1996.

VIEIRA, S. L. Política (s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

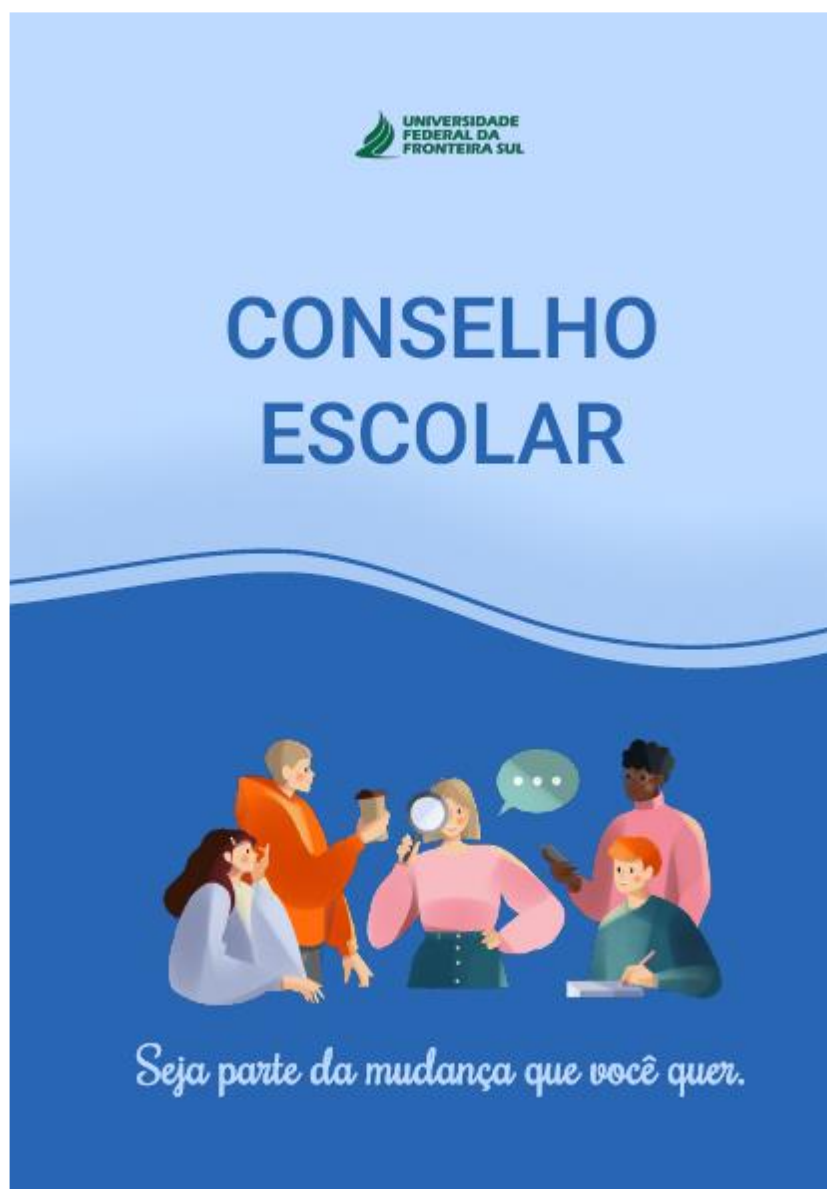
WERLE, F.O. C. Conselhos escolares: desafio em construção. *In Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação*. Porto Alegre: EDIPUCRUS, 1997, p. 265-276.

\_\_\_\_\_. **Conselhos escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

YOUNG, M. **Conhecimento e currículo**: do socioconstrutivismo ao realismo social na sociologia da educação. Porto: Porto editora, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, **Resolução** nº 15/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2018

WITTMANN, L. C. **Conselho Escolar como Espaço de Formação Humana**. MEC, SEB, Brasília, 2006

**APÊNDICE – PRODUTO FINAL (CAPA)**

## **CONSELHO ESCOLAR: SEJA PARTE DA MUDANÇA QUE VOCÊ QUER**

O curso do Mestrado Profissional em Educação da UFFS/*Campus* Erechim, além de proporcionar formação acadêmica sólida, também permite ao pesquisador contribuir com a comunidade por meio do produto de sua pesquisa. O produto representa uma forma de auxiliar no desenvolvimento educacional de uma comunidade ou região. A pesquisa realizada sob o título: “Conselho Escolar e sua Função Pedagógica: Uma visão sobre a Gestão Democrática, apresenta como resultado um caderno temático intitulado “Conselho Escolar: Seja parte da mudança que você quer”.

O pesquisador demonstra, após a apresentação de seu estudo, os marcos legais dos Conselhos Escolares, bem como a definição e as finalidades deste importante órgão colegiado na organização da escola, além de fortalecer a prática democrática na unidade de ensino em comparação com a realidade dos conselhos, no momento em que a pesquisa foi realizada.

As funções do Conselho Escolar e as atribuições dos conselheiros são temas tratados no caderno com um olhar ligado à função pedagógica do Conselho Escolar, centro deste estudo. Desta forma, o fruto da pesquisa atinge seu objetivo quando consegue identificar características da gestão democrática a partir da atuação do Conselho Escolar, com estímulo à participação, dentro da concepção dialética da totalidade apoiada por Dermeval Saviani (1998).

A leitura do caderno permite, além de uma análise científica da dimensão pedagógica no Conselho para futuros estudos nesta área, uma cooperação aos membros escolhidos para compor a diretoria do Conselho Escolar, para que os mesmos possam entender as suas competências, o papel do colegiado, a condução de ações para ampliar a participação de todos os segmentos nas ações do Conselho, tornando sua presença efetiva e atuante no ambiente escolar.

Outro ponto de grande importância trazido pelo caderno é a dinâmica da escolha, de acordo com as regras legais do processo de indicação dos conselheiros, realizada por comissão especialmente designada para tal. Nesta colocação se torna claro a forma democrática de escolha, que acorda com o princípio da gestão democrática que é anunciada no documento.

Por fim, o caderno temático aponta dicas para uma boa gestão, para a participação da comunidade e para a avaliação das ações do Conselho Escolar por parte de todos os segmentos. Este produto foi entregue a 39ª Coordenadoria Regional de Educação (39ª CRE) de Carazinho, para a direção das duas escolas estaduais investigadas, ficando à disposição, nestes locais, para todos que desejarem fazer estudo e leitura.

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA CONSELHEIROS ESCOLARES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS  
CAMPUS ERECHIM/RS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Este questionário faz parte de uma pesquisa de campo, cujo objetivo é *identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos CE, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica.*

Para tanto, solicito a sua colaboração e me coloco à disposição para qualquer dúvida pelo e-mail: *probertoantunes@yahoo.com.br* e pelo telefone: (54) 996044531.

Desde já, agradeço sua participação.

**CARO CONSELHEIRO (A) ESCOLAR**

Responda às seguintes questões:

**I) DADOS PESSOAIS**

1) Qual segmento você representa no conselho escolar?

- ( ) Pais.
- ( ) Professores.
- ( ) Alunos.
- ( ) Funcionários.
- ( ) Representante de órgão da comunidade em que a escola está inserida.

2) Qual o seu grau de escolaridade?

- ( ) Alfabetizado.
- ( ) Ensino Fundamental incompleto.
- ( ) Ensino Fundamental completo.
- ( ) Ensino Médio incompleto.
- ( ) Ensino Médio completo.
- ( ) Graduação.
- ( ) Pós graduação.

3) Qual a sua idade?

- 15 a 18 anos.
- 19 a 25 anos.
- 26 a 40 anos.
- 40 a 55 anos.
- Mais de 55 anos.

4) Qual o local de sua residência?

- Centro da cidade.
- Bairro ou vila próximo (a) ao centro.
- Bairro ou vila afastada (a) do centro.
- Comunidade do interior.

## **II) QUANTO À FUNÇÃO DE CONSELHEIRO ESCOLAR**

5) Quais tarefas, como conselheiro, você se envolve na escola? (Pode assinalar mais de uma)

- Participa das reuniões do Conselho Escolar.
- Participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.
- Reúne-se com seus pares para compartilhar ideias e promover eventos educativos.
- Fiscaliza a execução do calendário escolar; assegurando os dias letivos e as horas anuais estabelecidos conforme legislação vigente.
- Discute alternativas para promover o respeito às diversidades étnico-racial, a identidade, gênero e pessoas com deficiência.
- Reivindica a melhoria das condições de infraestrutura das escolas.
- Dialoga com a gestão da escola e com a comunidade escolar a respeito de projetos pedagógicos a serem desenvolvidos de forma integrada na escola.
- Articula ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem.
- Participa através do voto das tomadas de decisão da escola que estejam inseridas nas pautas de reuniões do Conselho.
- Outras: \_\_\_\_\_

### III) QUANTO À CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA CONSTITUIÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.

6) Há quanto tempo você participa do Conselho Escolar de sua escola?

- 1 ano
- 2 anos
- Mais de 2 anos

7) Você conhece a história de sua escola e como o Conselho Escolar se inseriu nela?

- Sim.
- Não.
- Um pouco.

8) Você conhece todos os membros que compõem esse conselho? E quais segmentos eles representam?

- Sim.
- Não.
- Alguns.

9) Você entende o motivo de ser convidado a participar de um Conselho Escolar?

- Sim.
- Não.
- Um pouco.

10) Você já ouviu falar no termo “Gestão Democrática” em reuniões, encontros ou quando foi chamado à escola como membro do Conselho Escolar?

- Sim.
- Não.
- Um pouco.

11) Você é incentivado a participar do Conselho Escolar?

- Sim.
- Não.



Um pouco.

12) Suas opiniões dentro do Conselho Escolar são escutadas e consideradas na realização de atividades ou na tomada de decisões necessárias para a Escola?

Sim.

Não.

Às vezes.

#### **IV) QUANTO À FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO CONSELHO ESCOLAR**

13) Você observa os índices de aprendizagens de sua escola como um todo?

Sim.

Não.

Às vezes.

14) Você está contente com a aprendizagem dos alunos da sua escola?

Sim, estou plenamente satisfeito.

Sim, mas mantenho a exigência de índices maiores.

Sim, e procuro além da aprendizagem observar a constituição cidadã dos alunos.

Não, não conheço os índices de minha escola.

Não, mas já solicitei essas informações.

15) Você, como conselheiro, é convocado para a realização de atividades pedagógicas em sua escola? (Ex: realização de feira de ciências, amostra pedagógica, palestras...)

Sim.

Não.

Às vezes.

16) Você já participou de curso de formação para conselheiros em sua escola ou em outra instituição?

Sim.

Não.

**ANEXO B – MODELO TCLE PARA MAIORES DE 18 ANOS – CASO GERAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****O Conselho Escolar e sua Função Pedagógica na Escola Pública Estadual de Sarandi/RS: uma visão a partir da Gestão Democrática**

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**O Conselho Escolar e sua Função Pedagógica na Escola Pública Estadual de Sarandi/RS: uma visão a partir da Gestão Democrática**” desenvolvida por PAULO ROBERTO ANTUNES, discente de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Erechim, sob orientação do Professor Dr. Jerônimo Sartori, Coorientadora: Professora Dra. Sandra Simone Höpner Pierozan.

1. Objetivo central (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. a)

O objetivo central do estudo é: identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselhos Escolares, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica.

Uma das mudanças, oriundas das últimas décadas, foi a maior importância atribuída aos Conselhos Escolares para a construção de uma gestão democrática da escola. Tratando com maior representação a deliberação sobre diversas funções: fiscalizadora, administrativa e pedagógica do ambiente escolar.

Há muitas pesquisas sobre Conselho Escolar, no entanto poucos estudos foram realizados, nos últimos anos, principalmente quando se busca pormenorizar a função pedagógica do Conselho. Esse possível “abandono” pelo debate do tema, pela vivência cotidiana das atuações do Conselho Escolar faz pensar em uma pesquisa que direcione o olhar investigativo aos conselhos escolares, com um recorte local para os Conselhos Escolares das escolas estaduais de Sarandi/RS, a fim de refletir sobre: como os conselhos escolares podem atuar pedagogicamente de modo a transformarem-se em instrumentos de democratização. O convite à sua participação se deve a sua colaboração sendo membro do Conselho Escolar de sua escola e representar um segmento importantíssimo para condução da educação no ambiente

escolar. Assim, se faz importante sua participação para reflexão sobre a atuação pedagógica do Conselho Escolar, dentro de uma visão de gestão democrática no ambiente escolar.

2. Por que o PARTICIPANTE está sendo convidado (critério de inclusão) (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 itens IV.3.a, d)

O convite a sua participação se deve a ser membro titular do Conselho Escolar investigado, (havendo mais de um titular, aquele com mais tempo de contato com a escola) deve aceitar as condições para a pesquisa, assinando o TCLE, estar no dia e hora agendados na escola para coleta de dados, ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e/ou da entrevista. **Sua participação é importante**, pois sendo representante do Conselho Escolar tem condições de informar como vem sendo desenvolvido as atividades do conselho.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

3. Mecanismos para garantir o sigilo e privacidade (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3. c e)

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste termo.

4. Identificação do participante ao longo do trabalho

Não há risco direto ou indireto de identificação do participante, caso o mesmo deseje que seu nome ou de sua instituição conste no trabalho final é necessário assinalar o campo específico abaixo.

[ ] Sim, desejo que meu nome e instituição conste do trabalho final.

[ ] Não desejo que meu nome e instituição conste do trabalho final.

5. Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3.a)

A sua participação consistirá em responder com esferográfica azul ou preta perguntas de um questionário impresso em folha A4 que será realizado, em dia e hora previamente agendada com as partes, em sala adequada na escola que se vincula ao Conselho Escolar pelo tempo adequado com total autorização da escola e mantenedora sobre sua atuação no Conselho escolar e a própria atuação do Conselho Escolar como colegiado. Sendo o participante presidente do Conselho Escolar, no segmento ao qual representa, a ele não será destinado o questionário, mas sim será realizada uma entrevista com o pesquisador principal abordando a mesma temática do questionário. Devido a isso, o participante autoriza o uso da fala/voz pelo pesquisador somente para apuração dos dados da pesquisa, não sendo, de forma alguma, reproduzida a voz/fala do participante para qualquer outro fim. As informações coletadas serão questões a respeito do funcionamento do conselho escolar, desenvolvimento de sua função pedagógica e a participação efetiva na gestão democrática da escola.

6. Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 20 minutos, e do questionário aproximadamente 10 minutos.

Os dados dos questionários serão apurados, tabulados e somente terão acesso aos mesmos o pesquisador e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material terá guarda e responsabilidade do pesquisador responsável por um período de cinco anos e, após, serão destruídos.

7. Gravação da entrevista

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

[ ] Autorizo gravação [ ] Não autorizo gravação

8. Guarda dos dados e material coletados na pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item XI.2.f)

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos físicos, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisador, seu orientador e sua coorientadora.

Ao final da pesquisa, todo material, transcrição das entrevistas e questionários respondidos serão mantidos em arquivo físico por um período de cinco anos.

9. Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) aos participantes da pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b)

O benefício relacionado com a sua ajuda nesta pesquisa colaborará para criação de um diagnóstico sobre a atuação dos Conselhos Escolares a ser entregue a 39ª Coordenadoria Regional de Educação. Além disso, como as orientações são unificadas em nível de rede estadual de ensino, os dados coletados serão importantes para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos escolares no auxílio da condução da educação.

10. Previsão de riscos ou desconfortos (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b)

A participação na pesquisa poderá causar riscos, visto que a memória de alguma situação ocorrida durante as entrevistas e aplicação de questionário pode causar emoção. Por isso, na elaboração das questões do instrumento de coleta, o pesquisador tomou o cuidado de não fazer questões que possam aflorar esses riscos.

O participante também terá o direito de não responder alguma pergunta do questionário e da entrevista, caso não se sinta à vontade. Se observado algum sinal de desconforto psicológico da sua participação na pesquisa, o pesquisador compromete-se em orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para os profissionais especializados na área para serviços da Unidade Básica de Saúde.

Assim, como questionário será respondido de maneira física com esferográfica preta ou azul em folha de ofício em que as questões estão impressas sem a identificação dos participantes, e a entrevista será gravada em fita k7 sem identificação, para posterior degravação entende-se que os riscos em relação a algum conselheiro dessa escola sentir desconforto ao não querer participar da pesquisa serão minimizados. Por fim, não há riscos em relação ao vazamento de dados. Nesse sentido, o pesquisador compromete-se tão logo encerrar o período de coleta, e tempo de guarda (5 anos) destruir os questionários.

11. Sobre divulgação dos resultados da pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2 .h)

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

A devolutiva dos resultados aos participantes e ao local de coleta de dados será através de relatório escrito, juntamente com boletim didático. Os dados não constarão identificação, tão somente os resultados após análise criteriosa. A pesquisa seguirá rigorosamente as resoluções

de éticas para a pesquisa, submetendo-se a LGPD 13.709/18 a fim de garantir o sigilo e a confidencialidade dos dados.

12. Sobre a Via do TCLE entregue ao participante da pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.f)

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Caso concorde em participar da pesquisa, assinale em “Eu concordo” e você terá em mãos o questionário e/ou, se for o caso, convidado a se dirigir a sala no dia e horário agendados para responder questões em entrevista. Caso não queira participar da pesquisa, assinale em “Não concordo” e você não terá acesso às etapas da pesquisa. Desde já agradecemos sua participação!

Erechim, 31 de outubro de 2022.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. ( ) Eu concordo ( ) Não concordo

---

Assinatura do (a) participante

---

PAULO ROBERTO ANTUNES  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Pesquisador Responsável:

Paulo Roberto Antunes

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Tel: (54) 996044531

e-mail: [probertoantunes@yahoo.com.br](mailto:probertoantunes@yahoo.com.br)

Endereço para correspondência: Rua Barão do Rio Branco, 1285. Cond. Porto Seguro II. Ap 403

Orientador da pesquisa:

Jerônimo Sartori Tel.: (54) 9987 6543

E-mail: [jeronimo.sartori@uffs.edu.br](mailto:jeronimo.sartori@uffs.edu.br)

Endereço para correspondência: Rua Dom João Hoffmann. Fátima. 99700000 - Erechim, RS - Brasil  
- Caixa-postal: 000. Telefone: (54) 33217050

Coorientadora da pesquisa:

Sandra Simone Höpner Pierozan Tel.: (49) 999162627

E-mail: [sandra.pierozan@uffs.edu.br](mailto:sandra.pierozan@uffs.edu.br)

Endereço para correspondência: Rua Magdalena Savoldi, 265, Bairro São José, CEP 89711-750, Concórdia SC

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil

**ANEXO C – MODELO DE TCLE PARA PAIS DE MENORES DE 18 ANOS****Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****O CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SARANDI/RS: UMA VISÃO A PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Prezado participante,

Seu filho (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “O CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SARANDI/RS: UMA VISÃO A PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA”.

Desenvolvida por PAULO ROBERTO ANTUNES, discente de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), *Campus* de Erechim/RS, sob orientação do Professor Dr. Jerônimo Sartori e Coorientação da Professora Dra Sandra Simone Höpner Pierozan.

1. Objetivo central (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. a)

O objetivo central do estudo é: identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselhos Escolares, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica.

2. Por que o PARTICIPANTE está sendo convidado (critério de inclusão) (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 itens IV.3.a, d)

O convite a sua participação se deve a ser membro titular do Conselho Escolar investigado, (havendo mais de um titular, aquele com mais tempo de contato com a escola) deve aceitar as condições para a pesquisa, assinando o TCLE, estar no dia e hora agendados na escola para coleta de dados, ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e/ou da entrevista. **Sua participação é importante**, pois sendo representante do Conselho Escolar tem condições de informar como vem sendo desenvolvido as atividades do conselho.

A participação do seu filho (a) não é obrigatória e ele (a) tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização.



Ele (a) não será penalizado (a) de nenhuma maneira caso decida não consentir na sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Ele (a) não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo a participação totalmente voluntária.

### 3. Mecanismos para garantir o sigilo e privacidade (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. c e)

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por ele (a) prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo (a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o senhor (a) poderá solicitar do pesquisador informações sobre a participação do seu filho (a) e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

### 4. Identificação do participante ao longo do trabalho

Não há risco direto ou indireto de identificação do participante, caso o mesmo deseje que seu nome ou de sua instituição conste no trabalho final é necessário assinalar o campo específico abaixo.

[ ] Sim, desejo que meu nome e instituição conste do trabalho final.

[ ] Não desejo que meu nome e instituição conste do trabalho final.

### 5. Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a)

A sua participação consistirá em responder com esferográfica azul ou preta perguntas de um questionário impresso em folha A4 que será realizado, em dia e hora previamente agendada com as partes, em sala adequada na escola que se vincula ao Conselho Escolar pelo tempo adequado com total autorização da escola e mantenedora sobre sua atuação no Conselho escolar e a própria atuação do Conselho Escolar como colegiado. Sendo o participante presidente do Conselho Escolar, no segmento ao qual representa, a ele não será destinado o questionário, mas sim será realizada uma entrevista com o pesquisador principal abordando a mesma temática do questionário. Devido a isso, o participante autoriza o uso da fala/voz pelo pesquisador somente para apuração dos dados da pesquisa, não sendo, de forma alguma, reproduzida a voz/fala do participante para qualquer outro fim. As informações coletadas serão questões a respeito do funcionamento do conselho escolar, desenvolvimento de sua função pedagógica e a participação efetiva na gestão democrática da escola.

#### 6. Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração do questionário é de aproximadamente 10 minutos. Os dados dos questionários serão apurados, tabulados e somente terão acesso aos mesmos o pesquisador e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material terá guarda e responsabilidade do pesquisador responsável por um período de cinco anos e, após, serão destruídos.

#### 7. Guarda dos dados e material coletados na pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2.f)

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos físicos, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisador, seu orientador e sua coorientadora.

Ao final da pesquisa, todo material, transcrição de entrevistas e questionários respondidos serão mantidos em arquivo físico por um período de cinco anos.

#### 8. Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) aos participantes da pesquisa (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b)

O benefício relacionado com a colaboração do seu filho (a) nesta pesquisa é a colaboração para criação de um diagnóstico sobre a atuação dos Conselhos Escolares a ser entregue a 39ª Coordenadoria Regional de Educação. Além disso, como as orientações são unificadas em nível de rede estadual de ensino, os dados coletados serão importantes para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos escolares no auxílio da condução da educação.

#### 9. Previsão de riscos ou desconfortos (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b)

A participação na pesquisa poderá causar riscos, visto que a memória de alguma situação ocorrida durante as entrevistas e aplicação de questionário pode causar emoção. Por isso, na elaboração das questões do instrumento de coleta, o pesquisador tomou o cuidado de não fazer questões que possam aflorar esses riscos.

O participante também terá o direito de não responder alguma pergunta do questionário e da entrevista, caso não se sinta à vontade. Se observado algum sinal de desconforto psicológico da sua participação na pesquisa, o pesquisador compromete-se em orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para os profissionais especializados na área para serviços da Unidade Básica de Saúde.

Assim, como questionário será respondido de maneira física com esferográfica preta ou azul em folha de ofício em que as questões estão impressas sem a identificação dos participantes, e a entrevista será gravada em fita k7 sem identificação, para posterior degravação entende-se que os riscos em relação a algum conselheiro dessa escola sentir desconforto ao não

querer participar da pesquisa serão minimizados. Por fim, não há riscos em relação ao vazamento de dados. Nesse sentido, o pesquisador compromete-se tão logo encerrar o período de coleta, e tempo de guarda (5 anos) destruir os questionários.

10. Sobre divulgação dos resultados da pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item XI.2 .h)

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

A devolutiva dos resultados aos participantes e ao local de coleta de dados será através de relatório escrito, juntamente com boletim didático. Os dados não constarão identificação, tão somente os resultados após análise criteriosa. A pesquisa seguirá rigorosamente as resoluções de éticas para a pesquisa, submetendo-se a LGPD 13.709/18 a fim de garantir o sigilo e a confidencialidade dos dados.

11. Sobre a Via do TCLE entregue ao participante da pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3.f)

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Caso concorde em participar da pesquisa, assinale em “Eu concordo” e você terá em mãos o questionário e/ou, se for o caso, convidado a se dirigir a sala no dia e horário agendados para responder questões em entrevista. Caso não queira participar da pesquisa, assinale em “Não concordo” e você não terá acesso às etapas da pesquisa. Desde já agradecemos sua participação!

12. Sobre a Via do TCLE entregue ao participante da pesquisa (Conforme Resolução CNS N° 466 de 2012 item IV.3.f)

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Caso concorde em participar da pesquisa, assinale em “Eu concordo” e você terá em mãos o questionário e/ou, se for o caso, convidado a se dirigir a sala no dia e horário agendados para responder questões em entrevista. Caso não queira participar da pesquisa, assinale em “Não concordo” e você não terá acesso às etapas da pesquisa. Desde já agradecemos sua participação!

Erechim, 31 de outubro de 2022.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. ( ) Eu concordo ( ) Não concordo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
PAULO ROBERTO ANTUNES  
Assinatura do Pesquisador Responsável

Pesquisador Responsável:

Paulo Roberto Antunes

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Tel: (54) 996044531

e-mail: probertoantunes@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Rua Barão do Rio Branco, 1285. Cond. Porto Seguro II. Ap 403

Orientador da pesquisa:

Jerônimo Sartori Tel.: (54) 9987 6543

E-mail: jeronimo.sartori@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Rua Dom João Hoffmann. Fátima. 99700000 - Erechim, RS - Brasil - Caixa-postal: 000. Telefone: (54) 33217050

Coorientadora da pesquisa:

Sandra Simone Höpner Pierozan Tel.: (49) 999162627

E-mail: sandra.pierozan@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Rua Magdalena Savoldi, 265, Bairro São José, CEP 89711-750,

Concórdia SC

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

## **ANEXO D – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO**

### **Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFS**

#### **TERMO DE ASSENTIMENTO**

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “**O CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SARANDI/RS: UMA VISÃO A PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores PAULO ROBERTO ANTUNES, JERÔNIMO SARTORI e SANDRA SIMONE HOPNER PIEROZAN.

Nesta pesquisa nós estamos buscando identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselhos Escolares, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica.

Na sua participação você responderá a questionário impresso em folha ofício A4, com esferográfica preta ou azul referente à sua atuação no Conselho Escolar de sua escola. Se necessário, cada questão e alternativa de resposta serão explicados, oralmente, pelo pesquisador principal.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Este estudo apresenta risco mínimo, visto que a memória de alguma situação ocorrida durante o questionário pode causar emoção. Por isso, na elaboração das questões do instrumento de coleta, o pesquisador tomou o cuidado de não fazer questões que possam aflorar esses riscos, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Os benefícios relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa será a criação de um diagnóstico sobre a atuação dos Conselhos Escolares a ser entregue à 39ª Coordenadoria Regional de Educação. Além disso, como as orientações são unificadas em nível de rede estadual de ensino, os dados coletados serão importantes para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos escolares no auxílio da condução da educação.

Mesmo seu responsável legal tendo consentido na sua participação na pesquisa, você não é obrigado a participar da mesma se não desejar. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Esclarecimento ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Pesquisador Principal

Paulo Roberto Antunes

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Tel: (54) 996044531

e-mail: [probertoantunes@yahoo.com.br](mailto:probertoantunes@yahoo.com.br)

Endereço para correspondência: Rua Barão do Rio Branco, 1285. Cond. Porto Seguro II. Ap 403

Orientador da pesquisa:

Jerônimo Sartori Tel.: (54) 9987 6543

E-mail: [jeronimo.sartori@uffs.edu.br](mailto:jeronimo.sartori@uffs.edu.br)

Endereço para correspondência: Rua Dom João Hoffmann. Fátima. 99700000 - Erechim, RS - Brasil - Caixa-postal: 000. Telefone: (54) 33217050

Coorientadora da pesquisa:

Sandra Simone Höpner Pierozan Tel.: (49) 999162627

E-mail: [sandra.pierozan@uffs.edu.br](mailto:sandra.pierozan@uffs.edu.br)

Endereço para correspondência: Rua Magdalena Savoldi, 265, Bairro São José, CEP 89711-750, Concórdia SC

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos:

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó -

Santa Catarina – Brasil

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Receberei uma via deste termo assentimento.

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do (a) menor

---

PAULO ROBERTO ANTUNES  
(Assinatura do Pesquisador Responsável)

Erechim/RS, 31 de outubro de 2022

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFFS

ENDEREÇO: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

FONE:/ E-MAIL: cep.uffs@uffs.edu.br

Pesquisador Responsável

Paulo Roberto Antunes

Contato profissional com o (a) pesquisador (a) responsável:

Tel: (54) 996044531

E-mail: probertoantunes@yahoo.com.br

Endereço para correspondência: Rua Barão do Rio Branco, 1285. Cond. Porto Seguro II. Ap 403 Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres- Humanos – Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil). Fone (49) 2049-3745. E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br.

Aceito.

Não aceito

**ANEXO E – MODELO DE TCLE TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO  
DE DADOS EM ARQUIVO (DO PESQUISADOR)**

**Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS**

**Termo de Compromisso de Utilização de Dados em Arquivo (Do  
pesquisador)**

Eu, **PAULO ROBERTO ANTUNES**, da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “**O Conselho Escolar e sua Função Pedagógica na Escola Pública Estadual de Sarandi/RS: uma visão a partir da Gestão Democrática**”, comprometo-me com a utilização dos dados contidos no **Livro de atas do Conselho Escolar**, a fim de obtenção dos objetivos previstos, e somente após receber a aprovação do sistema CEP/UFFS.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados nos **Livro de atas do Conselho escolar**, bem como com a privacidade de seus conteúdos. Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas.

Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, às pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações serão submetidas à apreciação do CEP/UFFS.

Esclareço ainda que os dados coletados farão parte dos estudos do aluno **PAULO ROBERTO ANTUNES**, discente de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal Fronteira Sul- UFFS, sob minha orientação.

Erechim, 31 de outubro de 2022.

---

PAULO ROBERTO ANTUNES  
Pesquisador Responsável



**ANEXO F – PARTE DA LEGISLAÇÃO GAÚCHA REFERENTE À ORGANIZAÇÃO  
DOS CONSELHOS ESCOLARES. LEI 10.576/95**

**Seção IV  
Dos Conselhos Escolares**

Art. 40<sup>9</sup> - Os estabelecimentos de ensino estadual contarão com Conselhos Escolares constituídos pela direção da escola e representantes eleitos dos segmentos da comunidade escolar. (Redação dada pela Lei nº 11.695/01)

Art. 41. Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria da Educação, terão funções consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras. (Redação dada pela Lei n.º 13.990/12)

Parágrafo único. Os Conselhos Escolares, entes sem fins lucrativos e devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, constituirão as Unidades Executoras das escolas da rede pública estadual do Rio Grande do Sul responsáveis pelo recebimento, execução, prestação de contas e aplicação dos recursos financeiros transferidos às escolas por órgãos federais, estaduais, municipais ou doações para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. (Redação dada pela Lei n.º 13.990/12)

Art. 42 - São atribuições do Conselho Escolar, dentre outras:

I - elaborar seu próprio regimento;

II - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do Plano Integrado da Escola;

III - agendar, sugerir modificações e aprovar o Plano Integrado da Escola;

IV - aprovar o plano de aplicação financeira da escola;

V - apreciar a prestação de contas do Diretor;

VI - divulgar, quadrimestralmente, informações referentes à aplicação dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados; (Redação dada pela Lei nº 11.695/01)

VII – coordenar, em conjunto com a direção da escola, o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;

VIII - convocar assembleias-gerais dos segmentos da comunidade escolar;

---

<sup>9</sup> Este anexo faz parte da lei 10.576/95. Ele foi recortado somente entre os artigos 40 e 63, uma vez que é nesse intervalo que o assunto Conselho Escolar é tratado pela referida lei.

IX – encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para os fins de destituição de Diretor da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente;

X - recorrer a instâncias superiores sobre questões que não se julgar apto a decidir, e não previstas no regimento escolar;

XI - analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho;

XII - analisar e apreciar as questões de interesse da escola a ele encaminhadas;

XIII - apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 11.695/01)

Art. 43 - Cabe ao (s) conselheiro(s) representar seu segmento discutindo, formulando e avaliando internamente propostas para serem apresentadas nas reuniões do Conselho.

Art. 44 - O Conselho Escolar será composto por número ímpar de conselheiros, não podendo ser inferior a 5 (cinco), nem exceder a 21 (vinte e um), respeitada a sua tipologia, conforme tabela constante no quadro anexo. (Redação dada pela Lei nº 11.695/01)

Parágrafo único - O Conselho Escolar das escolas com até 2 (dois) membros do Magistério Público Estadual poderá ser composto por um mínimo de 03 (três) integrantes. (Redação dada pela Lei nº 11.695/01)

Art. 45 - A Direção da escola integrará o Conselho Escolar, representada pelo Diretor, como membro nato e, em seu impedimento, por um de seus Vice-Diretores, por ele indicado.

Parágrafo único - É vedada a participação do Diretor ou do seu representante nas reuniões do Conselho Escolar, quando a pauta tratar de assunto relativo a atos da Direção da Escola, exclusivamente.

Art. 46 - Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais e alunos e 50 (cinquenta por cento) para membros do Magistério e servidores.

§ 1º - No impedimento legal do segmento/aluno ou do segmento/pais, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente, por representantes de pais e alunos.

§ 2º - Na inexistência do segmento de servidores, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será complementado por representantes dos membros do Magistério.

Art. 47 - A eleição dos representantes dos segmentos da comunidade escolar que integrarão o Conselho Escolar, bem como a de respectivos suplentes, se realizará na escola em cada

segmento, por votação direta e secreta ou através de chapas em eleição proporcional, na mesma data, observado o disposto nesta lei.

§ 1º - Se a eleição se realizar através de chapa com proporcionalidade, o total de votos em cada chapa determinará o número de membros que a representará no Conselho Escolar.

§ 2º - Para efeito de aferição dos nomes eleitos, dentro do critério de proporcionalidade, será observada a ordem de inscrição dos candidatos na constituição das chapas por segmento.

Art. 48 - Terão direito a votar na eleição:

I - os alunos, regularmente matriculados na escola a partir da 4ª série ou maiores de 12 (doze) anos;

II - os pais, ou os responsáveis pelo aluno perante a escola, dos alunos menores de 18 (dezoito) anos;

III - os membros do Magistério e os demais servidores públicos em exercício na escola no dia da eleição.

Parágrafo único - Ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento de ensino, ainda que seja pai ou responsável por mais de um aluno, represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções.

Art. 49 - Poderão ser votados todos os membros da comunidade escolar arrolados nos incisos do artigo 48.

Art. 50 - Os membros do Magistério e demais servidores, que possuam filhos regularmente matriculados na escola, poderão concorrer somente como membros do Magistério ou servidores, respectivamente.

Art. 51 - Observadas, no que couberem, as disposições do artigo 25 desta lei, será constituída uma Comissão Eleitoral para dirigir o processo da eleição e comissões regionais e estadual para atuarem em grau de recurso.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será instalada no primeiro semestre, preferencialmente em abril e, em qualquer época, quando da organização do primeiro Conselho Escolar.

§ 2º - A Comissão Eleitoral convocará assembleia-geral da comunidade escolar para definir a forma de eleição, conforme artigo 47 desta lei, e definir o regimento eleitoral.

Art. 52 - Os membros da Comissão Eleitoral serão eleitos em assembleias-gerais dos respectivos segmentos, convocadas pelo Conselho Escolar e na sua inexistência, pelo Diretor da escola.

Art. 53 - Os membros da comunidade escolar integrantes da Comissão Eleitoral não poderão concorrer como candidatos ao Conselho Escolar.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos membros do Magistério dos estabelecimentos de ensino, que contarem com até 05 (cinco) membros do Magistério, nem aos servidores em idêntica situação.

Art. 54 - A comunidade escolar, com direito de votar, de acordo com o artigo 48 desta lei, será convocada pela Comissão Eleitoral, através de edital, na segunda quinzena de abril, para, na segunda quinzena de maio, proceder-se à eleição.

§ 1º - O edital, que será afixado em local visível na escola, indicará:

- a) pré-requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação das nominatas ou chapas;
- b) dia, hora e local de votação;
- c) credenciamento de fiscais de votação e apuração; d) outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral.

§ 2º - A Comissão remeterá o aviso do edital aos pais ou responsáveis por alunos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 55 - Os candidatos ou as chapas deverão ser registrados junto à Comissão Eleitoral até 15 (quinze) dias antes da realização das eleições.

Art. 56 - Da eleição será lavrada ata, que assinada pelos membros da Comissão Eleitoral, ficará arquivada na escola.

Art. 57 - Qualquer impugnação relativa ao processo de votação deverá ser arguida à Comissão Eleitoral, no ato de sua ocorrência e decidida de imediato.

Parágrafo único - Da decisão referida no "caput" caberá recurso, na forma e prazo regulamentares, para as comissões regionais.

Art. 58 - O Conselho Escolar tomará posse no prazo de até 15 (quinze) dias após sua eleição.

§ 1º - A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela Direção da escola e, dos seguintes, pelo próprio Conselho Escolar.

§ 2º - O Conselho Escolar elegerá seu presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 59. O mandato de cada membro de Conselho Escolar terá a duração de três anos, sendo permitida apenas uma recondução sucessiva. (Redação dada pela Lei n.º 13.990/12)

Art. 60 - O Conselho Escolar deverá reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, por convocação:

I - de seu Presidente;

II - do Diretor da escola;

III - da metade mais um de seus membros.

Parágrafo único - A função de membro do Conselho Escolar não será remunerada.

Art. 61 - O Conselho Escolar funcionará somente com "quorum" mínimo de metade mais 1 (um) de seus membros. Parágrafo único - Serão válidas as deliberações do Conselho Escolar tomadas por metade mais 1 (um) dos votos dos presentes à reunião.

Art. 62 - Ocorrerá a vacância de membro do Conselho Escolar por conclusão do mandato, renúncia, desligamento da escola ou destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º - O não-comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também, implicará vacância da função de Conselheiro.

§ 2º - O pedido de destituição de qualquer membro só poderá ser aceito pelo Conselho se aprovado em assembleia-geral do segmento, cujo pedido de convocação venha acompanhado de assinatura de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seus pares e de justificativa.

§ 3º - No prazo mínimo de 15 (quinze) dias, preenchidos os requisitos do parágrafo 1º, o Conselho convocará uma assembleia-geral do respectivo segmento escolar, quando os pares, ouvidas as partes, deliberarão sobre o afastamento ou não do membro do Conselho Escolar, que será destituído se a maioria dos presentes à assembleia assim o decidir.

Art. 63 - Cabe ao suplente:

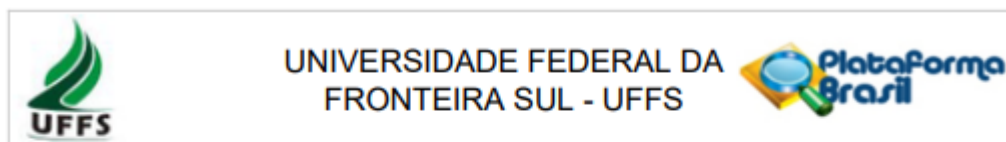
I - substituir o titular em caso de impedimento;

II - completar o mandato do titular em caso de vacância.

Parágrafo único - Caso algum segmento da comunidade escolar tenha a sua representação diminuída, o Conselho providenciará a eleição de novo representante com seu respectivo suplente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância.

Art. 64 - Os estabelecimentos de ensino do Estado, que forem criados a partir da data da publicação desta lei, deverão possuir um Conselho Escolar em funcionamento no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data da publicação do ato de autorização do seu funcionamento.

## ANEXO G – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA LOCAL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SARANDI/RS: UMA VISÃO A PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

**Pesquisador:** PAULO ROBERTO ANTUNES

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 61503422.1.0000.5564

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.651.253

#### Apresentação do Projeto:

Transcrição: Resumo

A presente pesquisa é requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, dentro do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu - Mestrado Profissional em Educação da UFFS/ Campus de Erechim/RS. O problema delimitado para essa pesquisa é: como os conselhos escolares das escolas estaduais no município de Sarandi/RS, podem atuar pedagogicamente de modo a transformarem-se em instrumentos de democratização? Para atender ao problema de pesquisa se estabelece o seguinte objetivo geral: identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselho Escolar, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica. Como objetivos específicos, a pesquisa destaca: contextualizar a participação do Conselho Escolar na constituição de uma gestão democrática dentro de um marco temporal e local delimitado; analisar a participação na construção da Gestão Democrática e como ela se verifica na atuação dos conselheiros escolares na condução de ações educacionais; identificar a função pedagógica do Conselho Escolar e os possíveis desafios para a realização eficaz dessa responsabilidade nos conselhos atuais. O tratamento dos dados será realizado de forma qualitativa. Os dados coletados através das manifestações nas entrevistas semi-estruturadas, questionários e pesquisa documental serão inter-relacionados com o levantamento bibliográfico. Essas bases serão os principais indicadores para obterem-se as respostas da problematização da pesquisa. A análise dos dados será feita a partir das preposições

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.651.253

de Lourence Bardin (2016). Dessa forma, a análise seguirá três etapas. 1. Organização: nesta etapa será feito um levantamento do material coletado, entrevistas, questionários e análise de documentos para que seja possível escolher aquilo que será necessário para responder o problema de pesquisa. Trata-se do que Bardin coloca como pré-análise, momento em que são formuladas as hipóteses e objetivos. 2. Codificação: de acordo com Bardin (2016, p.67) "A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto [...]" Essa codificação será verificada como unidade de registro da temática a partir dos conceitos de gestão democrática, participação popular, CE e políticas educacionais assim como termos similares. Na unidade de contexto é considerada a situação de onde foram colocadas as expressões estudadas para relacionar a viabilidade da análise. 3. Categorização: esta é a principal etapa, pois corresponde a fase em que será feita agrupamentos. A autora coloca vários critérios de categorização dos dados. Nesta pesquisa, pretende-se realizar a categorização semântica dos conceitos analisados e pela expressão a fim de entender o que o entrevistado está tentando demonstrar. A princípio, as análises do referencial teórico delimitado nos leva a construir hipóteses de um Conselho Escolar moldado nas estruturas legais que foram resultados de mobilizações populares e agora, após alguns anos de um forte trabalho de construção dos conselhos com apoio do MEC na gestão dos Ministros Cristovam Buarque e Fernando Haddad, a investigação estará também disposta a observar os frutos desse trabalho. Ao final, oferecer, como produto, um diagnóstico com possibilidades e indicações de pontos a serem considerados para melhor exercício da função pedagógica de um Conselho Escolar.

Comentário: adequado

Transcrição: Hipótese: "NÃO SE APLICA" COMENTÁRIOS: adequado

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Transcrição: Objetivo Primário:

Identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos CE\*, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica. CE\* - Conselho Escolar ou Conselhos Escolares

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.651.253

Transcrição: Objetivo Secundário:

- Contextualizar a participação do CE\* na constituição de uma gestão democrática dentro de um marco temporal e local delimitado;
- Analisar a participação na construção da Gestão Democrática e como ela se verifica na atuação dos conselheiros escolares na condução de ações educacionais;
- Identificar a função pedagógica do CE\* e os possíveis desafios para a realização eficaz dessa responsabilidade nos conselhos atuais. CE\* - Conselho Escolar ou Conselhos Escolares

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Transcrição: Riscos:

A participação na pesquisa poderá causar riscos, visto que a memória de alguma situação ocorrida durante a realização da entrevista semiestruturada pode causar emoção. Por isso, na elaboração das questões do instrumento de coleta, o pesquisador tomou o cuidado de não fazer questões que possam aflorar esses riscos. O participante também terá o direito de não responder alguma pergunta do questionário, caso não se sinta à vontade. Se observado algum sinal de desconforto psicológico da sua participação na pesquisa, o pesquisador compromete-se em orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para os profissionais especializados na área para serviços da Unidade Básica de Saúde. Ressalta-se que o questionário será respondido de maneira impressa sem a identificação dos participantes, entende-se que os riscos em relação a algum conselheiro dessa escola sentir desconforto ao não querer participar da pesquisa serão minimizados. Por fim, é pequena a possibilidade de haver riscos em relação à vazamento de dados. Nesse sentido, o pesquisador compromete-se tão logo encerrar o período de coleta dos mesmos dar aos questionários respondidos e destruí-los.

Comentário: adequado

Transcrição: Benefícios:

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa contribuirá para criação de um diagnóstico sobre a atuação dos Conselhos Escolares a ser entregue a 39ª Coordenadoria Regional de Educação. Além disso, como as orientações são unificadas em nível de rede estadual de ensino,

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br





UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.651.253

os dados coletados serão importantes para dinamizar, reorganizar e efetivar a participação plena dos conselhos escolares no auxílio da condução da educação.

Comentário: adequado

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

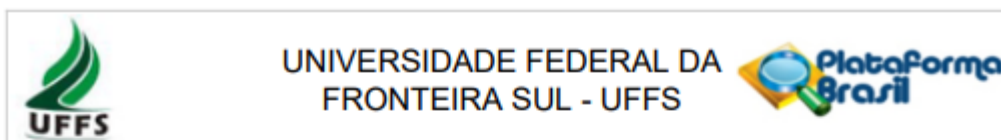
Transcrição: Desenho:

A pesquisa qualitativa e quantitativa tem por objetivo identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselhos Escolares, estimulando a participação, dentro de uma concepção dialética, com especial atenção à função pedagógica. Para alcançar essa finalidade será utilizado análise de documentos, entrevista semi-estruturada e questionário com representantes dos segmentos escolares que compõem o Conselho Escolar das escolas investigadas. Após, exaustivo embasamento teórico focado no objetivo, construção autoral dentro das normas científicas, levantamento preliminar de hipóteses, aprovação do projeto de pesquisa no Conselho de Ética da UFFS, autorização da instituição onde será coletado os dados, planejamento da coleta juntamente com o orientador e coorientadora será realizado apresentação no campo de pesquisa organizado com as direções escolares tempo para leitura e análise de documentos e entrevista com presidente de todos os Conselhos Escolares e aplicação de questionário impresso para cada um representante titular selecionado dos segmentos que compõem os CE das escolas envolvidas na pesquisa. Ao final dessa etapa será tabulado os dados obtidos no questionário através da análise da pesquisa experimental e realizada a análise de conteúdo seguindo princípios da análise de Lourence Bardin nos demais dados coletados. A pesquisa contemplará critérios da seguinte definição: critério de inclusão: ser membro titular do CE investigado, havendo mais de um titular, aquele com mais tempo de contato com a escola, aceitar as condições para a pesquisa, assinando o TCLE, estar no dia e hora agendados na escola para coleta de dados, ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e da entrevista. Critério de exclusão: não aceitar as condições para a pesquisa, não ser membro titular do CE investigado, não estar no local agendado no dia e hora para a coleta de dados, não ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e da entrevista

Transcrição: Metodologia Proposta:

A pesquisa terá como etapas: pesquisa bibliográfica, documental e prática nos CE\*. A relevância da pesquisa reflete, em certa medida, a própria consolidação da gestão democrática, fruto de uma série de reivindicações que tomaram corpo institucional nos anos de 1980. Assim essa pesquisa deverá contribuir para a formação da escola, com aplicabilidade na pretensão de instigar uma

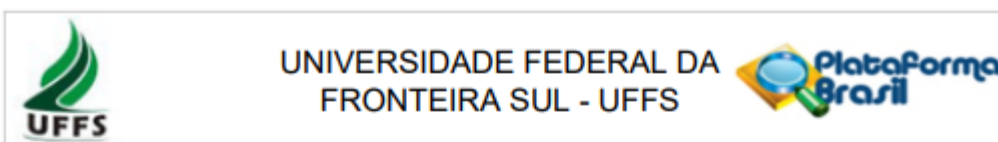
**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.651.253

atuação diferenciada nos CE, principalmente, em uma função pedagógica participativa em prol da melhoria da qualidade da educação. Realizar-se-á também um estudo de campo a ser seguido conforme as seguintes observações: 1. Aplicação de questionário impresso de forma física, a um representante titular de cada segmento que compõe o CE\*, exceto ao membro que acumular a função de representante de segmento com a de presidente do CE\*, em visita especial e previamente agendada e autorizada do pesquisador na escola; 2. Será escolhido um conselheiro titular representante de cada segmento: pais, alunos, funcionários, professores e representante da direção das escolas investigadas, totalizando 5 participantes por CE\* e 10 participantes em toda a pesquisa; 3. Quando um representante selecionado acumular a função de representante titular do segmento com a de presidente do CE\* a ele (a) será dispensado o questionário e aplicada somente a entrevista semi-estruturada, que buscará caracterizar o conhecimento de gestão democrática e a função pedagógica que pode ser comum nos conselhos investigados. 4. Os selecionados são membros titulares do CE\* e havendo mais de um titular por segmento a escolha se dará naquele que integra há mais tempo o CE\*. Em caso de haver o mesmo tempo entre dois ou mais participantes titulares, por segmento, em cada CE\*, a escolha se dará naquele que tem mais tempo de contato direto com a escola. 5. No segmento representado pelo participante que acumula a função de representante de segmento e de presidente do CE\*, a este não será aplicado o questionário, uma vez que será feita a pesquisa semi-estruturada com o participante. 6. Justifica-se essa escolha devido à investigação se concentrar, em muito, no quesito da participação da comunidade escolar no CE\* e também por compreender que os membros do CE\* são escolhidos pelos seus pares para representá-los no colegiado e entre esses representantes o presidente do CE\*, eleito para esse cargo, manifesta explicitamente as decisões e entendimentos do CE\*. 7. A realização de entrevista, assim como a aplicação do questionário e também a análise das atas dos CE\*, poderá acontecer em mais de uma visita às escolas selecionadas que, a princípio deve ocorrer conforme cronograma da pesquisa a realizar-se antes do término do ano letivo de 2022, uma vez que em período de férias escolares o acesso às escolas, assim como em novo período letivo, a modificação do corpo docente, discente, pais e, às vezes, até mesmo direção é mais comum e isso pode provocar a morosidade da pesquisa devido a questões burocráticas implicando no tempo de desenvolvimento do próprio curso de mestrado e a vinculação com a instituição na qual o pesquisador está relacionado. 8. Os dados coletados na entrevista, realizada em sala específica, ambiente seguro, sem contato direto com lugares agitados, na escola vinculada ao CE\* investigado, através de gravação, serão transcritos e ficarão sob a responsabilidade do pesquisador principal por um período de 5 anos e após serão destruídos. 9. Como devolutiva dos

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.651.253

resultados da pesquisa será entregue a cada uma das escolas, assim como a 39ª CRE em relatório escrito, juntamente com boletim didático. 10. Assim como os dados coletados na entrevista, o questionário respondido, TCLE e outros documentos físicos reunidos serão de responsabilidade do pesquisador principal, ficando com ele guardado e destruídos 5 anos e após conclusão da pesquisa. A pesquisa seguirá rigorosamente as resoluções de ética para a pesquisa, submetendo-se a LGPD 13.709/18 a fim de garantir o sigilo e a confidencialidade da mesma.

Comentário: adequado

Transcrição: Critério de Inclusão:

Ser membro titular do CE investigado, havendo mais de um titular, aquele com mais tempo de contato com a escola, aceitar as condições para a pesquisa, assinando o TCLE, estar no dia e hora agendados na escola para coleta de dados, ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e da entrevista.

Comentário: adequado

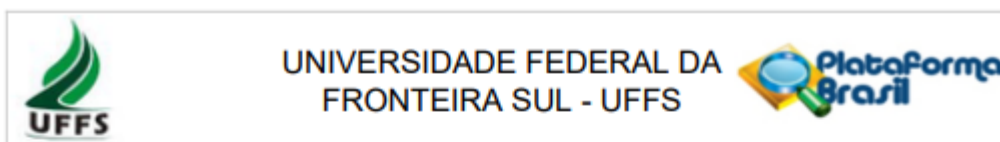
Transcrição Critério de Exclusão: Não aceitar as condições para a pesquisa, não ser membro titular do CE investigado, não estar no local agendado no dia e hora para a coleta de dados, não ter capacidade de ler, compreender e entender as perguntas do questionário e da entrevista.

Comentário: adequado

Transcrição: Metodologia de Análise de Dados:

O tratamento dos dados será realizado de forma qualitativa e quantitativa. Os dados coletados através das manifestações nas entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e questionários serão interrelacionados com o levantamento bibliográfico. Essas bases serão os principais indicadores para obterem-se as respostas da problematização da pesquisa. A análise dos dados será feita a partir das proposições de Lourence Bardin (2016). Dessa forma, a análise seguirá três etapas: organização, codificação e categorização. Esta é a principal etapa, pois corresponde a fase em que será feita agrupamentos. A autora coloca vários critérios de categorização dos dados. Nesta pesquisa, pretende-se realizar a categorização semântica dos conceitos analisados e pela expressão a fim de entender o que o entrevistado está tentando

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECÓ  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.651.253

demonstrar. Na pesquisa qualitativa, diferente da quantitativa, não há certeza de que ao replicar o método os resultados serão exatamente aos conseguidos pelo pesquisador inicial, no entanto sempre chegará a resultados de acordo com o método aplicado se esse for bem aplicado. Todas essas etapas da abordagem qualitativa da pesquisa permite chegar ao que chamamos de observação analítica, dessa forma observará um padrão na análise e ao fim haverá um processo científico. Os dados coletados nos questionários serão analisados de forma quantitativa, utilizando-se da pesquisa experimental dentro de quatro partes da análise: identificação do segmento, função de conselheiro escolar, contextualização do CE\* na gestão democrática e a função pedagógica do CE\* em perguntas fechadas que trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas. Para a tabulação de dados será utilizado o Microsoft Excel, com comentários relacionados aos dados apresentados e correlação com a teoria estudada além de sua representação gráfica. CE\* - Conselho Escolar ou Conselhos Escolares.

Comentário: adequado

Transcrição: Desfecho Primário:

A princípio, as análises do referencial teórico delimitado nos leva a construir hipóteses de um CE\* moldado nas estruturas legais que foram resultados de mobilizações populares e agora, após alguns anos de um forte trabalho de construção dos conselhos com apoio do MEC na gestão dos Ministros Cristovam Buarque e Fernando Haddad, a investigação estará também disposta a observar os frutos desse trabalho. Principal resultado esperado: 1. Observar se há mobilização pedagógica dos CE para o desenvolvimento da educação de forma mais participativa, auxiliando e instigando a desenvolver a gestão democrática na atuação do CE\* .

Tamanho da Amostra no Brasil: 10

Cronograma de execução: Coleta e Análise dos dados 31/10/2022 25/11/2022

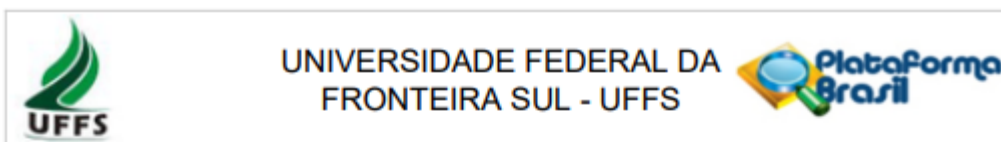
**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de rosto: adequada

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE): adequado

<b>Endereço:</b> Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
<b>Bairro:</b> Área Rural <b>CEP:</b> 89.802-112
<b>UF:</b> SC <b>Município:</b> CHAPECO
<b>Telefone:</b> (49)2049-3745 <b>E-mail:</b> cep.uffs@uffs.edu.br





Continuação do Parecer: 5.651.253

TERMO DE ASSENTIMENTO: adequado

Termo de Compromisso de Utilização de Dados em Arquivo: adequado

Questionário: adequado

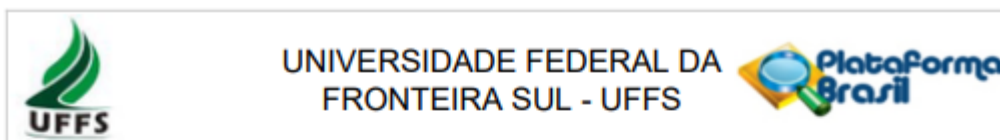
**Recomendações:**

# Considerando a atual pandemia do novo coronavírus, e os impactos imensuráveis da COVID-19 (Coronavirus Disease) na vida e rotina dos/as Brasileiros/as, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) recomenda cautela ao/à pesquisador/a responsável e à sua equipe de pesquisa, de modo que atentem rigorosamente ao cumprimento das orientações amplamente divulgadas pelos órgãos oficiais de saúde (Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde). Durante todo o desenvolvimento de sua pesquisa, sobretudo em etapas como a coleta de dados/entrada em campo e devolutiva dos resultados aos/às participantes, deve-se evitar contato físico próximo aos/às participantes e/ou aglomerações de qualquer ordem, para minimizar a elevada transmissibilidade desse vírus, bem como todos os demais impactos nos serviços de saúde e na morbimortalidade da população. Sendo assim, sugerimos que as etapas da pesquisa que envolvam estratégias interativas presenciais, que possam gerar aglomerações, e/ou que não estejam cuidadosamente alinhadas às orientações mais atuais de enfrentamento da pandemia, sejam adiadas para um momento oportuno. Por conseguinte, lembramos que para além da situação pandêmica atual, continua sendo responsabilidade ética do/a pesquisador/a e equipe de pesquisa zelar em todas as etapas pela integridade física dos/as participantes/as, não os/as expondo a riscos evitáveis e/ou não previstos em protocolo devidamente aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências e/ou inadequações éticas, baseando-se nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e demais normativas complementares. Logo, uma vez que foram procedidas pelo/a pesquisador/a responsável todas as correções apontadas pelo parecer consubstanciado, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) julga o protocolo de pesquisa adequado para, a partir da data deste novo parecer consubstanciado, agora de APROVAÇÃO, iniciar as etapas de coleta de dados e/ou qualquer outra que pressuponha contato com os/as participantes.

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.651.253

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução CNS 466 de 12/12/2012, a Norma Operacional CNS 001/2013 e o Capítulo III da Resolução CNS 251/1997. A página do CEP/UFFS apresenta alguns pontos no documento “Deveres do Pesquisador”.

Lembre-se que:

1. No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer substanciado, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra. Veja modelo na página do CEP/UFFS. Um novo relatório parcial deverá ser enviado a cada 6 meses, até que seja enviado o relatório final.
2. Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP por meio de EMENDA, na Plataforma Brasil. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.
3. Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicização dos resultados. Veja modelo na página do CEP/UFFS.

Em caso de dúvida:

Contate o CEP/UFFS: (49) 2049-3745 (8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00) ou cep.uffs@uffs.edu.br;

Contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitando ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta;

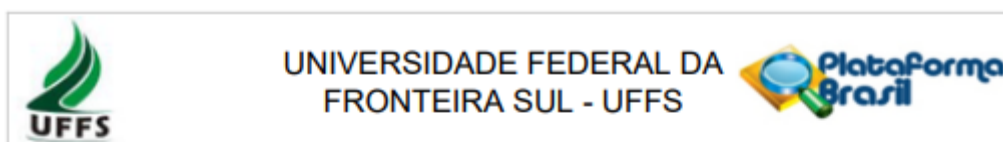
Contate a “central de suporte” da Plataforma Brasil, clicando no ícone no canto superior direito da página eletrônica da Plataforma Brasil. O atendimento é online.

Boa pesquisa!

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

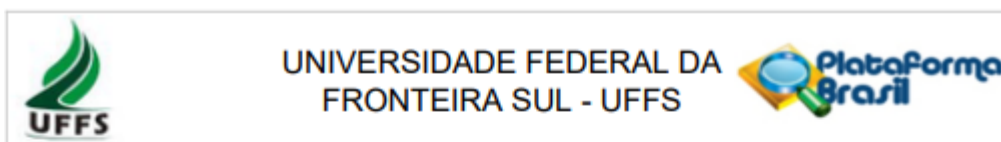
**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.651.253

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1991006.pdf	15/09/2022 16:03:02		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_6.pdf	15/09/2022 15:58:49	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	CARTA_3.pdf	15/09/2022 15:56:00	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PARA_PAIS_ALTERADO_5.pdf	15/09/2022 15:47:22	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ALTERADO_5.pdf	15/09/2022 15:46:15	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DE_USO_DE_DADOS_ALTERADO_2.pdf	15/09/2022 15:08:07	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	CARTA_2.pdf	07/09/2022 17:07:01	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PAIS_DE_MENORES_MODIFICADO_4.pdf	07/09/2022 17:04:33	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_MODIFICADO_4.pdf	07/09/2022 17:04:10	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO_4.pdf	07/09/2022 17:03:23	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO_3.pdf	28/08/2022 23:41:14	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_MODIFICADO_2.pdf	28/08/2022 23:40:47	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	Projeto_MODIFICADO.pdf	28/08/2022 20:19:50	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_MODIFICADO.pdf	28/08/2022 20:18:50	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_MODIFICADO.pdf	28/08/2022 20:16:46	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5598542.pdf	28/08/2022 19:59:52	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	CARTA_DE_RESPOSTAS.pdf	28/08/2022	PAULO ROBERTO	Aceito

**Endereço:** Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
**Bairro:** Área Rural **CEP:** 89.802-112  
**UF:** SC **Município:** CHAPECO  
**Telefone:** (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.651.253

Outros	CARTA_DE_RESPOSTAS.pdf	19:58:29	ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PAIS_DE_MENORES.pdf	28/08/2022 19:56:22	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO.pdf	28/08/2022 19:55:09	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	28/08/2022 19:52:53	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetedepesquisa.pdf	11/08/2022 15:08:12	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	11/08/2022 15:04:56	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Declaração de concordância	1.pdf	11/08/2022 15:04:11	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	11/08/2022 14:54:51	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/08/2022 14:41:39	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Outros	Questionario.pdf	06/08/2022 22:08:05	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	06/08/2022 21:16:37	PAULO ROBERTO ANTUNES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CHAPECO, 19 de Setembro de 2022

Assinado por:  
Renata dos Santos Rabello  
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar  
Bairro: Área Rural CEP: 89.802-112  
UF: SC Município: CHAPECO  
Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br